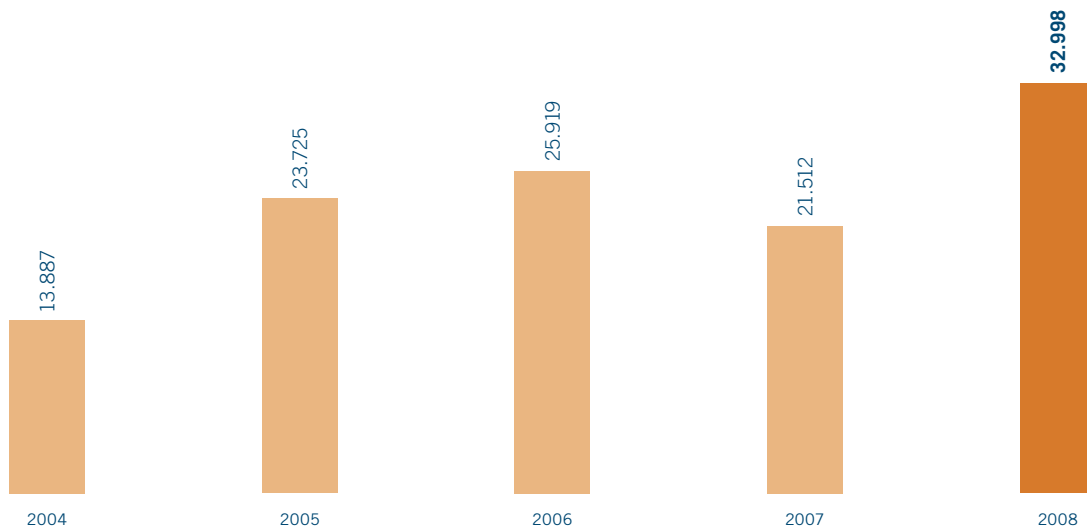


NEGÓCIO ANÁLISE FINANCEIRA
PREÇO E DEMONSTRAÇÕES
TRANSPARÊNCIA CONTÁBEIS
FLUXO DE CAIXA RENTABILIDADE 2008
INVESTIMENTOS BALANÇO LUCRO
VALOR ADICIONADO RESULTADO \$ VENDAS
ACIONISTAS ESTOQUES RESULTADO FINANCEIRO
RETORNO% TÍTULOS

CÂMBIO
DISPONIBILIDADES

DESTAQUES

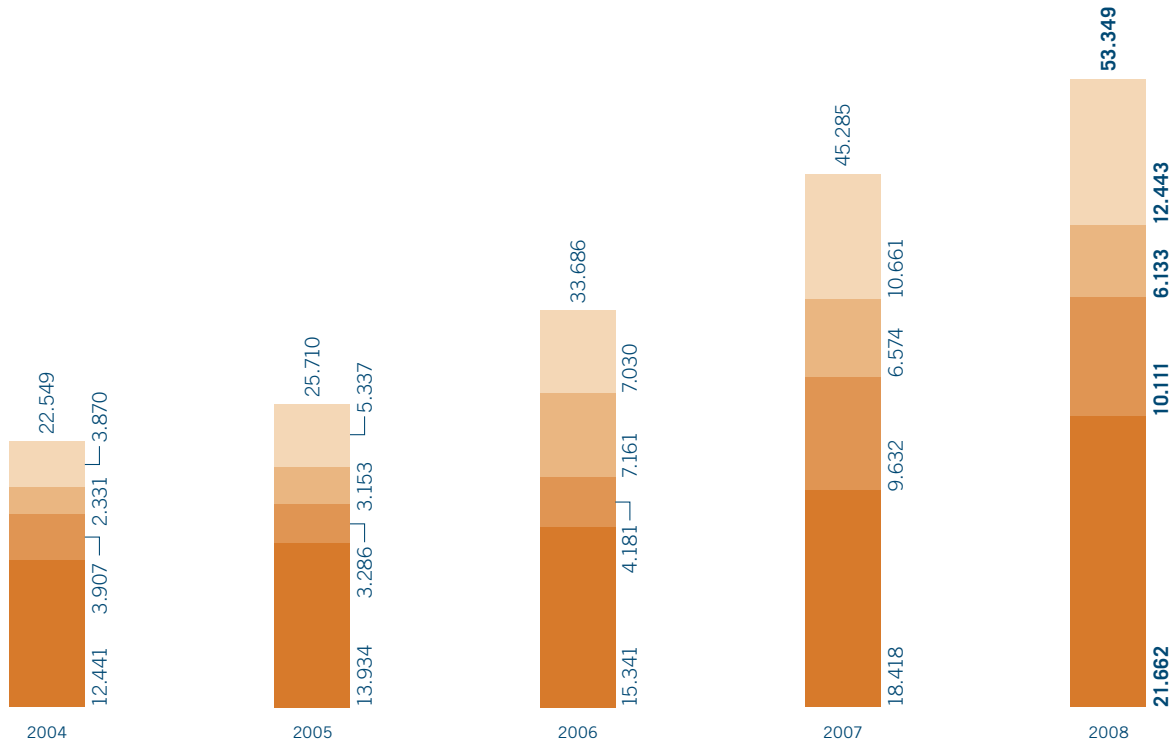
LUCRO LÍQUIDO (R\$ MILHÕES)



DESTAQUES DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS (R\$ MILHÕES)	2004	2005	2006	2007	2008
Mercado interno					
Diesel	31.379	39.944	44.571	47.001	55.708
Gasolina	12.200	15.143	17.993	17.550	19.593
Óleo combustível	3.301	3.543	3.823	4.146	5.162
Nafta	7.109	7.386	8.290	8.658	8.886
GLP	6.325	5.660	5.744	5.890	6.567
QAV	4.139	5.237	5.358	4.733	6.740
Gás natural	4.193	4.349	5.076	5.454	9.297
Exportações					
Petróleo	6.720	11.101	14.729	16.020	24.122
Derivados e outros	7.690	10.638	9.987	12.132	11.753

INVESTIMENTOS

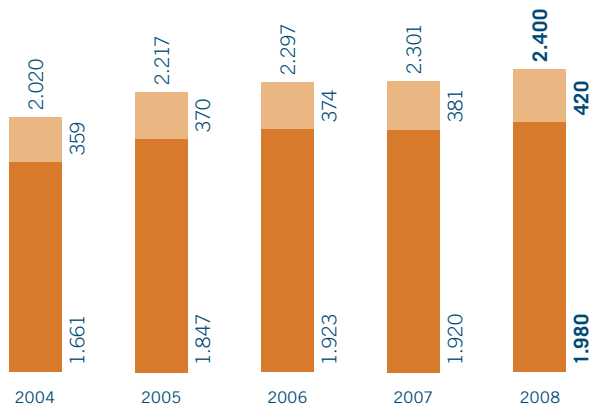
(R\$ MILHÕES)



Exploração & Produção Abastecimento Internacional Outros

PRODUÇÃO TOTAL

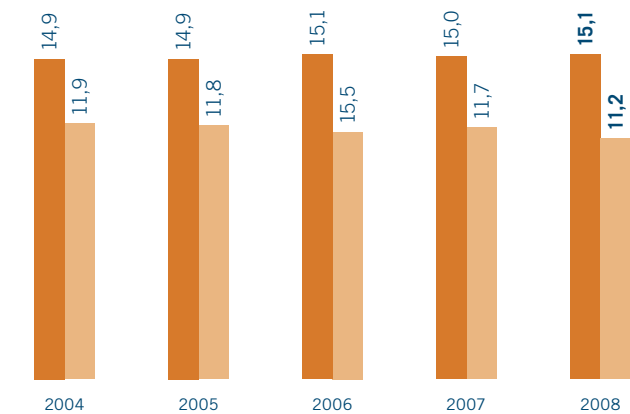
(MIL BOED)



Óleo e LGN Gás Natural

RESERVAS PROVAS

(BILHÕES DE BOE)



SPE SEC



PERFIL

A Petrobras é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede no Rio de Janeiro. Classificada como grau de investimento, tem ações e recibos negociados na Bovespa, NYSE, Latibex e BCBA. Atua de forma integrada e especializada nos seguintes segmentos da indústria de óleo, gás e energia: exploração e produção; refino, comercialização, transporte e petroquímica; distribuição de derivados; gás natural; biocombustíveis e energia elétrica. Criada em 1953, é hoje a 9ª maior companhia de petróleo do mundo com base no valor de mercado, conforme o ranking da consultoria PFC Energy. Líder do setor petrolífero brasileiro, a companhia está presente em 27 países, além do Brasil, e suas reservas totalizam 15,1 bilhões de boe segundo critério SPE. O Plano de Negócios 2009-2013 prevê investimentos de US\$ 174,4 bilhões.

MISSÃO

Atuar de forma segura e rentável, com responsabilidade social e ambiental, nos mercados nacional e internacional, fornecendo produtos e serviços adequados às necessidades dos clientes e contribuindo para o desenvolvimento do Brasil e dos países onde atua.

VISÃO 2020

Seremos uma das cinco maiores empresas integradas de energia do mundo e a preferida pelos nossos públicos de interesse.

ATRIBUTOS DA VISÃO 2020

Nossa atuação se destacará por:

- > Forte presença internacional
- > Referência mundial em biocombustíveis
- > Excelência operacional, em gestão, eficiência energética, recursos humanos e tecnologia
- > Rentabilidade
- > Referência em responsabilidade social e ambiental
- > Comprometimento com o desenvolvimento sustentável

SUMÁRIO

2 Análise Financeira

1	Resumo econômico-financeiro	2
2	Resultados por área de negócio	4
3	Resultados consolidados	6
4	Efeitos da adoção da lei nº 11.638/2007 e da medida provisória 449/2008	8
5	Resultado por empresa	10
6	Volume de vendas	11
7	Estoques	12
8	Endividamento	13
9	Retorno operacional sobre o capital empregado (ROCE) e rentabilidade do patrimônio líquido (ROE)	15
10	Patrimônio líquido, destinação do resultado e dividendos	16

18 Demonstrações Contábeis

Parecer dos auditores independentes	18
Balanço patrimonial	20
Demonstração de resultado	22
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	24
Demonstração dos fluxos de caixa	26
Demonstração do valor adicionado	28
Demonstração da segmentação de negócios (consolidado)	30
Balanço social	37

40 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1	Apresentação das demonstrações contábeis	40
2	Princípios de consolidação	41
3	Alterações de práticas contábeis	44
4	Sumário das principais práticas contábeis	56
5	Caixa e equivalentes de caixa	61
6	Contas a receber, líquidas	62
7	Partes relacionadas	63
8	Estoques	74
9	Contas petróleo e álcool - STN	75
10	Títulos e valores mobiliários	76
11	Projetos estruturados	77
12	Depósitos judiciais	82
13	Investimentos	83
14	Imobilizado	106
15	Intangível	115
16	Financiamentos	118
17	Compromissos contratuais	131
18	Receitas e despesas financeiras	132
19	Outras despesas operacionais, líquidas	133
20	Impostos, contribuições e participações	134
21	Benefícios concedidos a empregados	140
22	Participação dos empregados e administradores	152
23	Incentivos fiscais	153
24	Patrimônio líquido	153
25	Processos judiciais e contingências	157
26	Compromissos assumidos pelo segmento de energia	164
27	Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo	164
28	Informações sobre segmentos de negócios	165
29	Instrumentos financeiros derivativos, proteção patrimonial (<i>hedge</i>) e atividades de gerenciamento de risco	166
30	Seguros	175
31	Segurança, meio ambiente e saúde	176
32	Eventos subsequentes	177
Informações sobre reservas	178	
Conselho de Administração	180	
Diretoria Executiva	180	
Parecer do conselho fiscal	180	

ANÁLISE FINANCEIRA

1 RESUMO ECONÔMICO-FINANCEIRO¹

DESTAQUES						
	CONSOLIDADO			PETROBRAS		
	2008		2007	2008		2007
	LEI 11.638	LEI 6.404		LEI 11.638	LEI 6.404	
Destques financeiros⁽¹⁾ (R\$ milhões)						
Receita Operacional Bruta	266.494	284.579	218.254	207.990	207.990	170.245
Receita Operacional Líquida	215.118	232.183	170.578	161.710	161.709	126.767
Lucro Operacional	44.605	44.258	39.014	41.905	39.834	35.031
Lucro (Prejuízo) Líquido:						
Atividades Próprias	37.324	37.422	23.778	37.110	37.197	23.570
Subsidiárias/Coligadas	(874)	(399)	(465)	2.252	2.231	(662)
	36.450	37.023	23.313	39.362	39.428	22.908
Itens extraordinários	(3.462)	(3.108)	(1.801)	(2.892)	(2.538)	(879)
Lucro Líquido	32.988	33.915	21.512	36.470	36.890	22.029
Endividamento Líquido ⁽²⁾	48.824	48.824	26.670	(4)	(4)	(4)
EBITDA ⁽³⁾	57.170	57.213	50.156	50.460	47.610	40.895
Endividamento Líquido ⁽²⁾ /EBITDA ⁽³⁾	0,85	0,85	0,53	(4)	(4)	(4)
Ativo Total	292.164	294.514	231.228	311.011	293.223	211.233
Ativo Permanente ⁽⁵⁾	207.334	208.830	155.831	152.135	134.009	107.130
Patrimônio Líquido	138.365	138.358	113.854	144.051	143.602	116.012
Relação Capital Próprio / Capital de Terceiros ⁽²⁾	50/50	49/51	52/48	48/52	51/49	57/43

(1) Os valores expressos em Reais (R\$), foram apurados em conformidade às práticas contábeis emanadas da legislação societária e às normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Devido aos ajustes procedidos nas Demonstrações Contábeis terem sido efetivados em dezembro de 2008, conforme previsão legal, os comentários de Desempenho Econômico foram elaborados com base na Lei 6.404/76, antes da Lei 11.638/07, a fim de possibilitar a comparabilidade com períodos anteriores.

(2) Inclui endividamento contraído através de leasing.

(3) Resultado antes dos impostos, das participações dos acionistas não controladores, do resultado financeiro líquido, das participações em investimentos relevantes, e da depreciação, amortização e previsão para perda na recuperação de ativos;

O EBITDA não é um indicador calculado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e, possivelmente, pode não servir de base de comparação com indicadores com o mesmo nome apresentados por outras empresas. O EBITDA não deve ser considerado como um indicador substituto para medir lucro operacional, ou também como uma melhor forma de mensuração da liquidez e do fluxo de caixa das atividades operacionais. O EBITDA é uma informação adicional da capacidade de pagamento das dívidas, da manutenção de investimentos e da capacidade de cobrir necessidades de capital de giro.

(4) As disponibilidades são superiores ao endividamento total.

(5) Inclui investimentos societários, imobilizado, ativos intangíveis e diferido.

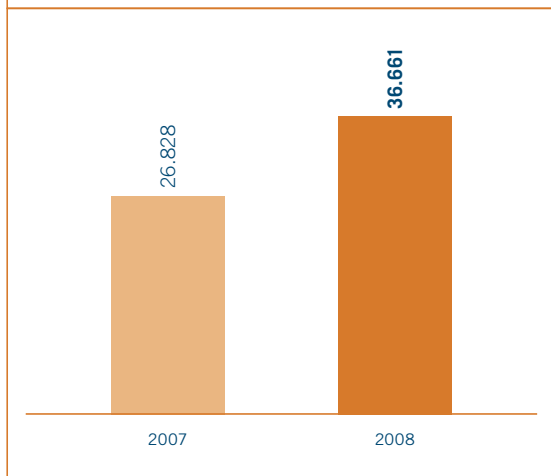
COMPOSIÇÃO DO EBITDA	(R\$ MILHÕES)			
	EXERCÍCIO			
	2008 LEI 11.638	2008	2007	Δ%
Lucro Operacional conforme Lei das S.A.	48.205	49.226	35.540	39
(-) Resultado Financeiro	(3.129)	(4.022)	4.021	(200)
(-) Participação em Investimentos	874	399	465	(14)
Prov. p/ Partic. de Lucros/Result. de Empregados	(1.345)	(1.345)	(1.012)	33
Lucro Operacional	44.605	44.258	39.014	13
Depreciação/Amortização	11.632	12.030	10.696	12
Perda na recuperação dos ativos	933	925	446	107
EBITDA	57.170	57.213	50.156	14
Margem EBITDA (%)	27	25	29	(4)

A comparação do Patrimônio Líquido e Lucro Líquido Consolidados com os correspondentes Patrimônio Líquido e Lucro Líquido da Petrobras (Controladora), pode ser demonstrada como segue:

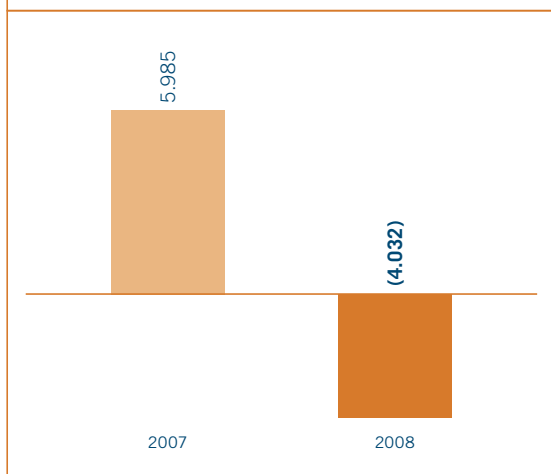
	(R\$ MILHÕES)	
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO LEI 11.638	LUCRO LÍQUIDO LEI 11.638
Conforme informações da Petrobras em 31.12.2008	144.051	36.470
Lucro na venda de produtos em estoques nas Subsidiárias	(660)	(660)
Reversão de lucros nos estoques de exercícios anteriores		686
Juros capitalizados	(460)	38
Absorção de PL negativo de controlada*	(4.160)	(3.507)
Outras eliminações	(406)	(39)
Conforme informações consolidadas em 31.12.2008	138.365	32.988

* De acordo com a Instrução CVM N° 247/96, as perdas que forem consideradas de natureza não permanentes (temporárias) sobre os investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujas investidas não apresentem sinais de paralisação ou necessidade de apoio financeiro da investidora, devem ser limitadas até o valor do investimento da empresa controladora. Portanto, as perdas ocasionadas por passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) de controladas não influenciaram o resultado e o patrimônio líquido da Petrobras em 2007, gerando item de conciliação entre as Demonstrações Contábeis da Petrobras e as Demonstrações Contábeis Consolidadas.

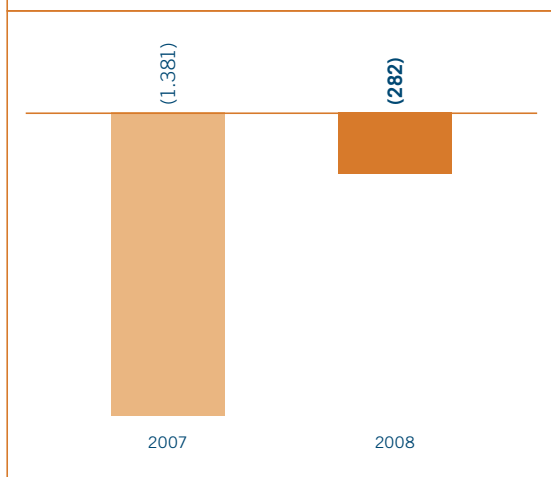
RESULTADO SEGMENTO E&P (R\$ MILHÕES)



RESULTADO SEGMENTO ABASTECIMENTO (R\$ MILHÕES)



RESULTADO SEGMENTO GÁS E ENERGIA (R\$ MILHÕES)



2 RESULTADOS POR ÁREA DE NEGÓCIO

A Petrobras é uma companhia que opera de forma integrada, sendo que a maior parte da produção de petróleo e gás, oriunda da área de Exploração e Produção, é transferida para outras áreas da companhia.

Destacamos, abaixo, os principais critérios utilizados na apuração de resultados por área de negócio:

- Receita operacional líquida: são consideradas as receitas relativas às vendas realizadas a clientes externos, acrescidas dos faturamentos e transferências entre as áreas de negócio, tendo como referência os preços internos de transferência definidos entre as áreas, com metodologias de apuração baseadas em parâmetros de mercado;
- No lucro operacional estão computados, além da receita operacional líquida, os custos dos produtos e serviços vendidos, que são apurados por área de negócio, considerando o preço interno de transferência e os demais custos operacionais, bem como as despesas operacionais efetivamente incorridas em cada área;
- O resultado financeiro é todo alocado ao grupo de órgãos corporativos;
- Ativos: contemplam os ativos identificados a cada área. As contas patrimoniais de natureza financeira são alocadas ao grupo de órgãos corporativos;
- Os comentários sobre o desempenho econômico das áreas de negócios foram elaborados com base em critérios contábeis da Lei 6.404/76.

EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO

A elevação no resultado decorreu dos maiores preços médios do petróleo nacional e do aumento de 4% na produção diária de óleo e LGN.

Parte destes efeitos foi compensada pela elevação dos gastos com participações governamentais, com perda estimada na recuperação de ativos - em função da redução na cotação internacional do petróleo ao final do exercício, que afetou as projeções futuras - e com custos exploratórios, decorrentes, principalmente, de baixa de poços secos ou sem viabilidade econômica.

O *spread* entre o preço médio do petróleo nacional vendido/transferido e a cotação média do *Brent* aumentou de US\$ 10,95/bbl em 2007, para US\$ 15,44/bbl em 2008.

ABASTECIMENTO

A redução no resultado decorreu da elevação dos custos de aquisição/transferência de petróleo e de importação de derivados, juntamente com os seguintes fatores:

- › Maiores gastos com frete - em função do maior volume vendido de petróleos e derivados nos mercados interno e externo;
- › Perdas nas participações societárias em petroquímicas, refletindo a desvalorização do Real frente ao Dólar no endividamento e maiores gastos com aquisição de nafta;
- › Perdas com desvalorização dos estoques.

Parte desses efeitos foi compensada pelo aumento no preço médio de realização dos derivados nos mercados interno e externo, e pelo ganho de equivalência patrimonial por mudança de participação devido à reestruturação societária na Quattor, empresa petroquímica.

GÁS E ENERGIA

O melhor resultado decorreu do aumento nas margens de comercialização de gás natural e energia elétrica - influenciado por melhores preços de realização - e pelo acréscimo nos volumes de venda de energia elétrica e de gás natural.

Parte desses efeitos foi compensada pela provisão para redução ao valor de mercado dos estoques de gás natural liquefeito (GNL) no valor de R\$ 122 milhões.

DISTRIBUIÇÃO

O acréscimo no resultado foi gerado pelo aumento de 10% no volume de vendas e pela redução das despesas operacionais - refletindo, principalmente, a extinção da CPMF e a revisão dos valores envolvidos em processos judiciais, ocorrida em 2007.

O aumento do volume de vendas contribuiu para a elevação da participação no mercado de distribuição de combustíveis, de 34,3% em 2007, para 34,9% em 2008.

INTERNACIONAL

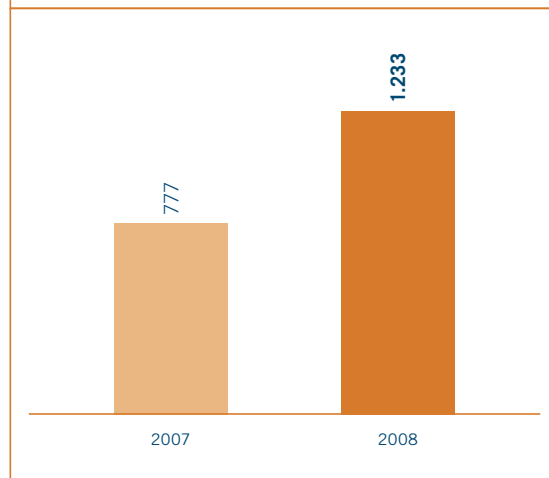
Os principais eventos que influenciaram a redução do resultado de 2008 foram as mudanças de patamar dos preços do petróleo e derivados, a partir de setembro/2008, as perdas com desvalorização dos estoques nos EUA, Japão e Argentina (R\$ 699 milhões), a provisão com litígio de *royalties* de R\$ 220 milhões, a perda pela devolução do bloco 31 no Equador (R\$ 178 milhões), a amortização total do ágio apurado na aquisição da refinaria de Pasadena (EUA) de R\$ 374 milhões e a não recorrência dos ganhos apurados em 2007, pela venda das refinarias da Bolívia e empresas na Argentina (R\$ 111 milhões). Essa redução foi compensada, em parte, pelos efeitos da desvalorização cambial do real em relação ao dólar norte-americano sobre a conversão das demonstrações contábeis (R\$ 1.002 milhões).

CORPORATIVO

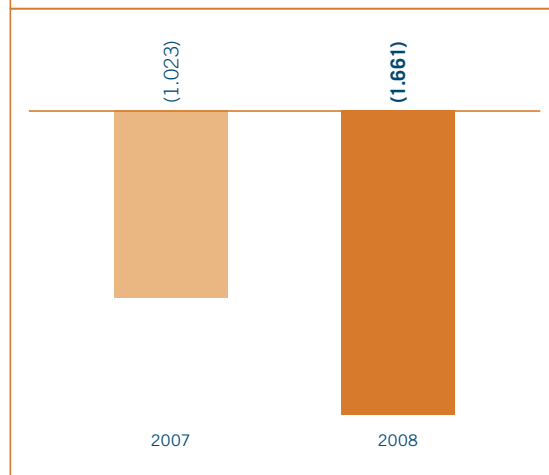
A redução no resultado negativo foi decorrente dos seguintes fatores:

- › Redução nas despesas financeiras líquidas (R\$ 8.043 milhões);
- › Reversão do resultado com acionistas não controladores, refletindo a desvalorização do Real frente ao Dólar no endividamento das Sociedades de Propósito Específico e empresas controladas - onde a Petrobras e suas Subsidiárias não possuem participação integral;
- › Menores despesas com plano de pensão e saúde (R\$ 1.196 milhões) em decorrência da repactuação do regulamento do Plano Petros ocorrida em 2007;

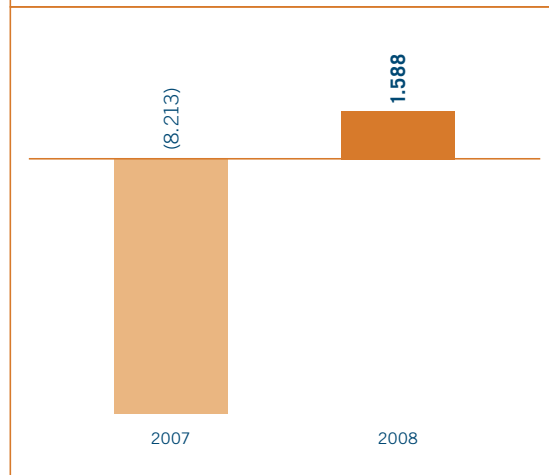
RESULTADO SEGMENTO DISTRIBUIÇÃO (R\$ MILHÕES)



RESULTADO SEGMENTO INTERNACIONAL (R\$ MILHÕES)



RESULTADO SEGMENTO CORPORATIVO (R\$ MILHÕES)



3 RESULTADOS CONSOLIDADOS

A fim de possibilitar a comparabilidade, os comentários de análise do resultado, a seguir, foram elaborados com base na Lei 6.404/76 antes dos ajustes da Lei 11.638/07 e complementados com uma conciliação para os novos critérios.

A Petrobras, suas Subsidiárias e Controladas apresentaram um lucro líquido consolidado de R\$ 33.915 milhões no exercício social findo em 31.12.2008, após a eliminação das operações intercompanhias e a dedução da participação dos acionistas não controladores, com um aumento de 53% em relação ao exercício anterior (R\$ 21.512 milhões).

Contribuíram para esse desempenho:

- ▶ Aumento do lucro bruto em R\$ 8.504 milhões, devido:
 - » Aumento dos preços médios de realização de derivados e petróleo, no mercado interno e exportações (R\$ 26.289 milhões), com destaque para a Nafta, QAV e Óleos Combustíveis, refletindo o comportamento das cotações internacionais, e para o Diesel e a Gasolina, relacionados aos reajustes aplicados a partir do mês de maio de 15% e 10%, respectivamente, além dos reajustes trimestrais do Gás Natural importado, que contribuem para corrigir os contratos de fornecimento de gás, e aos maiores preços da Energia Elétrica comercializada devido ao acionamento emergencial das térmicas no início do ano;
 - » Superando os maiores gastos com importação de petróleo, derivados e gás (R\$ 12.301 milhões), participações governamentais (R\$ 6.011 milhões), transportes marítimos e dutoviários (R\$ 553 milhões) e produtos não petrolíferos, basicamente biodiesel (R\$ 728 milhões), compensados pelos menores gastos com materiais, serviços e depreciação (R\$ 124 milhões).
- ▶ Aumento em despesas operacionais (R\$ 2.927 milhões), destacando:
 - » Vendas (R\$ 1.579 milhões), em decorrência do maior volume das vendas nos mercados interno e externo, que acarretou no aumento de afretamento de navios, além da elevação da cotação dos fretes no mercado internacional complementado pelo efeito da apreciação do Dólar no ano (R\$ 1.157 milhões) e maior provisionamento de créditos de liquidação duvidosa (R\$ 103 milhões);
 - » Gerais e Administrativas (R\$ 1.066 milhões), decorrentes do aumento de gastos com pessoal, devido ao aumento da força de trabalho e acordos coletivos no país (R\$ 233 milhões) e no exterior (R\$ 479 milhões), além de serviços de terceiros, em consultorias, auditorias e processamento de dados, no país (R\$ 164 milhões);
 - » Custos Exploratórios (R\$ 1.084 milhões), relativo à baixa de poços secos ou sem viabilidade econômica no país (R\$ 971 milhões) devido ao aumento contínuo de poços perfurados nos últimos anos, reflexo da intensificação do programa de investimentos da companhia e à elevação do custo unitário de perfuração de poços, motivada pela pressão do aquecimento da indústria sobre os insumos;
 - » Provisão para perda no valor recuperável dos ativos de Exploração e Produção (R\$ 479 milhões), refletindo a redução na cotação internacional do petróleo;
- ▶ Outras Despesas Operacionais (R\$ 148 milhões), devido as perdas com desvalorização de estoques (R\$ 1.381 milhões), em função da redução de preços das *commodities*, compensada pela inexistência de despesa extraordinária incorrida com o Plano Petros (R\$ 1.050 milhões) em 2007 e de outros gastos, tais como: Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) e encargos e multas contratuais (R\$ 106 milhões).

Superando a redução ocorrida com despesas relativas a:

- › Plano de Pensão e de Saúde (R\$ 1.068 milhões), em virtude dos compromissos assumidos com o Acordo de Obrigações Recíprocas (R\$ 697 milhões) em 2007, além da redução, em 2008, da despesa atuarial em função do bom resultado dos ativos do Plano em 2007 (R\$ 185 milhões) e da implementação do benefício farmácia em 2007 (R\$ 97 milhões);
- › Tributárias (R\$ 355 milhões), em virtude da extinção da CPME, compensado pelo aumento da alíquota do IOF a partir de janeiro de 2008 e pelo aumento de impostos no exterior, destacando os incidentes sobre dividendos e contratos de mútuo.

Resultado Financeiro positivo (R\$ 8.043 milhões), em virtude dos ganhos com variações cambiais sobre recursos aplicados em ativos no exterior, conforme discriminado a seguir:

	(R\$ MILHÕES)		
	JAN-DEZ/2008	JAN-DEZ/2007	VARIAÇÃO
Efeito Cambial sobre Endividamento Líquido	(1.315)	(688)	(627)
Varição Monetária s/ financiamentos	(321)	(110)	(211)
Despesas Financeiras Líquidas	(2.566)	(1.805)	(761)
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	(4.202)	(2.603)	(1.599)
Varição Cambial s/ Utilização de Recursos no Exterior via Controladas	6.418	(2.254)	8.672
<i>Hedge</i> sobre operações comerciais e financeiras			
Comercial	665	(410)	1.075
Financeiro	(22)	(19)	(3)
Total Hedge	642	(429)	1.071
Títulos e Valores Mobiliários	248	417	(169)
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	584	941	(357)
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	330	(95)	425
Resultado Financeiro Líquido - Lei 6.404/76	4.020	(4.023)	8.043

Maior ganho no resultado de investimentos em participações societárias relevantes (R\$ 66 milhões), efeito da variação cambial sobre a conversão das Demonstrações Contábeis das controladas no exterior (R\$ 1.315 milhões), reflexo da apreciação do dólar no ano (32%) e ganho por mudança de participação, devido à reestruturação societária da Quattor Participações (R\$ 409 milhões), compensados pelo desempenho das participações no setor petroquímico (R\$ 878 milhões) e amortização de ágio (R\$ 273 milhões).

4 EFEITOS DA ADOÇÃO DA LEI Nº 11.638/2007 E DA MEDIDA PROVISÓRIA 449/2008

Após os ajustes decorrentes da implantação da Lei 11.638/07, detalhados a seguir, o lucro líquido do exercício de 2008 foi de R\$ 32.988 milhões no Sistema Petrobras (Consolidado) e R\$ 36.470 milhões na Petrobras (Controladora).

	(R\$ MILHÕES)			
	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	RESULTADO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	RESULTADO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo conforme demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2008:	32.988	138.365	36.470	144.051
> No exercício de 2008:				
Subvenção e assistência governamentais	(557)	76	(557)	76
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	(205)	201	(205)	131
Compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	740	740	740	740
Efeitos das mudanças das taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	635		451	
Instrumentos financeiros derivativos	314	314	(9)	(9)
	927	1.331	420	938
> Pela adoção inicial em 1º de janeiro de 2008:				
Instrumentos financeiros derivativos		49		
Compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens		(1.387)		(1.387)
		(1.338)		(1.387)
Saldos anteriores à aplicação da Lei 11.638/07 e Medida Provisória 449/08	33.915	138.358	36.890	143.602

Descrição das novas práticas contábeis:

a. Subvenções e assistências governamentais

O Pronunciamento 07, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, define que os incentivos fiscais decorrentes de doações ou subvenções governamentais para investimentos, recebidos a partir de 1º janeiro de 2008, sejam reconhecidos como receita ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática, aplicando-se na Petrobras da seguinte forma:

- » Subvenções com reinvestimentos: na mesma proporção da depreciação do bem;
- » Subvenções diretas relacionadas ao lucro da exploração: diretamente no resultado;

Os valores apropriados no resultado do ano de 2008, no montante de R\$ 577 milhões estão sendo destinados a uma Reserva de Lucros, específica para Incentivos Fiscais.

Os saldos das Reservas de Capital referentes às doações e subvenções para investimento, existentes em 31 de dezembro de 2007, serão mantidos até a sua total utilização, na forma prevista na Lei 6.404/76.

b. Instrumentos financeiros

O CPC 14 estabelece princípios para o reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros e de alguns contratos de compra e venda de itens não financeiros e para a divulgação de instrumentos financeiros derivativos.

Com a adoção do CPC 14, as operações de *hedge* de fluxo de caixa passaram a ser registradas, no balanço patrimonial, pelo seu valor justo, quando se qualificam como *hedge* efetivo, com efeitos no patrimônio líquido, e posterior reclassificação para o resultado, quando a transação objeto de *hedge* tenha impacto sobre o resultado. Anteriormente, essas operações eram registradas no resultado, somente no momento da sua liquidação financeira.

Os instrumentos financeiros derivativos, para proteção das variações nos preços de petróleo e derivados, passaram a ser marcados a mercado ao longo de seus períodos de vigência, com impactos no resultado financeiro. Anteriormente, esses ajustes, também, eram registrados no resultado somente quando da sua liquidação financeira. O ajuste ao valor de mercado dos títulos mobiliários classificados como disponíveis para venda passou a ser registrado, no patrimônio líquido, até sua liquidação, quando será transferido para o resultado. Anteriormente, esses ajustes impactavam o resultado do exercício.

c. Contratos com transferência de benefícios, riscos e controle de bens

O CPC 06 estabelece procedimentos para contabilização e divulgação de transações em que existem compromissos contratuais com e sem transferência de benefícios, riscos e controles de bens.

A companhia passou a registrar em seu ativo imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do contrato os direitos que tenham por objetos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia decorrentes de operações que transferiram os benefícios, riscos e controle desses bens, assim como sua obrigação correlata.

Anteriormente, essas operações eram contabilizadas como custo/despesa relacionadas a fretamentos, aluguel ou prestação de serviços.

d. Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

O CPC 02 estabelece critérios para definição da moeda funcional e conversão das demonstrações contábeis de controladas, coligadas e sucursais com moeda funcional distinta da moeda funcional da controladora. A adoção do CPC 02 alterou os seguintes procedimentos:

- » As variações cambiais sobre os investimentos em controladas e coligadas, com moeda funcional distinta da controladora, passaram a ser registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado quando da realização dos investimentos. Até o exercício de 2007, essa variação cambial afetava o resultado do exercício, como ganhos ou perdas de equivalência patrimonial.
- » A demonstração de resultado das investidas, em ambiente econômico estável, com moeda funcional distinta da controladora, passou a ser convertida pela taxa de câmbio média mensal, e os demais itens do patrimônio líquido passaram a ser convertidos pela taxa histórica. Anteriormente, era utilizada a taxa de câmbio do final do exercício para conversão desses itens.

Quanto à adequação da moeda funcional, após análises internas, ficou mantido o entendimento atual, ou seja; A moeda funcional da Petrobras, assim como a de todas as suas controladas brasileiras, é o Real (R\$). A moeda funcional de algumas controladas e sociedades de propósito específico (SPE) que atuam em ambiente econômico internacional é o dólar norte-americano e, a moeda funcional da "Petrobras Energía Participaciones S.A." - PEPSA é o peso argentino.

Além dos efeitos apresentados anteriormente, a Lei 11.638/07 contempla outras alterações que não impactam o resultado e o patrimônio líquido das empresas do Sistema Petrobras e estão discriminadas nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, anexas.

5 RESULTADO POR EMPRESA

RESULTADO POR EMPRESA	(R\$ MILHÕES)	
	2008 LEI 11.638	2007
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras – Controladora	36.470	22.029
Petrobras Química S.A. – Petroquisa - Consolidado	(478)	149
Petrobras Distribuidora S.A. – Consolidado	1.317	839
Petrobras Gás S.A. – Gaspetro – Consolidado	750	303
Downstream Participações S.A. – Consolidado	(996)	86
Petrobras Transporte S.A. – Transpetro – Consolidado	381	343
Petrobras International Finance Company – PifCo – Consolidado	(1.289)	(22)
Petrobras International S.A. – PIB BV – Consolidado	(2.617)	(1.838)
Braspetro Oil Service Company – Brasoil – Consolidado	41	(44)
Braspetro Oil Company – BOC – Consolidado	144	14
Petrobras Netherlands B.V. – PNBV – Consolidado	1.294	651
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda	46	(23)
Petrobras Negócios Eletrônicos – E-Petro – Consolidado	3	3
FIDC NP do Sistema Petrobras*	1.312	
5283	(114)	(488)
Termelétricas**	446	(92)
Fafen Energia	(3)	12
FII RB Logística	(73)	18
Refinaria Ipiranga S.A. - RPI (Consolidação proporcional a partir de jun/2007)	(10)	
IASA	10	
17 de Maio Participações	44	
SPE***	(672)	984
Menos: Eliminações e ajustes	(4.425)	(184)
Participação dos acionistas não controladores	1.407	(1.228)
	32.988	21.512

* Consolidada até março/2008 na linha de SPEs.

** UTE Norte Fluminense, UTE Nova Piratininga, Termorio, Termobahia, Soc.Fluminense de Energia - SFE, Termoceará, Ibiritermo, Termomacaé, UTE Juiz de Fora, Baixada Santista, Brasil PCH, Breitener e Brasympe.

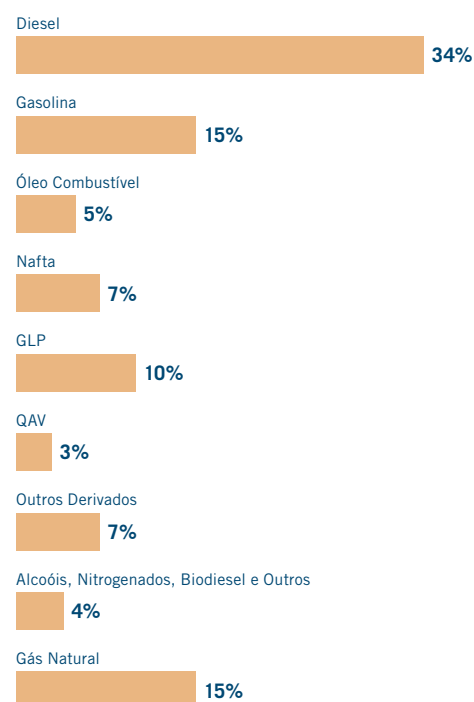
*** Cia Petrolífera Marlim - CPM, Novamarlim Petróleo, Cayman Cabiunas Invest., Barracuda e Caratinga Leasing Company, Albacora Japão Petróleo, Cia. de Recuperação Secundária - CRSec, Nova Transportadora do Sudeste, Nova Transportadora do Nordeste e Cia.Locadora de Equipamentos Petrolíferos - Clep.

6 VOLUME DE VENDAS

O volume de vendas no mercado interno foi 5% superior ao do exercício de 2007, com destaque para o diesel, a gasolina, o QAV e gás natural. O aumento de 6% nas vendas de diesel reflete o aumento do PIB, o funcionamento de térmicas emergenciais a diesel, o investimento em obras de infra-estrutura, mineração e construção civil, além da redução da produção e importação de outros *players*. O aumento de 4% nas vendas de gasolina foi influenciado pelo aumento no consumo das famílias e pela menor participação de outros *players*. O aumento de 7% nas vendas de QAV é decorrente da expansão do turismo, da entrada de novas aeronaves e de novas rotas, aumentando a oferta de vôos. O aumento de 26% nas vendas de gás natural decorre das vendas de gás não térmico para as distribuidoras no Estado de São Paulo e ao aumento de 150% das vendas para o mercado térmico, motivada pela maior oferta de gás, principalmente em função do incremento da produção do campo de Manati, no litoral baiano, e da entrada em operação dos gasodutos Cabiúnas-Vitória e Vitória-Cacimbas.

As vendas internacionais foram 6% inferiores em relação a 2007, devido a paradas para manutenções na refinaria de Pasadena, da venda das refinarias da Bolívia em 2007, redução da produção nos EUA (perda de pressão em Cottonwood e furacão Ike) e Argentina (campos maduros) e redução dos volumes vendidos de óleo e gás na Bolívia com os novos contratos de operação, atenuados pela consolidação das vendas da Refinaria do Japão, a partir do 2T-2008 e pelo início da produção de petróleo na Nigéria, no 3T-2008.

VOLUME DE VENDAS MERCADO INTERNO 2008 (2.146 MIL BARRIS/DIA)



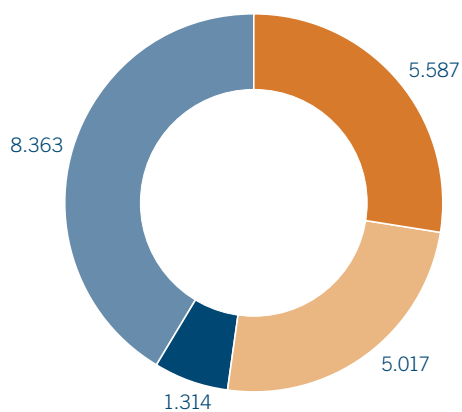
7 ESTOQUES

Os estoques consolidados de petróleo, derivados, matérias-primas e álcoois, atingiram o montante de R\$ 20.122 milhões em 31.12.2008, 14% superiores aos de 31.12.2007. Em função da redução dos preços das *commodities*, foram constituídas provisões para redução ao valor de mercado que, ao longo de 2008, totalizaram R\$ 1.271 milhões.

ESTOQUES - CONSOLIDADO - 31.12.2008

(R\$ MILHÕES)

LEI 11.638/07

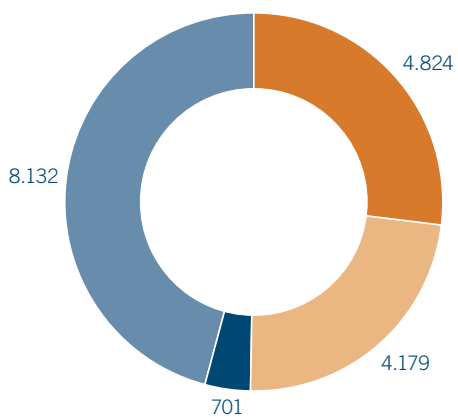


Derivados
Suprimentos para manutenção*
Outros
Matéria-prima

* INCLUI ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

ESTOQUES - CONSOLIDADO - 31.12.2007

(R\$ MILHÕES)



Derivados
Suprimentos para manutenção*
Outros
Matéria-prima

* INCLUI ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

8 ENDIVIDAMENTO

O endividamento referente a empréstimos e financiamentos, no País e no exterior, atingiu R\$ 64.713 milhões, conforme demonstrado a seguir:

	(R\$ MILHÕES)		
	31.12.2008 LEI 11.638	31.12.2007	Δ%
Endividamento de Curto Prazo ⁽¹⁾	13.859	8.960	55
Endividamento de Longo Prazo ⁽¹⁾	50.854	30.781	65
Total	64.713	39.741	63
Disponibilidades	15.889	13.071	
Endividamento líquido ⁽²⁾	48.824	26.670	83
Endividamento líquido / (Endividamento líquido + Patrimônio Líquido) ⁽¹⁾	26%	19%	7
Passivo Total líquido ^{(1) (3)}	277.665	219.590	26
Estrutura de capital	50%	48%	2

(1) Inclui compromissos contratuais com transferência de benefícios, risco e controle de bens.

(2) Endividamento Total – Disponibilidades.

(3) Passivo total líquido de caixa/aplicações financeiras.

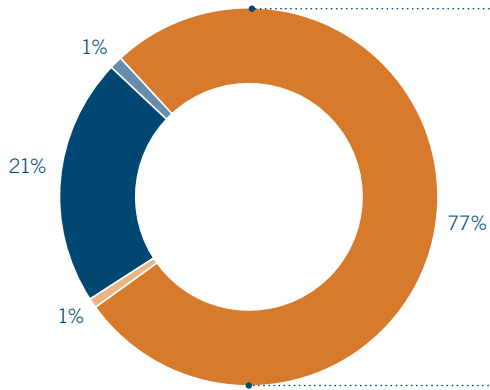
	(US\$ MILHÕES)		
	31.12.2008 LEI 11.638	31.12.2007	Δ%
Endividamento de Curto Prazo ⁽¹⁾	5.930	5.058	17
Endividamento de Longo Prazo ⁽¹⁾	21.760	17.378	25
Total	27.691	22.436	23

O endividamento líquido do Sistema Petrobras aumentou 83% em relação a 2007, em decorrência da depreciação do Real no exercício, além de captações nos mercados interno e externo, associado ao uso de recursos com programa intensivo de investimentos.

O nível de endividamento, medido através do índice da dívida líquida/EBITDA aumentou de 0,53 em 31.12.2007 para 0,85 em 31.12.2008. A estrutura de capital está representada por 50% de participação de capitais de terceiros, um aumento de 2 pontos percentuais se comparada a 31.12.2007. >>>

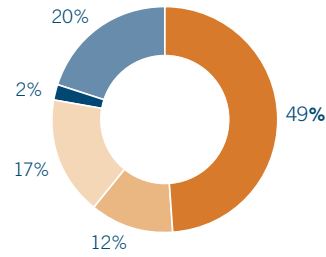
» 8 ENDIVIDAMENTO - (CONT.)

ENDIVIDAMENTO BRUTO TOTAL - 31.12.2008



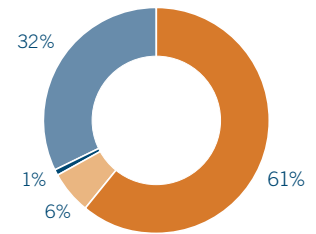
■ Financiamento Longo Prazo ■ Financiamento Curto Prazo
■ Compromissos Contratuais LP ■ Compromissos Contratuais CP

ABERTURA POR TAXA



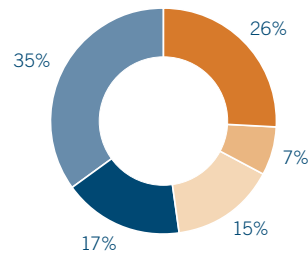
■ Até 6% ■ De 10 a 12%
■ De 6 a 8% ■ Outras
■ De 8 a 10%

ABERTURA POR MOEDA



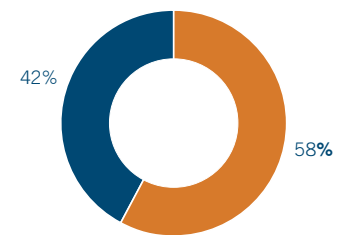
■ Dólar ■ Outras Reais
■ Iene

ABERTURA POR CATEGORIA



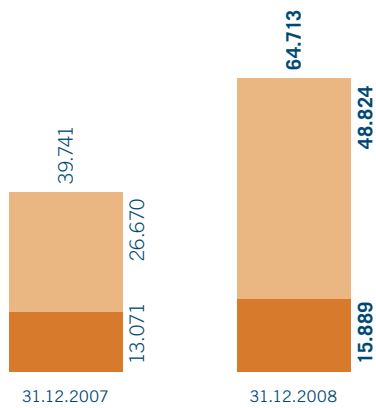
■ Notes ■ Outras Instituições Financeiras
■ Debêntures ■ BNDES

ABERTURA POR TIPO DE TAXA



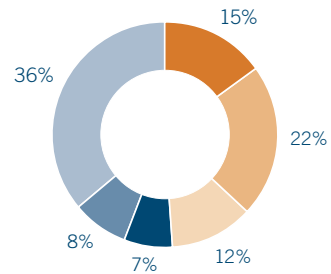
■ Flutuantes ■ Fixas

ENDIVIDAMENTO BRUTO (R\$ MILHÕES)



■ Disponibilidades ■ Endividamento Líquido

ABERTURA POR DATA DE VENCIMENTO



■ 2010 ■ 2013
■ 2011 ■ 2014
■ 2012 ■ Após 2014

9 RETORNO OPERACIONAL SOBRE O CAPITAL EMPREGADO (ROCE) E RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (ROE)

PERÍODO	ROCE	ROE
Exercício 2006	23%	28%
Exercício 2007	18%	20%
Exercício 2008 - Lei 6.404	19%	26%
Exercício 2008 - Lei 11.638	19%	25%

O Retorno do Capital Empregado aumentou 1 ponto percentual em relação a dez/2008, em decorrência do aumento na lucratividade já comentada, superando o aumento do capital empregado, por captação de novos financiamentos e variação cambial sobre endividamento.

Já o Retorno sobre o Patrimônio Líquido aumentou 6 pontos percentuais, em decorrência do aumento nas receitas e do melhor resultado financeiro.

A participação dos administradores nos lucros ou resultados será objeto de deliberação pela Assembléia Geral Ordinária, em 08 de abril de 2009, na forma disposta pelos artigos 41 e 56 do Estatuto Social da companhia e pelas normas federais específicas.

10 PATRIMÔNIO LÍQUIDO, DESTINAÇÃO DO RESULTADO E DIVIDENDOS

Em 31 de dezembro de 2008, após ajustes da Lei 11.638/07, o Patrimônio Líquido da Petrobras (Controladora) atingiu o montante de R\$ 144.051 milhões, correspondendo a R\$ 16,41 por ação.

O valor de mercado da companhia alcançou R\$ 223.991 milhões.

DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Para o lucro líquido da Controladora, no montante de R\$ 36.470 milhões, estão sendo propostas as seguintes destinações:

	(R\$ MILHÕES)	
Lucro Líquido do Exercício		36.470
Destinações		
> Para Reservas:		
Reserva Legal (art. 193 da Lei 6.404/76) constituída a razão de 5% do lucro líquido	1.824	
Reserva Estatutária (art. 194 da lei 6.404/76)	395	
Reserva de Incentivos Fiscais (art.195 - Lei 6.404/76)	557	
Retenção de Lucros (art.196 da Lei 6.404/76)	23.779	26.555
> Para Acionistas:		
Juros sobre o capital próprio	7.019	
Dividendos	2.896	9.915

RESERVA DE LUCROS - INCENTIVOS FISCAIS - SUDENE

É constituída mediante destinação da parcela do lucro correspondente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, apropriada no resultado do exercício em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, incluído pela Lei 11.638/07, a partir de 1º de janeiro de 2008.

Em 2008, foi apropriado no resultado o valor de R\$ 557 milhões referente ao incentivo para subvenção de investimentos no Nordeste, no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e está sendo proposta a retenção desta parcela do lucro em reserva de incentivos fiscais.

PROPOSTA DE RETENÇÃO DE LUCROS

Na Assembléia Geral de Acionistas, a ser realizada em 08.04.2009, está sendo proposta uma retenção de lucros no montante de R\$ 25.217 milhões, sendo a parcela de R\$ 23.779 milhões provenientes do lucro do exercício de 2008 e R\$ 1.438 milhões do saldo remanescente de lucros oriundos de exercícios anteriores, que se destina a atender parcialmente o programa anual de investimentos da companhia, estabelecido no Orçamento de Capital do exercício de 2009, também a ser deliberado na Assembléia Geral de Acionistas.

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

O Conselho de Administração da Petrobras, com base em disposições estatutárias, está propondo à Assembleia Geral Ordinária do dia 08.04.2009, a distribuição de um dividendo relativo ao exercício de 2008, no montante de R\$ 9.915 milhões, correspondente a 29,04% do lucro básico para fins de dividendo equivalente a R\$ 1,13 por ação ordinária e preferencial, indistintamente, conforme abaixo demonstrado:

DEMONSTRAÇÃO DO LUCRO BÁSICO DA CONTROLADORA PARA FINS DE DIVIDENDOS	(R\$ MILHÕES)
Lucro Líquido do Exercício	36.470
Apropriação:	
Reserva Legal (art. 193 da Lei 6.404/76)	(1.824)
Reserva de Incentivos Fiscais	(557)
(+) Reversões/Adições:	
Reserva de Reavaliação	51
(=) Lucro básico para determinação do dividendo	34.140
Dividendo proposto equivalente a 29,04% do lucro básico - R\$ 1,13 por ação composto de:	
Juros sobre Capital Próprio	7.019
Dividendos	2.896
Total de Dividendos Propostos	9.915

Os dividendos propostos para o exercício de 2008, incluem a parcela de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 7.019 milhões (R\$ 0,80 por ação), que será disponibilizada com base na posição acionária de 26 de dezembro de 2008, sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos. A parcela dos dividendos no valor de R\$ 2.896 milhões será disponibilizada com base na posição acionária de 08 de abril de 2009, data da AGO, que deliberará sobre o assunto.

Esses valores serão atualizados monetariamente, a partir de 31.12.2008 até a data de início do pagamento a ser definida em AGO, de acordo com a variação da taxa SELIC.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao

Conselho de Administração e aos Acionistas da

Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras

Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos o balanço patrimonial da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (“companhia”) e o balanço patrimonial consolidado dessa companhia e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da companhia e suas controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Nosso exame foi conduzido com o objetivo de formarmos uma opinião sobre as demonstrações contábeis acima referidas, tomadas em conjunto. As demonstrações da segmentação de negócios e do balanço social, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, representam informações complementares a essas demonstrações, não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e estão sendo apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essas informações complementares

foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria aplicados às demonstrações contábeis e, em nossa opinião, estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, adequadamente em relação às demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto.

5. Anteriormente, as demonstrações contábeis da companhia e as demonstrações contábeis consolidadas da companhia e suas controladas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos daquele exercício, além das informações complementares compreendendo as demonstrações dos fluxos de caixa, do valor adicionado, da segmentação de negócios e do balanço social, foram examinadas por nós, que sobre elas, emitimos parecer sem ressalvas, datado de 3 de março de 2008. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória no 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios. Adicionalmente, de acordo com a Lei nº 11.638/07 a demonstração de origens e aplicações de recursos, apresentada nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2007, foi substituída pela demonstração dos fluxos de caixa.

Rio de Janeiro, 6 de março de 2009.



KPMG Auditores Independentes

CRC-SP-14.428/O-6-F-RJ

Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa

Contador CRC-RJ-052.428/O-2

PASSIVO	NOTA	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
		2008	2007	2008	2007
Circulante					
Financiamentos	16	12.451.137	7.853.781	2.276.822	625.922
Juros sobre financiamentos	16	823.330	647.449	229.334	122.596
Compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	17	585.045		5.052.563	
Fornecedores		17.027.579	13.791.198	72.032.402	36.456.554
Impostos, contribuições e participações	20.2	12.741.382	10.006.272	10.537.882	8.493.492
Dividendos propostos	24	9.914.707	6.580.557	9.914.707	6.580.557
Projetos estruturados	11.4	188.858	41.470	401.148	408.234
Plano de pensão	21	627.988	424.259	579.051	386.091
Plano de saúde	21	523.714	455.736	493.221	429.666
Salários, férias e encargos		2.016.430	1.688.960	1.561.017	1.375.912
Provisão para contingências	25	54.000	54.000	54.000	54.000
Adiantamento de clientes		666.107	493.217	298.032	120.326
Provisão para participações de empregados e administradores		1.344.526	1.011.914	1.138.078	844.412
Receitas diferidas		5.929			
Outras contas e despesas a pagar		3.586.429	4.506.198	7.130.338	4.488.096
		62.557.161	47.555.011	111.698.595	60.385.858
Não circulante					
Financiamentos	16	50.049.441	29.806.589	11.456.564	4.811.988
Compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	17	804.998		12.701.708	
Subsidiárias, controladas e coligadas	7.2	49.289	94.664	1.100.528	2.374.256
Impostos e contribuição social diferidos	20.4	13.165.132	10.418.754	10.821.894	8.433.677
Plano de pensão	21	3.475.581	4.520.145	2.966.084	4.138.672
Plano de saúde	21	10.296.679	9.272.183	9.510.037	8.554.276
Provisão para contingências	25	890.326	613.969	203.285	208.415
Provisão para desmantelamento de áreas	4.8	6.581.618	6.132.359	5.975.787	5.854.072
Receitas diferidas		1.292.906	1.391.788	76.574	
Outras contas e despesas a pagar		1.982.355	1.262.114	448.672	459.561
		88.588.325	63.512.565	55.261.133	34.834.917
Participação dos acionistas não controladores		2.653.074	6.306.097		
Patrimônio líquido	23				
Capital social realizado		78.966.691	52.644.460	78.966.691	52.644.460
Reservas de capital		514.857	1.553.831	514.857	1.553.831
Reserva de reavaliação		10.284	61.520	10.284	61.520
Reservas de lucros		58.643.049	59.594.316	64.442.783	61.752.424
Ajustes de avaliação patrimonial		(405.863)		(336.180)	
Ajustes acumulados de conversão		636.264		452.704	
		138.365.282	113.854.127	144.051.139	116.012.235
		292.163.842	231.227.800	311.010.867	211.233.010

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação do capital social realizado)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	NOTA	
Receita operacional bruta		
Vendas		
Produtos		
Serviços, principalmente fretes		
Encargos de vendas		
Receita operacional líquida		
Custo dos produtos e serviços vendidos		
Lucro bruto		
Receitas (Despesas) operacionais		
Vendas		
Financeiras		
Despesas	18	
Receitas	18	
Variações cambiais e monetárias, líquidas	18	
Gerais e administrativas		
Honorários da diretoria e do conselho de administração		
De administração		
Tributárias		
Custos com pesquisas e desenvolvimento tecnológico		
Perda na recuperação de ativos		
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás		
Planos de pensão e saúde	21	
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	18	
Participações em subsidiárias e coligadas		
Resultado de participações em investimentos	13	
Lucro operacional antes da contribuição social, do imposto de renda, das participações dos empregados e administradores e da participação dos acionistas não controladores		
Contribuição social	20.5	
Imposto de renda	20.5	
Lucro antes das participações dos empregados e administradores e da participação dos acionistas não controladores		
Participações dos empregados e administradores	22	
Lucro antes da participação dos acionistas não controladores		
Participação dos acionistas não controladores		
Lucro líquido do exercício		
Lucro líquido por ação do capital social realizado no fim do exercício - R\$		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2008	2007	2008	2007
	266.217.208	218.050.202	207.484.566	169.965.711
	276.872	203.972	505.883	279.243
	266.494.080	218.254.174	207.990.449	170.244.954
	(51.375.544)	(47.676.449)	(46.280.943)	(43.477.953)
	215.118.536	170.577.725	161.709.506	126.767.001
	(141.623.359)	(104.398.043)	(97.343.992)	(70.444.686)
	73.495.177	66.179.682	64.365.514	56.322.315
	(7.162.264)	(6.059.734)	(6.325.507)	(5.314.132)
	(4.193.135)	(3.292.002)	(7.050.686)	(3.096.677)
	3.494.430	2.417.659	5.991.531	4.662.159
	3.827.489	(3.146.547)	8.256.134	(4.713.938)
	(35.792)	(29.259)	(5.153)	(4.034)
	(7.211.566)	(6.398.633)	(5.012.193)	(4.484.176)
	(862.766)	(1.255.511)	(425.978)	(717.092)
	(1.705.572)	(1.712.338)	(1.690.702)	(1.700.342)
	(933.088)	(446.129)	(602.675)	(45.248)
	(3.494.258)	(2.569.724)	(2.550.569)	(1.211.923)
	(1.427.395)	(2.494.510)	(1.343.773)	(2.359.108)
	(4.712.243)	(5.188.393)	(3.366.678)	(4.611.454)
	(24.416.160)	(30.175.121)	(14.126.249)	(23.595.965)
	(874.218)	(465.274)	2.252.380	(643.379)
	48.204.799	35.539.287	52.491.645	32.082.971
	(4.169.529)	(2.876.775)	(3.995.909)	(2.492.591)
	(11.792.449)	(8.395.983)	(10.888.109)	(6.717.277)
	32.242.821	24.266.529	37.607.627	22.873.103
	(1.344.526)	(1.011.914)	(1.138.078)	(844.412)
	30.898.295	23.254.615	36.469.549	22.028.691
	2.089.497	(1.742.826)		
	32.987.792	21.511.789	36.469.549	22.028.691
	3,76	4,90	4,16	5,02

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL		RESERVA DE REAVIAÇÃO
		SUBVENÇÕES AFRMM	INCENTIVOS FISCAIS	
Em 1º de janeiro de 2007	48.263.983	158.298	213.766	66.423
Aumento de capital em 2 de abril de 2007	4.380.477			
Recursos provenientes do AFRMM		10.844		
Incentivos fiscais SUDENE			1.170.923	
Realização de reserva				(4.903)
Lucro líquido do exercício				
Destinações:				
Apropriações em reservas				
Dividendos propostos				
Em 31 de dezembro de 2007	52.644.460	169.142	1.384.689	61.520
Ajuste de exercícios anteriores - Adoção da Lei 11.638/07				
Aumento de capital em 4 de abril de 2008	26.322.231	(169.142)	(850.679)	
Ajuste de incentivos fiscais SUDENE			(19.153)	
Ajuste de conversão				
Realização de reserva				(51.236)
Ganhos ou Perdas não realizados em aplicações disponíveis para venda				
Lucro líquido do exercício				
Destinações:				
Apropriações do lucro líquido em reservas				
Dividendos propostos				
Retenção de lucros				
	78.966.691		514.857	10.284
Em 31 de dezembro de 2008	78.966.691	514.857		10.284

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	RESERVAS DE LUCROS				AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	AJUSTES ACUMULADOS DE CONVERSÃO	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	LEGAL	ESTATUTÁRIA	INCENTIVOS FISCAIS	RETENÇÃO DE LUCROS				
	6.511.073	1.249.439		42.919.352				99.382.334
		(1.008.119)		(3.372.358)				10.844
								1.170.923
							4.903	
							22.028.691	22.028.691
	1.101.435	263.222		14.088.380			(15.453.037)	
							(6.580.557)	(6.580.557)
	7.612.508	504.542		53.635.374				116.012.235
							1.386.691	1.386.691
				(25.302.410)				(19.153)
						452.704		452.704
							51.236	
					(336.180)			(336.180)
							36.469.549	36.469.549
	1.823.477	394.834	557.185	23.779.347			(26.554.843)	
							(9.914.707)	(9.914.707)
				1.437.926			(1.437.926)	
	9.435.985	899.376	557.185	53.550.237	(336.180)	452.704		144.051.139
		64.442.783			(336.180)	452.704		144.051.139

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2008	2007	2008	2007
Atividade operacional				
Lucro líquido do exercício	32.987.792	21.511.789	36.469.549	22.028.691
Ajustes:				
Participação dos acionistas não controladores	(2.089.497)	1.742.826		
Resultado de participações em investimentos relevantes	115.790	367.361	(2.494.234)	641.238
Ágio/deságio - amortização	758.428	97.913	241.854	20.343
Depreciação, depleção e amortização	11.631.984	10.695.826	7.952.428	5.798.802
Perda na recuperação de ativos	2.658.224	446.130	891.258	87.146
Baixa de poços secos	1.524.143	916.080	1.291.395	320.502
Valor residual de bens baixados de natureza permanente	597.001	398.666	5.817	151.737
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros sobre financiamentos e operações de mútuo e outras operações	4.033.176	(1.786.249)	(21.581.932)	3.503.919
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	4.769.951	477.234	5.736.892	619.148
Aumento/Redução de ativos e passivos				
Redução/(aumento) da contas a receber	(210.111)	1.394.042	(1.079.071)	1.109.284
Redução/(aumento) dos estoques	(1.413.136)	(1.429.937)	(1.205.349)	354.734
Aumento da conta petróleo e álcool - STN	(11.822)	(12.060)	(11.822)	(12.060)
Variação cambial de ativo permanente*		6.802.836		
Aumento de outros ativos	(528.823)	(1.272.217)	(145.209)	(684.729)
Aumento de fornecedores	648.394	1.549.778	3.272.052	1.985.843
Aumento/(redução) de impostos, taxas e contribuições	(3.642.293)	382.622	(4.523.328)	264.880
Aumento/(redução) de obrigações com projetos estruturados	147.389	(934.163)	147.389	(934.163)
Aumento dos Planos de Pensão e de Saúde	1.546.437	2.790.542	1.336.498	2.570.549
Aumento/(redução) de outros passivos	(3.543.081)	(1.532.439)	919.651	(274.134)
Aumento/(redução) de operações de curto prazo com empresas subsidiárias, controladas e coligadas:				
Redução/(aumento) de contas a receber	17.214	(415.956)	(4.143.736)	(2.915.985)
Redução/(aumento) de contas a pagar	(45.375)	48.109	857.428	1.690.674
Aumento com operação com fornecimento de petróleo e derivados - exterior			31.838.213	3.879.698
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	49.951.785	42.238.733	55.775.743	40.206.117
Atividades de investimentos				
Investimentos em exploração e produção de petróleo e gás	(26.008.454)	(20.405.267)	(18.982.305)	(14.696.321)
Investimentos em refino e transporte	(13.349.577)	(9.647.338)	(10.621.340)	(8.760.817)
Investimentos em gás e energia	(6.140.887)	(5.198.627)	(3.364.336)	(2.248.784)
Investimento no segmento internacional	(5.439.543)	(5.237.981)	(75.069)	(27.028)
Investimentos em distribuição	(1.179.204)	(915.517)	(705.811)	(389.644)
Investimentos em títulos e valores mobiliários	(273.726)	(3.122.991)	(95.543)	(3.259.628)
Outros investimentos	(1.266.037)	(776.109)	(1.256.367)	(775.571)
Dividendos recebidos	232.055	70.872	1.272.481	929.126
Empreendimentos em negociação			(1.326.338)	(681.360)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	(53.425.373)	(45.232.958)	(35.154.628)	(29.910.027)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2008	2007	2008	2007
Atividades de financiamentos				
Financiamentos e operações de mútuo, líquidos	11.836.832	(3.947.929)	(14.774.380)	(17.051.010)
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não - Padronizados			3.786.197	1.978.332
Dividendos pagos a acionistas	(6.212.568)	(7.474.355)	(6.212.568)	(7.474.355)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamentos	5.624.264	(11.422.284)	(17.200.751)	(22.547.033)
Efeito de variação cambial sobre caixas e equivalentes de caixa	667.071	(341.747)		
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício	2.817.747	(14.758.256)	3.420.365	(12.250.943)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.070.849	27.829.105	7.847.949	20.098.892
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	15.888.596	13.070.849	11.268.314	7.847.949
Informações adicionais aos fluxos de caixa:				
Valores pagos e recebidos durante o exercício				
Juros pagos, líquidos do montante capitalizado	4.012.109	2.852.752	1.785.459	469.002
Juros recebidos sobre empréstimos			3.122.428	2.836.884
Imposto de renda e contribuição social	10.918.489	7.713.424	9.271.464	6.250.675
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	2.047.224	1.753.766	1.696.689	1.573.548
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa				
Aquisição de imobilizado de contrato com transferência de benefícios, riscos e controle de bens	9.972		6.686.914	
Bens recebidos por doação	3	82		
Capitalização de dividendos a receber de coligadas ou subsidiárias				183.586
Provisão para abandono de poços	131.438	3.008.545	70.698	2.999.026

* Em 2008, com a adoção do novo critério de conversão, o efeito cambial sobre o ativo permanente das empresas sediadas no exterior são compensadas pelo ajuste acumulado de conversão, no patrimônio líquido, não afetando a demonstração dos fluxos de caixa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	CONSOLIDADO				CONTROLADORA			
	2008	%	2007	%	2008	%	2007	%
Receitas								
Vendas de produtos e serviços e outras receitas	268.936.483		220.153.532		210.066.823		171.949.673	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituição	(167.026)		(104.156)		(88.572)		(15.211)	
Receitas relativas à construção de ativo para uso	47.163.873		26.057.647		31.921.891		20.481.214	
	315.933.330		246.107.023		241.900.142		192.415.676	
Insumos adquiridos de terceiros								
Materiais consumidos	(47.890.791)		(33.098.285)		(28.142.217)		(21.523.211)	
Custo das mercadorias para revenda	(53.989.794)		(29.888.395)		(28.543.536)		(25.153.779)	
Energia, serviços de terceiros e outros	(52.590.649)		(42.840.479)		(41.119.679)		(21.953.469)	
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(9.602.596)		(3.984.316)		(19.256.674)		(12.945.905)	
Perda na recuperação de ativos	(2.658.224)		(480.812)		(891.258)		(87.146)	
	(166.732.054)		(110.292.287)		(117.953.364)		(81.663.510)	
Valor adicionado bruto	149.201.276		135.814.736		123.946.778		110.752.166	
Retenções								
Depreciação e amortização	(11.631.984)		(10.695.826)		(7.952.428)		(5.798.802)	
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	137.569.292		125.118.910		115.994.350		104.953.364	
Valor adicionado recebido em transferência								
Resultado de participações em investimentos	(115.790)		(367.361)		2.494.234		(623.036)	
Receitas financeiras - inclui variações monetária e cambial	3.494.430		2.417.659		7.254.449		2.893.929	
Amortização de ágios e deságios	(758.428)		(97.913)		(241.854)		(20.344)	
Aluguéis, royalties e outros	1.293.912		562.307		1.155.856		456.272	
	3.914.124		2.514.692		10.662.685		2.706.821	
Valor adicionado a distribuir	141.483.416		127.633.602		126.657.035		107.660.185	

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	CONSOLIDADO				CONTROLADORA			
	2008	%	2007	%	2008	%	2007	%
Distribuição do valor adicionado								
Pessoal e administradores								
Remuneração Direta								
Salários	9.103.594	6	7.040.959	6	6.481.382	5	5.069.454	5
Participações dos empregados e administradores nos lucros	1.344.526	1	1.011.914	1	1.138.078	1	844.412	1
Benefícios								
Vantagens	835.286	1	785.775	1	535.125	0	475.495	0
Plano de aposentadoria e pensão	926.324	1	2.913.607	2	866.299	1	2.820.279	3
Plano de saúde	1.716.426	1	1.903.651	1	1.623.217	2	1.798.391	2
FGTS	600.674	0	507.179	0	525.626	0	446.254	0
	14.526.830	10	14.163.085	11	11.169.727	9	11.454.285	11
Tributos								
Federais*	57.456.863	40	46.509.101	37	53.855.166	42	42.652.147	40
Estaduais	22.338.990	16	22.993.351	18	12.363.556	10	14.470.588	13
Municipais	147.705	0	115.254	0	80.118	0	48.153	0
No exterior*	5.169.057	4	4.301.405	3				
	85.112.615	60	73.919.111	58	66.298.840	52	57.170.888	53
Instituições financeiras e fornecedores								
Juros, variações cambiais e monetárias	1.891.069	1	7.385.853	6	57.470	0	5.929.226	6
Despesas de aluguéis e afretamento	9.054.607	7	8.910.938	7	12.661.449	10	11.077.095	10
	10.945.676	8	16.296.791	13	12.718.919	10	17.006.321	16
Acionistas								
Juros sobre capital próprio	7.019.261	5	6.361.205	5	7.019.261	6	6.361.205	6
Dividendos	2.895.445	2	219.352	0	2.895.445	2	219.352	0
Participação dos acionistas não controladores	(2.089.497)	(1)	1.742.826	1				
Lucros retidos	23.073.086	16	14.931.232	12	26.554.843	21	15.448.134	14
	30.898.295	22	23.254.615	18	36.469.549	29	22.028.691	20
Valor adicionado distribuído	141.483.416	100	127.633.602	100	126.657.035	100	107.660.185	100

* Inclui participações governamentais.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA SEGMENTAÇÃO DE NEGÓCIOS (CONSOLIDADO)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DA SEGMENTAÇÃO DE NEGÓCIOS (CONSOLIDADO)	2008	
	E&P	ABASTECIMENTO
Demonstração do Resultado		
Receita Operacional Líquida	106.225.551	173.176.848
Intersegmentos	104.453.913	48.549.773
Terceiros	1.771.638	124.627.075
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	(43.633.484)	(172.114.682)
Lucro Bruto	62.592.067	1.062.166
Despesas Operacionais	(5.361.560)	(5.657.824)
Vendas, Gerais e Administrativas	(729.122)	(4.976.520)
Tributárias	(109.529)	(114.013)
Custos Exploratórios p/ Extração de Petróleo e Gás	(2.550.569)	
Perda na recuperação de ativos	(602.675)	
Pesquisa e Desenvolvimento	(899.212)	(276.564)
Plano de Pensão e Saúde		
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(470.453)	(290.727)
Lucro (Prejuízo) Operacional	57.230.507	(4.595.658)
Financeiras Líquidas		
Resultado de Participação em Investimentos		(554.100)
Lucro (Prejuízo) Antes dos Impostos e Part. dos Acionistas não Controladores	57.230.507	(5.149.758)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(19.307.037)	1.657.928
Participação dos Acionistas não Controladores	136.911	164.188
Participação dos Empregados e Administradores	(445.102)	(280.604)
Lucro Líquido (Prejuízo)	37.615.279	(3.608.246)

As premissas utilizadas na elaboração dessa demonstração estão descritas na Nota 28.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

2008						
	GÁS & ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	INTERNACIONAL	CORPORATIVO	ELIMINAÇÃO	TOTAL
	15.987.874	55.762.758	22.464.350		(158.498.845)	215.118.536
	2.237.059	1.358.176	1.899.924		(158.498.845)	
	13.750.815	54.404.582	20.564.426			215.118.536
	(14.177.728)	(51.129.970)	(19.414.411)		158.846.916	(141.623.359)
	1.810.146	4.632.788	3.049.939		348.071	73.495.177
	(2.339.339)	(2.799.592)	(4.343.514)	(7.315.679)	272.564	(27.544.944)
	(970.329)	(2.813.052)	(1.698.977)	(3.486.887)	265.265	(14.409.622)
	(68.261)	(22.249)	(272.742)	(275.972)		(862.766)
			(943.689)			(3.494.258)
			(330.413)			(933.088)
	(72.660)	(13.728)	(4.653)	(438.755)		(1.705.572)
				(1.427.395)		(1.427.395)
	(1.228.089)	49.437	(1.093.040)	(1.686.670)	7.299	(4.712.243)
	(529.193)	1.833.196	(1.293.575)	(7.315.679)	620.635	45.950.233
				3.128.784		3.128.784
	17.994	76.645	(414.270)	(487)		(874.218)
	(511.199)	1.909.841	(1.707.845)	(4.187.382)	620.635	48.204.799
	194.017	(596.513)	(355.239)	2.655.884	(211.018)	(15.961.978)
	42.644		301.302	1.444.452		2.086.497
	(41.444)	(78.749)	(96.657)	(401.970)		(1.344.526)
	(315.982)	1.234.579	(1.858.439)	(489.016)	409.617	32.987.792



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de reais)



DEMONSTRAÇÃO DA SEGMENTAÇÃO DE NEGÓCIOS (CONSOLIDADO)	2007	
	E&P	ABASTECIMENTO
Demonstração do Resultado		
Receita Operacional Líquida	81.093.476	133.148.770
Intersegmentos	76.591.052	36.575.793
Terceiros	4.502.424	96.572.977
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	(34.934.677)	(118.921.679)
Lucro Bruto	46.158.799	14.227.091
Despesas Operacionais	(3.986.981)	(5.116.528)
Vendas, Gerais e Administrativas	(570.709)	(4.019.209)
Tributárias	(48.657)	(147.027)
Custos Exploratórios p/ Extração de Petróleo e Gás	(1.211.923)	
Perda na recuperação de ativos	(45.249)	
Pesquisa e Desenvolvimento	(868.078)	(333.329)
Plano de Pensão e Saúde		
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(1.242.365)	(616.963)
Lucro (Prejuízo) Operacional	42.171.818	9.110.563
Financeiras Líquidas		
Resultado de Participação em Investimentos		195.842
Lucro (Prejuízo) Antes dos Impostos e Part. dos Acionistas não Controladores	42.171.818	9.306.405
Imposto de Renda e Contribuição Social	(14.214.966)	(3.033.083)
Participação dos Acionistas não Controladores	(764.246)	(14.621)
Participação dos Empregados e Administradores	(363.100)	(276.337)
Lucro Líquido (Prejuízo)	26.829.506	5.982.364

As premissas utilizadas na elaboração dessa demonstração estão descritas na Nota 28.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

2007						
	GÁS & ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	INTERNACIONAL	CORPORATIVO	ELIMINAÇÃO	TOTAL
	9.865.871	45.078.459	19.389.980		(117.998.831)	170.577.725
	2.109.127	729.103	1.993.756		(117.998.831)	
	7.756.744	44.349.356	17.396.224			170.577.725
	(9.044.135)	(40.828.833)	(16.213.863)		115.545.144	(104.398.043)
	821.736	4.249.626	3.176.117		(2.453.687)	66.179.682
	(2.445.633)	(2.980.459)	(3.281.595)	(8.581.421)	238.386	(26.154.231)
	(1.131.894)	(2.528.285)	(1.403.963)	(3.064.207)	230.641	(12.487.626)
	(76.957)	(175.925)	(138.001)	(668.944)		(1.255.511)
			(1.357.801)			(2.569.724)
			(400.880)			(446.129)
	(182.908)	(11.636)	(3.412)	(312.975)		(1.712.338)
				(2.494.510)		(2.494.510)
	(1.053.874)	(264.613)	22.462	(2.040.785)	7.745	(5.188.393)
	(1.623.897)	1.269.167	(105.478)	(8.581.421)	(2.215.301)	40.025.451
				(4.020.890)		(4.020.890)
	155.817	(14.317)	(25.216)	(777.400)		(465.274)
	(1.468.080)	1.254.850	(130.694)	(13.379.711)	(2.215.301)	35.539.287
	561.762	(408.149)	(525.954)	5.594.424	753.208	(11.272.758)
	(447.438)		(310.185)	(206.336)		(1.742.826)
	(28.342)	(68.730)	(55.862)	(219.543)		(1.011.914)
	(1.382.098)	777.971	(1.022.695)	(8.211.166)	(1.462.093)	21.511.789

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DA SEGMENTAÇÃO DE NEGÓCIOS (CONSOLIDADO)		
	E&P	ABASTECIMENTO
Ativo	116.174.626	64.782.225
Circulante	5.880.892	23.620.084
Disponibilidades		
Outros ativos circulantes	5.880.892	23.620.084
Não circulante	110.293.734	41.162.141
Realizável a longo prazo	4.187.708	1.890.639
Imobilizado	102.289.658	35.844.947
Outros	3.816.368	3.426.555

DEMONSTRAÇÃO DA SEGMENTAÇÃO DE NEGÓCIOS (CONSOLIDADO)		
	E&P	ABASTECIMENTO
Ativo	89.256.777	55.252.719
Circulante	5.174.218	24.390.014
Disponibilidades		
Outros ativos circulantes	5.174.218	24.390.014
Não circulante	84.082.559	30.862.705
Realizável a longo prazo	4.046.461	1.334.536
Imobilizado	76.611.403	25.225.884
Outros	3.424.695	4.302.285

As premissas utilizadas na elaboração dessa demonstração estão descritas na Nota 28.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

2008						
	GÁS & ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	INTERNACIONAL	CORPORATIVO	ELIMINAÇÃO	TOTAL
	36.179.125	10.320.163	33.242.388	40.582.412	(9.117.097)	292.163.842
	5.343.529	5.680.866	5.848.084	25.007.856	(7.806.033)	63.575.278
				15.888.596		15.888.596
	5.343.529	5.680.866	5.848.084	9.119.260	(7.806.033)	47.686.682
	30.835.596	4.639.297	27.394.304	15.574.556	(1.311.064)	228.588.564
	2.323.390	734.604	1.334.571	11.997.201	(1.213.270)	21.254.843
	27.024.526	3.192.563	20.084.131	2.361.201	(42.859)	190.754.167
	1.487.680	712.130	5.975.602	1.216.154	(54.935)	16.579.554

2007						
	GÁS & ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	INTERNACIONAL	CORPORATIVO	ELIMINAÇÃO	TOTAL
	27.940.537	9.889.957	22.405.883	36.411.603	(9.929.676)	231.227.800
	4.423.357	4.946.037	4.212.202	20.049.794	(9.821.856)	53.373.766
				13.070.849		13.070.849
	4.423.357	4.946.037	4.212.202	6.978.945	(9.821.856)	40.302.917
	23.517.180	4.943.920	18.193.681	16.361.809	(107.820)	177.854.034
	1.840.846	701.623	1.087.853	13.102.139	(90.621)	22.022.837
	20.751.962	2.793.450	12.664.055	1.911.171	(17.199)	139.940.726
	924.372	1.448.847	4.441.773	1.348.499		15.890.471

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de reais)

ÁREA INTERNACIONAL	2008						
	E&P	ABASTECIMENTO	GÁS & ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	CORPORATIVO	ELIMINAÇÃO	TOTAL
Ativo	24.206.697	6.386.636	3.244.587	859.271	4.104.016	(5.558.820)	33.242.387
Demonstração do Resultado							
Receita Operacional Líquida	5.203.103	14.838.549	1.880.068	4.924.620	4.455	(4.386.445)	22.464.350
Intersegmentos	2.695.517	3.113.133	385.578	133.760		(4.428.064)	1.899.924
Terceiros	2.507.586	11.725.416	1.494.490	4.790.860	4.455	41.619	20.564.426
Lucro (Prejuízo) Operacional	522.958	(1.253.303)	309.798	(15.265)	(851.364)	(6.399)	(1.293.575)
Lucro Líquido (Prejuízo)	(127.480)	(1.405.991)	179.325	(11.436)	(486.458)	(6.399)	(1.858.439)

ÁREA INTERNACIONAL	2007						
	E&P	ABASTECIMENTO	GÁS & ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	CORPORATIVO	ELIMINAÇÃO	TOTAL
Ativo	14.987.316	4.636.112	2.378.118	819.267	2.542.641	(2.957.571)	22.405.883
Demonstração do Resultado							
Receita Operacional Líquida	4.638.000	12.999.060	1.899.958	3.653.825	25.514	(3.826.377)	19.389.980
Intersegmentos	2.589.301	2.818.080	371.561	41.191		(3.826.377)	1.993.756
Terceiros	2.048.699	10.180.980	1.528.397	3.612.634	25.514		17.396.224
Lucro (Prejuízo) Operacional	(55.157)	178.213	475.756	(95.608)	(582.717)	(25.965)	(105.478)
Lucro Líquido (Prejuízo)	(777.183)	245.109	325.774	(70.641)	(719.789)	(25.965)	(1.022.695)

As premissas utilizadas na elaboração dessa demonstração estão descritas na Nota 28.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO SOCIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de reais)

1 - BASE DE CÁLCULO	2008			2007		
Receita Líquida Consolidada (RL)	215.118.536			170.577.725		
Resultado operacional Consolidada (RO)	48.204.799			35.977.804		
Folha de pagamento bruta (FPB)	9.500.291			7.919.274		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS (i)	VALOR	% SOBRE FPB	% SOBRE RL	VALOR	% SOBRE FPB	% SOBRE RL
Alimentação	578.966	6,09%	0,27%	547.790	6,92%	0,32%
Encargos sociais compulsórios	4.633.742	48,77%	2,15%	3.355.374	42,37%	1,97%
Previdência privada	412.641	4,34%	0,19%	554.845	7,01%	0,33%
Saúde	2.009.498	21,15%	0,93%	2.138.366	27,00%	1,25%
Segurança e saúde no trabalho	110.736	1,17%	0,05%	95.031	1,20%	0,06%
Educação	106.440	1,12%	0,05%	95.284	1,20%	0,06%
Cultura	14.982	0,16%	0,01%	22.794	0,29%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	426.832	4,49%	0,20%	386.452	4,88%	0,23%
Creches ou auxílio-creche	2.825	0,03%	0,00%	2.319	0,03%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	1.344.526	14,15%	0,63%	1.011.914	12,78%	0,59%
Outros	152.581	1,61%	0,07%	66.335	0,84%	0,04%
Total - Indicadores sociais internos	9.793.769	103,09%	4,55%	8.276.504	104,51%	4,85%
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	VALOR	% SOBRE RO	% SOBRE RL	VALOR	% SOBRE RO	% SOBRE RL
Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho (i)	35.752	0,07%	0,02%	58.838	0,16%	0,03%
Educação para a Qualificação Profissional (i)	72.693	0,15%	0,03%	64.878	0,18%	0,04%
Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (i) (I)	90.159	0,19%	0,04%	110.615	0,31%	0,06%
Cultura (i)	206.751	0,43%	0,10%	205.518	0,57%	0,12%
Esporte (i)	68.952	0,14%	0,03%	79.989	0,22%	0,05%
Outros (i)	26.473	0,05%	0,01%	14.275	0,04%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	500.780	1,04%	0,23%	534.113	1,48%	0,31%
Tributos (excluídos encargos sociais)	80.140.559	166,25%	37,25%	73.441.877	204,13%	43,05%
Total - Indicadores sociais externos	80.641.339	167,29%	37,49%	73.975.990	205,62%	43,37%
4 - INDICADORES AMBIENTAIS (i)	VALOR	% SOBRE RO	% SOBRE RL	VALOR	% SOBRE RO	% SOBRE RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	1.919.751	3,98%	0,89%	1.924.698	5,35%	1,13%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	53.763	0,11%	0,02%	51.728	0,14%	0,03%
Total dos investimentos em meio ambiente	1.973.514	4,09%	0,92%	1.976.426	5,49%	1,16%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() não possui metas	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 51 a 75%
	() cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre de 76 a 100%	(x) cumpre de 76 a 100%



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de reais)



5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL (i)	2008			2007		
Nº de empregados(as) ao final do período	74.240			68.931		
Nº de admissões durante o período (II)	6.351			4.263		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	260.474			211.566		
Nº de estagiários(as) (III)	1.213			1.213		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos (II)	28.447			26.073		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	11.511			10.722		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres (III)	13,01%			13,50%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa (IV)	10.581			3.004		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as) (IV)	29,9%			3,10%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais (V)	1.068			1.026		
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2008			METAS 2009		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa – valor (i)	31,59			31,59		
Número total de acidentes de trabalho (i)	444			437		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por: (i)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por: (i)	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa: (i)	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(x) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla: (i)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla: (i)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa: (i)	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa: (i)	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (VI) (i)	na empresa 9.578	no Procon 1	na Justiça 29	na empresa 4.000	no Procon 1	na Justiça 29
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas: (VI) (i)	na empresa 97,6%	no Procon 100%	na Justiça 51,72%	na empresa 99%	no Procon 100%	na Justiça 51,72%
Valor adicionado total a distribuir (consolidado) - valor:	Em 2008: 141.483.416			Em 2007: 127.633.602		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	60% governo; 10% colaboradores (as); 6% acionistas; 8% terceiros; 16% retido			58% governo; 11% colaboradores (as); 6% acionistas; 13% terceiros; 12% retido		

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

- 1) CNPJ: 33.000.167/0001-01 - Setor econômico: Indústria/Petróleo, Gás e Energia - UF da sede da companhia: Rio de Janeiro.
- 2) Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: Telefone (+55 21) 3224-1009 - E-mail: comunicacao@petrobras.com.br
- 3) Esta companhia não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.
- 4) Nossa companhia valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.
- 5) O Programa Petrobras Jovem Aprendiz contou com investimentos de R\$ 20.034 em 2008.
 - I. Inclui R\$ 48.500 de repasse ao Fundo para a Infância e a Adolescência (FIA).
 - II. Informações do Sistema Petrobras no Brasil.
 - III. Informações de 2007 são relativas à Petrobras no Brasil. Valor de 2008 passa a englobar todo o Sistema Petrobras.
 - IV. Informações de 2008 relativas à Petrobras Controladora com base no Censo para a Diversidade Petrobras, realizado de agosto a outubro.
 - V. Do total de 74.240 empregados do Sistema Petrobras, 6.775 pertencem aos quadros da Área internacional, não sujeita à legislação brasileira. Do restante, 17.924 ocupam cargos onde é prevista a reserva de vagas para pessoas com deficiência. Destes empregados, 1.068 são pessoas com deficiência, o que corresponde a 5,95% do efetivo naquela condição.
 - VI. As informações na empresa incluem o quantitativo de reclamações e críticas recebidas pelos SAC da Petrobras Controladora e da Petrobras Distribuidora. As metas para 2009 na empresa contêm somente a estimativa da Petrobras Controladora.
 - (i) Não auditada.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora
(Em milhares de reais)

1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária, dos Pronunciamentos, das Orientações e das Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e das normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis de 2008 incluem as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007, e pela Medida Provisória 449, de 3 de dezembro de 2008, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações contábeis.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu na Reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de março de 2009.

Com o objetivo de aprimoramento das informações prestadas ao mercado, a companhia está apresentando as seguintes informações complementares:

1.1 RELATÓRIO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

As informações por segmentos de negócios, apresentadas adicionalmente, foram preparadas de acordo com a norma norte-americana de contabilidade SFAS-131 emitida pelo “Financial Accounting Standards Board”, a qual foi referendada pelo Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007.

Nas demonstrações por área de negócio, as operações da companhia estão estruturadas de acordo com os seguintes segmentos: Exploração e Produção, Abastecimento, Gás e Energia, Distribuição, Internacional e grupo de órgãos corporativos.

1.2 BALANÇO SOCIAL

O balanço social demonstra os indicadores sociais, ambientais, o quantitativo funcional e informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial e foi elaborado de acordo com a Resolução CFC nº 1.003. Algumas informações foram obtidas através de registros auxiliares e de determinadas informações gerenciais da companhia, subsidiárias e suas controladas.

2 PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2008 e 2007 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo as demonstrações contábeis da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e das seguintes empresas subsidiárias, controladas, controladas em conjunto e sociedades de propósito específicos (SPE):

PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL - %	2008		2007	
	SUBSCRITO E INTEGRALIZADO	VOTANTE	SUBSCRITO E INTEGRALIZADO	VOTANTE
Subsidiárias e Controladas				
Petrobras Química S.A. - Petroquisa e suas controladas (v)	100,00	100,00	100,00	100,00
Petrobras Distribuidora S.A. - BR e suas controladas (v)	100,00	100,00	100,00	100,00
Braspetro Oil Services Company - Brasoil e suas controladas (i)	100,00	100,00	100,00	100,00
Braspetro Oil Company - BOC e suas controladas (i)	99,99	99,99	99,99	99,99
Petrobras International Braspetro B.V. - PIBBV e suas controladas (i) (v) (vii)	100,00	100,00	100,00	100,00
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda. - PBEN (viii)	100,00	100,00	100,00	100,00
Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. - E-Petro e sua controlada (x)	100,00	100,00	100,00	100,00
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro e suas controladas (v)	99,97	99,99	99,95	99,99
Petrobras International Finance Company - PifCo e suas controladas (i)	100,00	100,00	100,00	100,00
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro e sua controlada	100,00	100,00	100,00	100,00
Downstream Participações Ltda. e sua controlada	99,99	99,99	99,99	99,99
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV e suas controladas (i) (v)	100,00	100,00	100,00	100,00
FAFEN Energia S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00
5283 Participações Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00
Baixada Santista Energia Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00
Sociedade Fluminense de Energia Ltda. - SFE	100,00	100,00	100,00	100,00
Termorio S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00
Termoceaná Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00
Termomacaé Ltda	100,00	100,00	100,00	100,00
Termomacaé Comercializadora de Energia Ltda	100,00	100,00	100,00	100,00
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FII	99,00	99,00	99,00	99,00
Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00
Termobahia S.A.	98,85	98,85		
Petrobras Biocombustível S.A.	100,00	100,00		
Refinaria Abreu e Lima S.A. (ix)	100,00	100,00		



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora
(Em milhares de reais)



PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL - %	2008		2007	
	SUBSCRITO E INTEGRALIZADO	VOTANTE	SUBSCRITO E INTEGRALIZADO	VOTANTE
Subsidiárias e Controladas				
Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda	100,00	100,00		
Ipiranga Asfalto S.A.	100,00	100,00		
Cordoba Financial Services GmbH - CFS	100,00	100,00		
Controladas em Conjunto				
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	10,00	10,00	10,00	10,00
GNL do Nordeste Ltda. (ii)	50,00	50,00	50,00	50,00
Termobahia S.A.(iii)			31,00	31,00
Ibiritermo S.A. (iii)	50,00	50,00	50,00	50,00
Termoçu S.A. (ii)	74,80	74,80	72,10	72,10
Participações em Complexos Bioenergéticos S.A. PC BIOS (ii)	50,00	50,00		
PMCC Projetos de Transporte de Álcool S.A. (ii)	33,33	33,33		
Brentech Energia S.A. (ii)	30,00	30,00		
Brasil PCH S.A. (ii)	42,33	42,33		
Brasympe Energia S.A. (ii)	20,00	20,00		
Breitener Energética S.A. (ii)	30,00	30,00		
Cia Energética Manauara S.A. (ii)	40,00	40,00		

Direitos e adiantamentos para aquisição de investimentos
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (vi)
Sociedades de Propósito Específico - SPE (iv)
Albacora Japão Petróleo Ltda.
Barracuda & Caratinga Leasing Company B.V. (i)
Blade Securities Limited (i)
Cayman Cabiunas Investment CO. (i)
Charter Development LLC – CDC (i)
Codajas Coari Participações Ltda.
Companhia de Desenvolvimento e Modernização de Plantas Industriais – CDMPI
Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos S.A. – CLEP
Companhia Petrolífera Marlim
Companhia de Recuperação Secundária S.A. – CRSEC
Gasene Participações Ltda.
Manaus Geração Termelétrica Participações Ltda.
Nova Marlim Petróleo S.A.
Nova Transportadora do Nordeste S.A. – NTN
Nova Transportadora do Sudeste S.A. – NTS
PDET Offshore S.A.
Companhia Mexilhão do Brasil
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-padronizados do Sistema Petrobras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora (Em milhares de reais)

Notas:

- (i) Empresas sediadas no exterior com demonstrações contábeis elaboradas em moeda estrangeira.
- (ii) Empresas com administração compartilhada, consolidadas na proporção das participações no capital social.
- (iii) Empresas com administração compartilhada, consolidadas integralmente, cujas atividades são controladas pela Petrobras de acordo com a Instrução CVM nº 408/2004.
- (iv) Sociedades de Propósito Específico - SPE, que na essência de sua relação com a Petrobras, indicam que suas atividades operacionais são controladas, direta ou indiretamente, individualmente ou em conjunto, pela companhia, são consolidadas conforme determina a Instrução CVM nº 408/2004.
- (v) Empresas com participação em controladas em conjunto.
- (vi) Consolidação proporcional, em função do controle compartilhado em partes iguais com Braskem e Ultrapar, em relação à operação de refino da Refinaria de Petróleo Riograndense, anteriormente denominada Refinaria de Petróleo Ipiranga (RPI).
- (vii) Participação de 20,13% da 5283 Participações Ltda.
- (viii) Participação de 0,09% da Petrobras Gás S. A. – Gaspetro.
- (ix) Participação de 0,01% da Downstream.
- (x) Participação de 0,05% da Downstream.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- › das participações no capital e reservas mantidas entre elas;
- › dos saldos de contas correntes e outras, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas;
- › das parcelas de resultados do exercício, do ativo circulante e não-circulante que correspondem a resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas; e
- › dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre as empresas.

O deságio não alocado é apresentado no Consolidado, como receita diferida no passivo não circulante.

A conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido do exercício consolidado com os correspondentes patrimônio líquido e lucro líquido do exercício da Controladora, em 31 de dezembro de 2008 e 2007, é demonstrada como segue:

	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	
	2008	2007	2008	2007
Conforme demonstrações contábeis consolidadas	138.365.282	113.854.127	32.987.792	21.511.789
Lucro na venda de produtos em estoques em subsidiárias e controladas, líquido de impostos	659.645	667.016	659.645	667.016
Reversão de lucros nos estoques de exercícios anteriores			(685.996)	(362.188)
Juros capitalizados	460.139	860.446	(38.188)	183.171
Absorção de passivo a descoberto de controlada (*)	4.160.318	73.274	3.507.491	61.129
Outras eliminações	405.755	557.372	38.805	(32.226)
Conforme demonstrações contábeis da controladora	144.051.139	116.012.235	36.469.549	22.028.691

(*) De acordo com a Instrução CVM nº 247/96, as perdas que forem consideradas de natureza não permanentes (temporárias) sobre os investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujas investidas não apresentem sinais de paralisação ou necessidade de apoio financeiro da investidora, devem ser limitadas até o valor do investimento da empresa controladora. Portanto, os passivos a descoberto (patrimônio líquido negativo) de determinadas controladas não influenciaram o resultado e o patrimônio da Petrobras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, gerando item de conciliação entre as demonstrações contábeis da Controladora e as demonstrações contábeis consolidadas.

3 ALTERAÇÕES DE PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Lei 11.638/07, de 28 de dezembro de 2007, e a Medida Provisória 449/08, de 3 de dezembro de 2008, alteraram e revogaram dispositivos que tratavam matéria contábil da Lei das Sociedades Anônimas Lei 6.404/76, visando à convergência das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade (IFRS). O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi criado com a incumbência de editar os pronunciamentos técnicos de contabilidade em linha com as normas contábeis internacionais. Apresentamos a seguir os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC e referendados pela CVM até 31 de dezembro de 2008.

PRONUNCIAMENTO TÉCNICO/CPC		DELIBERAÇÃO/CVM	
NÚMERO	TÍTULO	NÚMERO	DATA DE EMISSÃO
CPC	Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis	539/08	14 de março de 2008
CPC 01	Redução ao valor recuperável de ativos	527/07	1º de novembro de 2007
CPC 02	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis	534/08	29 de janeiro de 2008
CPC 03	Demonstração dos fluxos de caixa	547/08	13 de agosto de 2008
CPC 04	Ativo intangível	553/08	12 de novembro de 2008
CPC 05	Divulgação sobre partes relacionadas	560/08	11 de dezembro de 2008
CPC 06	Operações de arrendamento mercantil	554/08	12 de novembro de 2008
CPC 07	Subvenção e assistência governamentais	555/08	12 de novembro de 2008
CPC 08	Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários	556/08	12 de novembro de 2008
CPC 09	Demonstração do valor adicionado	557/08	12 de novembro de 2008
CPC 10	Pagamentos baseados em ações	562/08	17 de dezembro de 2008
CPC 11	Contratos de seguro	563/08	17 de dezembro de 2008
CPC 12	Ajuste a valor presente	564/08	17 de dezembro de 2008
CPC 13	Adoção inicial da Lei 11.638/07 e Medida Provisória 449/08	565/08	17 de dezembro de 2008
CPC 14	Instrumentos financeiros: reconhecimento, mensuração e evidenciação	566/08	17 de dezembro de 2008

A Medida Provisória 449/08 também instituiu o Regime Tributário de Transição estabelecendo o tratamento dos efeitos tributários sobre os métodos e critérios introduzidos pela nova legislação.

A companhia adotou pela primeira vez estes pronunciamentos, quando aplicável, na elaboração das demonstrações contábeis do exercício de 2008, conforme facultado pela deliberação CVM nº 565/08, tendo refletido os ajustes iniciais em 1º janeiro de 2008, data de transição, na conta de lucros acumulados sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações contábeis de 2007.

A seguir apresentamos um resumo dos pronunciamentos adotados:

3.1 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC E DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

A companhia já elaborava e divulgava a DFC e a DVA antes da sua obrigatoriedade, como informação complementar. Todavia, algumas mudanças na estrutura de apresentação dessas demonstrações foram realizadas, em função do disposto nos pronunciamentos técnicos - CPC 03 e CPC 09.

3.2 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS (IMPAIRMENT)

O CPC 01 define procedimentos visando assegurar que os ativos da companhia não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estejam avaliados por valor não recuperável no futuro, a companhia deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

As avaliações são efetuadas considerando-se a menor unidade geradora de caixa, quando aplicável, e o valor recuperável é o valor de uso determinado com base no modelo de fluxos de caixa futuros, descontados por taxas de juros antes dos impostos.

A companhia já adotava esse procedimento, entretanto, as perdas provisionadas, segundo o atual procedimento, poderão ser revertidas se houver indicativos que evidenciem essa recuperação.

3.3 EFEITOS DAS MUDANÇAS NAS TAXAS DE CÂMBIO E CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O CPC 02 estabelece critérios para definição da moeda funcional e conversão das demonstrações contábeis de controladas, coligadas e sucursais com moeda funcional distinta da moeda funcional da controladora.

A adoção do CPC 02 alterou os seguintes procedimentos:

- a. As variações cambiais sobre os investimentos em controladas e coligadas, com moeda funcional distinta da controladora, passaram a ser registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado quando da realização dos investimentos.

Até o exercício de 2007, essa variação cambial afetava o resultado do exercício, como equivalência patrimonial.

- b. A demonstração de resultado das investidas, em ambiente econômico estável, com moeda funcional distinta da controladora, passou a ser convertida pela taxa de câmbio média mensal, e os demais itens do patrimônio líquido passaram a ser convertidos pela taxa histórica.

Anteriormente, era utilizada a taxa de câmbio do final do exercício para conversão desses itens.

3.4 ATIVOS INTANGÍVEIS

O CPC 04 define o tratamento contábil a ser dado aos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente por outros pronunciamentos.

A companhia já apresentava seus ativos intangíveis de acordo com a Deliberação CVM 488/05, de 3 de outubro de 2005.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) decorrente de aquisição de participação com controle (controladas e controladas em conjunto) passa a ser apresentado como ativo intangível e o ágio decorrente de aquisição de participação em coligadas continua a ser apresentado no investimento.

Esses ágios não serão mais amortizados pelo prazo e extensão das projeções que os determinaram, a partir do exercício de 2009, em função do preconizado no CPC 13 – Adoção Inicial da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória 449/08, estando sujeitos ao teste por *impairment*.

3.5 DIVULGAÇÕES SOBRE PARTES RELACIONADAS

A companhia ampliou a divulgação de transações e saldos com partes relacionadas, em notas explicativas, em função do CPC 05.

3.6 CONTRATOS COM TRANSFERÊNCIA DE BENEFÍCIOS, RISCOS E CONTROLE DE BENS

O CPC 06 estabelece procedimentos de contabilização e de divulgação de transações em que existem compromissos contratuais com e sem transferência de benefícios, riscos e controles de bens.

A companhia passou a registrar em seu ativo imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do contrato os direitos que tenham por objetos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia decorrentes de operações que transferiram os benefícios, riscos e controle desses bens, assim como sua obrigação correlata.

Anteriormente, essas operações eram tratadas como custo/despesa com afretamentos, aluguel ou prestação de serviços.

3.7 SUBVENÇÕES E ASSISTÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

O CPC 07 define que os incentivos fiscais decorrentes de doações ou subvenções governamentais para investimentos, recebidos a partir de 1º janeiro de 2008, sejam reconhecidos como receita ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática, aplicando-se na Petrobras da seguinte forma:

- a. Subvenções com reinvestimentos: na mesma proporção da depreciação do bem;
- b. Subvenções diretas relacionadas ao lucro da exploração: diretamente no resultado.

Os valores apropriados no resultado, no ano de 2008, serão destinados para a Reserva de Incentivos Fiscais.

Os saldos das reservas de capital referentes às doações e subvenções para investimento, em 31 de dezembro de 2007, serão mantidos no patrimônio líquido até a sua total utilização, na forma prevista na Lei 6.404/76.

3.8 CUSTOS DE TRANSAÇÃO E PRÊMIOS NA EMISSÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O CPC 08 estabelece o tratamento contábil aplicável ao reconhecimento, à mensuração e à divulgação dos custos de transação incorridos e dos prêmios recebidos no processo de captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais e/ou dívida.

A companhia passou a apresentar os títulos patrimoniais e de dívidas pelo valor recebido, isto é, líquido dos referidos custos de transação, descontos e prêmios incorridos.

3.9 AJUSTE A VALOR PRESENTE - AVP

O CPC 12 estabelece os requisitos básicos a serem observados quando da aplicação do ajuste a valor presente na mensuração de ativos e passivos, decorrentes de operações de longo prazo e operações relevantes de curto prazo. A companhia já adotava esse procedimento para as transações relevantes.

3.10 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O CPC 14 estabelece princípios para o reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros e de alguns contratos de compra e venda de itens não financeiros e para a divulgação de instrumentos financeiros derivativos.

Com a adoção do CPC 14, as seguintes alterações foram procedidas:

As operações de *hedge* de fluxo de caixa passaram a ser registradas, no balanço patrimonial, pelo seu valor justo, quando se qualificam como *hedge* efetivo, com efeitos no patrimônio líquido, e posterior reclassificação para o resultado, quando a transação objeto de *hedge* tenha impacto sobre o resultado. Anteriormente, essas operações eram registradas no resultado, quando da sua liquidação financeira.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteção das variações nos preços de petróleo e derivados passaram a ser marcados a mercado ao longo de seus períodos de vigência, com impactos no resultado financeiro. Anteriormente, esses ajustes eram registrados no resultado somente quando da sua liquidação financeira.

O ajuste ao valor de mercado dos títulos mobiliários classificados como disponíveis para venda passou a ser registrado, no patrimônio líquido, até sua liquidação, quando será transferido para o resultado. Anteriormente, esses ajustes impactavam o resultado do exercício.

3.11 INVESTIMENTOS SOCIETÁRIOS

De acordo com a Medida Provisória 449/08, serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial, os investimentos em coligadas nos quais a administração tenha influência significativa, e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum. Não foram identificados efeitos relevantes sobre este item.

Anteriormente, a aplicação do método de equivalência patrimonial era determinada somente para os investimentos relevantes em coligadas que a administração tivesse influência, ou que participasse com 20% ou mais do capital social.

3.12 DIFERIDO

A Medida Provisória 449/08 extinguiu o ativo diferido, permitindo a manutenção do saldo de 31 de dezembro de 2008, que continuará a ser amortizado, em até 10 anos, sujeito ao teste de *impairment*.

3.13 RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS - REF

O resultado de exercícios futuros foi extinto a partir do exercício de 2008, em função da alteração da Lei 6.404/76 pela Medida Provisória 449/08. Todavia, os saldos existentes em 31 de dezembro de 2008 e 2007 foram reclassificados para o passivo não-circulante – receita diferida.

Os deságios decorrentes de expectativa de resultado futuro foram reclassificados, nas demonstrações contábeis consolidadas, para o passivo não-circulante.

3.14 RESERVA DE REAVALIAÇÃO

A Lei 11.638/07 não admite novas reavaliações espontâneas do ativo imobilizado.

A companhia optou por manter o saldo das respectivas reservas de reavaliação de 31 de dezembro de 2007, até sua total realização.

3.15 RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS

As receitas e despesas não operacionais foram extintas a partir do exercício de 2008, em função da alteração da Lei 6.404/76 pela Medida Provisória 449/08. Todavia, os saldos existentes em 31 de dezembro de 2008 e 2007 provenientes da alienação e baixa de ativos de natureza permanente foram reclassificados para outras receitas e despesas operacionais, com exceção dos saldos decorrentes de ganhos e perdas de capital nos investimentos que foram reclassificados para o resultado de participações em investimentos.

3.16 EFEITOS DA ADOÇÃO DA LEI 11.638/07 E DA MEDIDA PROVISÓRIA 449/08

Os efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrentes da adoção da nova legislação, líquidos dos efeitos fiscais quando aplicável, estão demonstrados a seguir:

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	RESULTADO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	RESULTADO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo conforme demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2008:	32.987.792	138.365.282	36.469.549	144.051.139
Pela adoção inicial em 1º de janeiro de 2008, data de transição:				
Instrumentos financeiros derivativos		48.177		
Compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens		(1.386.691)		(1.386.691)
		(1.338.514)		(1.386.691)
No exercício de 2008:				
Subvenção e assistência governamentais	(557.185)	76.574	(557.185)	76.574
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	(205.341)	200.522	(205.341)	130.839
Instrumentos financeiros derivativos	314.371	314.371	(8.984)	(8.984)
Compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	739.814	739.814	739.814	739.814
Efeitos das mudanças das taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	636.264		452.704	
	927.923	1.331.281	421.008	938.243
Saldos anteriores à aplicação da Lei 11.638/07 e Medida Provisória 449/08	33.915.715	138.358.049	36.890.557	143.602.691

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora
(Em milhares de reais)

ATIVO	CONSOLIDADO			CONTROLADORA		
	2008		2007	2008		2007
	11.638/07	6.404/76	6.404/76	11.638/07	6.404/76	6.404/76
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	15.888.596	15.888.596	13.070.849	11.268.314	11.268.314	7.847.949
Títulos e valores mobiliários	288.751	288.751	589.788			
Contas a receber, líquidas	14.903.732	14.903.732	11.328.967	17.370.050	17.319.294	12.036.476
Dividendos a receber	20.101	20.101	80.596	987.986	987.986	668.501
Estoques	19.977.171	20.289.805	17.599.001	13.847.969	14.160.603	12.800.138
Impostos, contribuições e participações	9.641.247	9.897.998	7.781.536	6.273.161	6.534.467	5.125.217
Despesas antecipadas	1.393.879	1.514.794	1.429.829	1.078.815	1.199.730	1.095.815
Outros ativos circulantes	1.461.801	1.891.402	1.493.200	430.312	386.780	579.999
	63.575.278	64.695.179	53.373.766	51.256.607	51.857.174	40.154.095
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Contas a receber, líquidas	1.326.522	1.326.522	2.901.902	91.626.391	91.626.391	48.203.621
Contas petróleo e álcool - STN	809.673	809.673	797.851	809.673	809.673	797.851
Títulos e valores mobiliários	4.066.280	4.066.280	3.922.370	3.597.762	3.597.762	3.386.999
Projetos estruturados				2.039.293	2.039.293	1.503.713
Depósitos judiciais	1.853.092	1.853.092	1.693.495	1.542.378	1.542.378	1.445.658
Despesas antecipadas	1.400.072	1.453.735	1.514.301	444.904	498.567	809.332
Adiantamento para plano de pensão			1.296.810			1.296.810
Impostos e contribuição social diferidos	10.238.308	9.917.952	8.333.490	6.614.741	6.298.396	5.557.483
Estoques	303.929	303.929	236.753	303.929	303.929	236.753
Outros ativos realizáveis a LP	1.256.967	1.256.967	1.325.865	640.177	640.177	711.399
	21.254.843	20.988.150	22.022.837	107.619.248	107.356.566	63.949.619
Investimentos	5.106.495	5.304.495	7.822.074	28.306.947	28.494.818	26.068.789
Imobilizado	190.754.167	192.052.249	139.940.726	119.207.092	101.442.046	77.252.144
Intangível	8.003.213	8.003.213	5.532.053	3.781.716	3.233.247	3.074.677
Diferido	3.469.846	3.469.846	2.536.344	839.257	839.257	733.686
	228.588.564	229.817.953	177.854.034	259.754.260	241.365.934	171.078.915
	292.163.842	294.513.132	231.227.800	311.010.867	293.223.108	211.233.010



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora
(Em milhares de reais)



PASSIVO	CONSOLIDADO			CONTROLADORA		
	2008		2007	2008		2007
	11.638/07	6.404/76	6.404/76	11.638/07	6.404/76	6.404/76
Circulante						
Financiamentos	12.451.137	12.451.137	7.853.781	2.276.822	2.276.822	625.922
Juros sobre financiamentos	823.330	823.330	647.449	229.334	229.334	122.596
Compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controle de bens	585.045			5.052.563		
Fornecedores	17.027.579	18.009.588	13.791.198	72.032.402	72.530.956	36.456.554
Impostos, contribuições e participações	12.741.382	12.734.614	10.006.272	10.537.882	10.537.882	8.493.492
Dividendos propostos	9.914.707	9.914.707	6.580.557	9.914.707	9.914.707	6.580.557
Projetos estruturados	188.858	188.858	41.470	401.148	401.148	408.234
Plano de pensão	627.988	627.988	424.259	579.051	579.051	386.091
Plano de saúde	523.714	523.714	455.736	493.221	493.221	429.666
Salários, férias e encargos	2.016.430	2.016.430	1.688.960	1.561.017	1.561.017	1.375.912
Provisão para contingências	54.000	54.000	54.000	54.000	54.000	54.000
Adiantamento de clientes	666.107	666.107	493.217	298.032	298.032	120.326
Provisão para participações de empregados e administradores	1.344.526	1.344.526	1.011.914	1.138.078	1.138.078	844.412
Receitas diferidas	5.929	5.929				
Outras contas e despesas a pagar	3.586.429	3.630.980	4.506.198	7.130.338	7.123.318	4.488.096
	62.557.161	62.991.908	47.555.011	111.698.595	107.137.566	60.385.858
Não circulante						
Financiamentos	50.049.441	50.049.441	29.806.589	11.456.564	11.456.564	4.811.988
Compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controle de bens	804.998			12.701.708		
Subsidiárias, controladas e coligadas	49.289	49.289	94.664	1.100.528	1.100.528	2.374.256
Impostos e contribuição social diferidos	13.165.132	12.591.501	10.418.754	10.821.894	10.821.894	8.433.677
Plano de pensão	3.475.581	3.475.581	4.520.145	2.966.084	2.966.084	4.138.672
Plano de saúde	10.296.679	10.296.679	9.272.183	9.510.037	9.510.037	8.554.276
Provisão para contingências	890.326	890.326	613.969	203.285	203.285	208.415
Provisão para desmantelamento de áreas	6.581.618	6.581.618	6.132.359	5.975.787	5.975.787	5.854.072
Receitas diferidas	1.292.906	1.216.332	1.391.788	76.574		
Outras contas e despesas a pagar	1.982.355	1.982.355	1.262.114	448.672	448.672	459.561
	88.588.325	87.133.122	63.512.565	55.261.133	42.482.851	34.834.917

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora
(Em milhares de reais)

PASSIVO	CONSOLIDADO			CONTROLADORA		
	2008	2007	2007	2008	2007	2007
Participação dos acionistas não controladores	2.653.074	6.030.053	6.306.097			
Patrimônio líquido						
Capital social realizado	78.966.691	78.966.691	52.644.460	78.966.691	78.966.691	52.644.460
Reservas de capital	514.857	1.148.616	1.553.831	514.857	1.148.616	1.553.831
Reservas de reavaliação	10.284	10.284	61.520	10.284	10.284	61.520
Reservas de lucros	58.643.049	58.232.458	59.594.316	64.442.783	63.477.100	61.752.424
Ajustes acumulados de conversão	636.264			452.704		
Ajustes de avaliação patrimonial	(405.863)			(336.180)		
	138.365.282	138.358.049	113.854.127	144.051.139	143.602.691	116.012.235
	292.163.842	294.513.132	231.227.800	311.010.867	293.223.108	211.233.010

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora
(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	CONSOLIDADO			CONTROLADORA		
	2008		2007	2008		2007
	11.638/07	6.404/76	6.404/76	11.638/07	6.404/76	6.404/76
Receita operacional bruta						
Vendas						
Produtos	266.217.208	284.265.136	218.050.202	207.484.566	207.484.566	169.965.711
Serviços, principalmente fretes	276.872	314.355	203.972	505.883	505.883	279.243
	266.494.080	284.579.491	218.254.174	207.990.449	207.990.449	170.244.954
Encargos de vendas	(51.375.544)	(52.396.405)	(47.676.449)	(46.280.943)	(46.280.943)	(43.477.953)
Receita operacional líquida	215.118.536	232.183.086	170.577.725	161.709.506	161.709.506	126.767.001
Custos dos prod. e serv. vendidos	(141.623.359)	(157.498.508)	(104.398.043)	(97.343.992)	(98.966.486)	(70.444.686)
Lucro bruto	73.495.177	74.684.578	66.179.682	64.365.514	62.743.020	56.322.315
Outras receitas (despesas)						
Operacionais						
Vendas	(7.162.264)	(7.639.137)	(6.059.734)	(6.325.507)	(6.394.074)	(5.314.132)
Financeiras						
Despesas	(4.193.135)	(5.246.351)	(3.292.002)	(7.050.686)	(5.486.521)	(3.096.677)
Receitas	3.494.430	3.797.382	2.417.659	5.991.531	5.955.019	4.662.159
Variações cambiais e monetárias, líquidas	3.827.489	5.471.140	(3.146.547)	8.256.134	9.794.822	(4.713.938)
Gerais e administrativas						
Honorários da diretoria e do conselho de administração	(35.792)	(37.165)	(29.259)	(5.153)	(5.153)	(4.034)
De administração	(7.211.566)	(7.457.323)	(6.398.633)	(5.012.193)	(5.012.193)	(4.484.176)
Tributárias	(862.766)	(900.656)	(1.255.511)	(425.978)	(425.978)	(717.092)
Custos com pesq. e desenv. tecnológico	(1.705.572)	(1.705.572)	(1.712.338)	(1.690.702)	(1.690.702)	(1.700.342)
Perda na recuperação de ativos	(933.088)	(925.369)	(446.129)	(602.675)	(602.675)	(45.248)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(3.494.258)	(3.653.924)	(2.569.724)	(2.550.569)	(2.550.569)	(1.211.923)
Planos de pensão e saúde	(1.427.395)	(1.427.395)	(2.494.510)	(1.343.773)	(1.343.773)	(2.359.108)
Outras despesas operacionais, líquidas	(4.712.243)	(5.334.214)	(5.188.393)	(3.366.678)	(3.746.256)	(4.611.454)
	(24.416.160)	(25.058.584)	(30.175.121)	(14.126.249)	(11.508.053)	(23.595.965)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora
(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	CONSOLIDADO			CONTROLADORA		
	2008		2007	2008		2007
	11.638/07	6.404/76	6.404/76	11.638/07	6.404/76	6.404/76
Participações em subsidiárias e coligadas						
Resultado de participações em investimentos relevantes	(874.218)	(399.412)	(465.274)	2.252.380	2.230.495	(643.379)
Lucro operacional	48.204.799	49.226.582	35.539.287	52.491.645	53.465.462	32.082.971
Lucro antes da contribuição social, do imposto de renda, das participações dos empregados e administradores e da participação dos acionistas não controladores	48.204.799	49.226.582	35.539.287	52.491.645	53.465.462	32.082.971
Contribuição social	(4.169.529)	(4.258.636)	(2.876.775)	(3.995.909)	(4.142.240)	(2.492.591)
Imposto de renda	(11.792.449)	(12.039.967)	(8.395.983)	(10.888.109)	(11.294.587)	(6.717.277)
Lucro antes das participações dos empregados e administradores e da participação dos acionistas não controladores	32.242.821	32.927.979	24.266.529	37.607.627	38.028.635	22.873.103
Particip. dos empregados e administradores	(1.344.526)	(1.344.526)	(1.011.914)	(1.138.078)	(1.138.078)	(844.412)
Lucro antes da participação dos acionistas não controladores	30.898.295	31.583.453	23.254.615	36.469.549	36.890.557	22.028.691
Particip. dos acionistas não controladores	2.089.497	2.332.262	(1.742.826)			
Lucro líquido do exercício	32.987.792	33.915.715	21.511.789	36.469.549	36.890.557	22.028.691

Em decorrência das alterações da Lei 6.404/76, alguns saldos de 2007 foram reclassificados para permitir a comparação com as demonstrações contábeis de 2008. As reclassificações efetuadas não têm impacto no resultado nem no patrimônio líquido de 2007 e podem ser assim resumidas:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	31/12/2007			
	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	PUBLICADO	RECLASSIFICADO	PUBLICADO	RECLASSIFICADO
Receitas (despesas) operacionais				
Receitas / Despesas financeiras	2.506.543	2.417.659	(2.983.518)	(3.096.677)
Outras receitas e despesas operacionais	(4.623.379)	(5.188.393)	(4.365.710)	(4.611.454)
Participações em subsidiárias e coligadas				
Resultado de participações em investimentos	(680.655)	(465.274)	(661.581)	(643.379)
Receitas e despesas não operacionais	(438.517)		(340.701)	

4 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1 MOEDA FUNCIONAL

A moeda funcional da Petrobras, assim como a de todas as suas controladas brasileiras, é o Real (R\$). A moeda funcional de algumas controladas e sociedades de propósito específico que atuam em ambiente econômico internacional é o dólar norte-americano e, a moeda funcional da “Petrobras Energía Participaciones S.A.” - PEPSA é o peso argentino.

Em 2008, a companhia converteu os ativos e passivos de controladas e sociedades de propósito específico com moeda funcional distinta do Real (R\$) para Reais, à taxa de câmbio corrente de venda em 31.12.2008, e as demonstrações do resultado e do fluxo de caixa às taxas médias vigentes durante o exercício. O ganho líquido de conversão no montante de R\$ 636.264 no Consolidado (R\$ 452.704 na Controladora), resultante deste processo, foi apresentado como ajustes acumulados de conversão, no patrimônio líquido.

4.2 APURAÇÃO DO RESULTADO, ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui: os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes, incluindo, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, bem como a provisão para devedores

duvidosos constituída em limite considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber.

A receita de vendas é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização.

4.3 CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por aplicações de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em numerário, com vencimento em três meses ou menos da data de aquisição.

4.4 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários foram classificados pela companhia como disponíveis para venda, mantidos até o vencimento ou para negociação, com base nas estratégias da administração para esses títulos e valores mobiliários.

Os juros e atualização monetária dos títulos e valores mobiliários para negociação, bem como o ajuste a valor justo desses itens, estão registrados no resultado.

Os encargos e a atualização monetária, se aplicável, sobre os títulos disponíveis para venda, são registrados no resultado, quando incorridos. Os ajustes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no patrimônio líquido, sendo transferidos para o resultado do exercício, quando de sua liquidação.

Os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento estão registrados pelo custo de aquisição acrescido por juros e atualização monetária com impactos no resultado.

4.5 CONTABILIZAÇÃO DE DERIVATIVOS E OPERAÇÕES DE *HEDGE*

Todos os instrumentos derivativos foram reconhecidos no balanço da companhia, tanto no ativo quanto no passivo, e foram mensurados pelo valor justo.

Nas operações com instrumentos financeiros derivativos, para proteção das variações nos preços de petróleo e derivados, os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo são registrados no resultado como receita ou despesa financeira.

Para as operações de *hedge* de fluxo de caixa, os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo são registrados em ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, até a sua liquidação.

4.6 ESTOQUES

Os estoques estão demonstrados da seguinte forma:

- ▶ As matérias-primas compreendem principalmente os estoques de petróleo, que estão demonstrados pelo valor médio dos custos de importação e de produção, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização;
- ▶ Os derivados de petróleo e álcool estão demonstrados ao custo médio de refino ou de compra, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização;
- ▶ Os materiais e suprimentos estão demonstrados ao custo médio de compra que não excede ao de reposição, as importações em andamento demonstradas ao custo identificado e os adiantamentos apresentados pelo valor efetivamente desembolsado.

4.7 IMOBILIZADO

Os ativos estão demonstrados pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 para as empresas sediadas no Brasil, e no exercício de 2002 para as empresas sediadas na Argentina, e os direitos que tenham por objetos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia, decorrentes de operações que transferiram os benefícios, riscos e controles desses bens, estão demonstrados pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do contrato.

Os equipamentos e instalações relacionados com a produção de petróleo e gás cativos aos respectivos poços desenvolvidos são depreciados de acordo com o volume de produção mensal em relação às reservas provadas e desenvolvidas de cada campo produtor. Para os ativos com vida útil menor do que a vida do campo ou que são vinculados a campos com diversas fases de desenvolvimento da produção, é utilizado o método da linha reta. Outros equipamentos e ativos não relacionados com a produção de petróleo e gás são depreciados de acordo com a vida útil estimada.

Os gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás são registrados de acordo com o método dos esforços bem sucedidos. Esse método determina que os custos de desenvolvimento de todos os poços de produção e dos poços exploratórios bem sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, sejam capitalizados, enquanto os custos de geologia e geofísica devem ser considerados despesas do período em que forem incorridos e os custos com poços exploratórios secos e os vinculados às reservas não comerciais devem ser registrados no resultado quando são identificados como tal.

Os custos capitalizados, bens e direitos e concessões vinculados são revisados anualmente, campo a campo, para identificação de possíveis perdas na recuperação, com base no fluxo de caixa futuro estimado.

Os custos capitalizados são depreciados, utilizando-se o método das unidades produzidas em relação às reservas provadas e desenvolvidas. Essas reservas são estimadas por

geólogos e engenheiros de petróleo da companhia de acordo com padrões internacionais e revisadas anualmente ou quando há indicação de alteração significativa.

4.8 ABANDONO DE POÇOS E DESMANTELAMENTO DE ÁREAS

De acordo com a prática contábil adotada, apoiada no pronunciamento SFAS 143– “Accounting for Asset Retirement Obligations” do “Financial Accounting Standards Boards” – FASB, a obrigação futura com abandono de poços e desmantelamento de área de produção está contabilizada pelo seu valor presente, descontada a uma taxa livre de risco, sendo registrada integralmente no momento da declaração de comercialidade de cada campo, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão, registrada no passivo, que suportará tais gastos.

4.9 ATIVOS INTANGÍVEIS

A companhia apresenta, em seu ativo intangível, os gastos com direitos e concessões que incluem, principalmente, os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural e são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas totais. Adicionalmente, também são incluídos softwares, marcas e patentes neste grupo, amortizados linearmente pela vida útil estimada.

4.10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais e prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

4.11 BENEFÍCIOS CONCEDIDOS A EMPREGADOS

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são provisionados, conforme procedimentos previstos na Deliberação CVM nº 371/00, com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante o período laborativo dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

4.12 USO DE ESTIMATIVAS

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use estimativas e premissas com relação à demonstração de ativos e passivos e à divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como as estimativas de receitas e despesas para o exercício. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

4.13 PARADAS PROGRAMADAS (CAMPANHA)

A companhia adota como prática contábil o registro no Imobilizado dos gastos relevantes realizados com manutenção das unidades industriais e dos navios, que incluem peças de reposição, serviços de montagem e desmontagem, entre outros.

Tais paradas ocorrem em períodos programados, em média de 4 anos, e os respectivos gastos são depreciados como custo de produção até o início da parada seguinte.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2008	2007	2008	2007
Caixa e bancos	2.622.270	2.329.575	394.220	866.147
Aplicações financeiras				
No País				
Fundos de investimentos exclusivos:				
Cambial				
DI	1.454.268	1.600.197	7.696	1.048.495
Títulos Públicos	3.492.197	915.015		
Direitos Creditórios			6.338.839	2.254.378
Fundos de investimentos financeiros:				
Cambial	2.223	40.541		
DI	1.685.713	1.640.094		
Outros	237.519	669.598	85.247	
	6.871.920	4.865.445	6.431.782	3.302.873
No Exterior				
"Time deposit"	4.005.280	2.165.182	3.989.814	1.670.407
Título de Renda fixa	2.389.126	3.710.647	452.498	2.008.522
	6.394.406	5.875.829	4.442.312	3.678.929
Total das aplicações financeiras	13.266.326	10.741.274	10.874.094	6.981.802
Total de caixa e equivalentes de caixa	15.888.596	13.070.849	11.268.314	7.847.949

As aplicações financeiras no país possuem liquidez imediata e são representadas por quotas de fundos exclusivos, cujos recursos estão aplicados em títulos públicos federais e operações de derivativos, executadas pelos gestores dos fundos, com contratos futuros de dólar norte-americano e de DI (Depósito Interbancário) com garantia da BM&F (Bolsa de Mercadorias & Futuros). Os fundos exclusivos não possuem obrigações financeiras significativas, limitando-se às obrigações diárias de ajuste das posições na BM&F, serviços de auditoria, taxas de serviços relativas à custódia dos ativos e execução de operações financeiras e demais despesas administrativas. Os saldos das aplicações financeiras estão atualizados pelos rendimentos auferidos, reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2008, a Controladora mantinha recursos investidos no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados ("FIDC-NP") do Sistema Petrobras. Esse fundo de investimentos é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas pelas empresas do Sistema Petrobras, e visa à otimização da gestão financeira do caixa da Controladora e suas Subsidiárias. A Petrobras consolida o FIDC-NP em suas demonstrações contábeis. As cessões de direitos creditórios registradas no passivo circulante da

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora
(Em milhares de reais)

Controladora no montante de R\$ 5.764.529 (R\$ 1.978.332 em 2007) foram compensadas no Consolidado com os valores aplicados no FIDC-NP. Os investimentos em títulos públicos do FIDC-NP estão registrados em caixa e equivalentes de caixa (Consolidado) em função dos seus respectivos prazos de realização.

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, a companhia e sua subsidiária PifCo mantinham recursos investidos em fundo de investimento no exterior que detinha, entre outros, títulos de dívidas de empresas do Sistema Petrobras e de Sociedade de Propósito Específico relacionados a projetos da companhia, principalmente aos projetos CLEP e Malhas, equivalentes a R\$ 10.746.751 e R\$ 7.082.600, respectivamente. Este valor, referente às empresas que são consolidadas, foi compensado no saldo de financiamentos nos passivos circulante e não circulante.

6 CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2008	2007	2008	2007
Clientes				
Terceiros	14.273.886	13.237.310	3.550.726	3.445.477
Partes relacionadas (Nota 6.1)	1.198.572	1.163.682	103.132.236 (*)	55.454.964 (*)
Outras	3.571.698	2.117.834	2.604.744	1.542.348
	19.044.156	16.518.826	109.287.706	60.442.789
Menos: provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.813.902)	(2.287.957)	(291.265)	(202.692)
	16.230.254	14.230.869	108.996.441	60.240.097
Menos: contas a receber não circulante, líquidas	(1.326.522)	(2.901.902)	(91.626.391)	(48.203.621)
Contas a receber a curto prazo, líquidas	14.903.732	11.328.967	17.370.050	12.036.476

(*) Não contempla os saldos de dividendos a receber de R\$ 987.986 em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 668.501 em 31 de dezembro de 2007), ressarcimentos a receber de R\$ 1.143.898 em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 1.297.516 em 31 de dezembro de 2007) e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de R\$ 5.816.275 em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 2.261.413 em 31 de dezembro de 2007).

MUTAÇÃO DA PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2008	2007	2008	2007
Saldo em 1º de janeiro	2.287.957	2.437.636	202.692	187.482
Adições (*)	561.942	392.091	99.315	293.472
Baixas (**)	(35.997)	(541.770)	(10.742)	(278.262)
Saldo em 31 de dezembro	2.813.902	2.287.957	291.265	202.692
Circulante	1.499.770	1.323.496	291.265	202.692
Não circulante	1.314.132	964.461		

(*) Inclui variação cambial credora sobre provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída em empresas no exterior.

(**) Inclui variação cambial devedora sobre provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída em empresas no exterior.

7 PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais da Petrobras com suas subsidiárias, controladas e sociedades de propósito específico são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As operações de compra de petróleo e derivados efetuadas pela Petrobras com a subsidiária PifCo possuem prazo maior de liquidação em função de a PifCo ser uma subsidiária criada para esse fim, com a cobrança dos devidos encargos incorridos no período. Os repasses de pré-pagamento de exportações e de captação de recursos no mercado internacional são efetuados nas mesmas taxas obtidas pela subsidiária. As demais operações, principalmente empréstimos através de operações de mútuo, têm seu valor, seus rendimentos e/ou encargos estabelecidos com base nas mesmas condições existentes no mercado e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, quando aplicável, com base na análise dos valores a receber e em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber. Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, não são esperadas perdas na realização destas contas a receber.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora
(Em milhares de reais)

7.1 ATIVO

	ATIVO CIRCULANTE			
	CONTAS A RECEBER, PRINCIPALMENTE POR VENDAS	DISPONIBILIDADES	DIVIDENDOS A RECEBER	
Controladas (*):				
Petroquisa	15.493		15.000	
BR Distribuidora	1.433.990		500.528	
Gaspetro	919.844		175.687	
Pifco	6.789.417			
PNBV	20.800			
Downstream	48.781			
Transpetro	506.935		242.000	
PIB-BV Holanda	279.744			
Brasoil	12.572			
BOC	172			
Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda	70.938		51.043	
Ipiranga Asfaltos	17.285			
Petrobras Comercializadora Energia Ltda	80.129			
Petrobras Negócios Eletrônicos	2.189		603	
Termelétricas	364.919		3.125	
Demais Controladas	57.361			
	10.620.569		987.986	
Sociedades De Propósito Específico:				
Nova Transportadora do Nordeste - NTN	414.285			
Nova Transportadora do Sudeste - NTS	453.954			
Transportadora Urucu Manaus - TUM	200.693			
PDET Off Shore	61.390			
Cayman Cabiunas Investment				
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (**)	(605.222)	6.338.839		
Demais Controladas em Conjunto	67.480			
	592.580	6.338.839		
Coligadas	224.522			
31/12/2008	11.437.671	6.338.839	987.986	
31/12/2007	7.899.158		668.501	

(*) Inclui suas controladas e grupo de controladas em conjunto.

(**) Inclui R\$ 82.658 de despesas antecipadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora
(Em milhares de reais)

CONTROLADORA						TOTAL DO ATIVO
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
	ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL	VALORES VINCULADOS À CONSTRUÇÃO DE GASODUTO	OPERAÇÕES DE MÚTUO	OUTRAS OPERAÇÕES	RESSARCIMENTO A RECEBER	
						30.493
			233.226			2.167.744
	380.475	907.863	13.364			2.397.233
			59.249.325	28.380		66.067.122
	11.493			8.418		40.711
			415.665			464.446
						748.935
				89.122		368.866
			28.819.925	4.657		28.837.154
			507.895	143		508.210
						121.981
			48.777			66.062
						80.129
						2.792
	108.562		262.042			738.649
				11		57.372
	500.530	907.863	89.550.219	130.731		102.697.898
					73.493	487.778
					34.136	488.090
						200.693
					953.794	1.015.184
					82.346	82.346
						5.733.617
					129	67.609
					1.143.898	8.075.317
						224.522
	500.530	907.863	89.550.219	130.731	1.143.898	110.997.737
	1.038.465	875.134	45.535.632	106.575	1.297.516	57.420.981

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora
(Em milhares de reais)

TAXAS DE MÚTUOS ATIVOS		
INDEXADOR	2008	2007
TJLP + 5% a.a.	54.587	293.618
LIBOR + 1 a 3% a.a.	88.577.145	44.578.600
1,70% a.a.	415.665	308.468
101% do CDI	240.780	192.976
14,5% a.a.	85.658	84.788
IGPM + 6% a.a.	176.384	77.178
Outras taxas		4
	89.550.219	45.535.632

GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL

O Gasoduto Bolívia-Brasil, no território boliviano, é de propriedade da empresa Gás Transboliviano S.A. (GTB), tendo a Gaspetro participação minoritária (11%) no capital dessa companhia.

Para construção do trecho boliviano, foi firmado um contrato com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), posteriormente repassado à GTB, por empreitada global (*turn key*), no valor de US\$ 350 milhões, que está sendo liquidado em 12 anos, desde janeiro de 2000, através do fornecimento de serviços de transporte.

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo dos direitos ao fornecimento futuro, por conta do custo incorrido na obra, até aquela data, acrescidos de juros de 10,7% a.a., é de R\$ 560.369 (R\$ 506.239 em 31 de dezembro de 2007), sendo R\$ 416.745 classificados no ativo realizável a longo prazo como adiantamento a fornecedores (R\$ 396.781 em 31 de dezembro de 2007), que inclui o valor de R\$ 141.530 (R\$ 111.143 em 31 de dezembro de 2007) relacionado à aquisição antecipada do direito de transportar 6 milhões de metros cúbicos de gás pelo prazo de 40 anos (TCO - "Transportation Capacity Option").

A titularidade do gasoduto no trecho brasileiro é da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBG), controlada da Gaspetro. Em 31 de dezembro de 2008, o total de créditos da Petrobras junto à TBG, relacionados ao gerenciamento, ao repasse de custos e financiamentos vinculados à construção do gasoduto e à aquisição antecipada do direito de transportar 6 milhões de metros cúbicos de gás, pelo prazo de 40 anos (TCO), era de R\$ 907.862 (R\$ 875.134 em 31 de dezembro de 2007), e está classificado no ativo realizável a longo prazo, como contas a receber líquidas.

7.2 PASSIVO

	PASSIVO CIRCULANTE				
	FORNECEDORES, PRINCIP. POR COMPRAS DE PETRÓLEO E DERIVADOS	ADIANTAMENTO DE CLIENTES	AFRETAMENTO DE PLATAFORMAS	COMPROMISSOS CONTRATUAIS COM TRANSF. DE BENEFÍCIOS, RISCOS E CONTROLES DE BENS	OPERAÇÕES COM PROJETOS ESTRUTURADOS
Controladas (*):					
Petroquisa	(19.322)				
BR Distribuidora	(242.853)	(24.412)			
Gaspetro	(629.703)	(189.043)			
Pifco	(54.009.095)	(3.323.487)			
PNBV	(202.017)		(1.390.655)		
Downstream	(44.981)				
Transpetro	(827.510)				
PIB-BV Holanda	(333.614)	(15.589)			
Brasoil	(22.642)	(1.121)	(42.411)		
Petrobras Negócios Eletrônicos	(4.055)				
Termelétricas	(370.044)			(18.395)	
Demais Controladas	(4.029)				
	(56.709.865)	(3.553.652)	(1.433.066)	(18.395)	
Sociedades de propósito específico:					
PDET Offshore				(541.078)	(200.333)
Nova Transportadora do Nordeste - NTN				(710.567)	
Nova Transportadora do Sudeste - NTS				(961.110)	
Cayman Cabiunas Investment Co.				(292.778)	
Cia Locadora de Equipamentos Petrolíferos				(778.326)	
Cia Petrolífera Marlim				(235.905)	
Charter Development LLC				(333.676)	
Barracuda Caratinga Leasing Co BV				(994.774)	
Gasene Participações S/A				(175.186)	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios					
Demais Controladas em Conjunto				(26.387)	(11.956)
				(5.049.787)	(212.289)
Coligadas	(72.773)	(14.028)			
31/12/2008	(56.782.638)	(3.567.680)	(1.433.066)	(5.068.182)	(212.289)
31/12/2007	(27.443.288)	(436.111)	(1.163.670)		(366.764)

(*) Inclui suas controladas e grupo de controladas em conjunto.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora
(Em milhares de reais)

CONTROLADORA							TOTAL DO PASSIVO
PASSIVO CIRCULANTE		PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
FLUXO DE RECEBÍVEIS CEDIDOS - FIDC	OUTRAS OPERAÇÕES	COMPROMISSOS CONTRATUAIS COM TRANSF. DE BENEFÍCIOS, RISCOS E CONTROLES DE BENS	OPERAÇÕES DE MÚTUO	PRÉ-PAGAMENTO DE EXPORTAÇÕES	OUTRAS OPERAÇÕES		
	(27)					(19.349)	
					(240.909)	(508.174)	
						(818.746)	
					(813.358)	(58.145.940)	
						(1.592.672)	
						(44.981)	
	(50)					(827.560)	
	(5)					(349.208)	
						(66.174)	
						(4.055)	
		(683.779)				(1.072.218)	
						(4.029)	
	(82)	(683.779)		(813.358)	(240.909)	(63.453.106)	
		(1.682.043)				(2.423.454)	
		(925.037)				(1.635.604)	
		(924.391)				(1.885.501)	
		(181.022)				(473.800)	
		(2.503.131)				(3.281.457)	
		(319.115)				(555.020)	
		(3.676.965)				(4.010.641)	
		(458.231)				(1.453.005)	
		(1.301.253)				(1.476.439)	
(5.764.529)						(5.764.529)	
						(38.343)	
(5.764.529)		(11.971.188)				(22.997.793)	
			(46.261)			(133.062)	
(5.764.529)	(82)	(12.654.967)	(46.261)	(813.358)	(240.909)	(86.583.961)	
	(431)		(41.951)	(705.686)	(1.626.619)	(31.784.520)	

7.3 RESULTADO

	CONTROLADORA			
	RESULTADO			TOTAL DO RESULTADO
	RECEITAS OPERACIONAIS, PRINCIPALMENTE POR VENDAS	RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS	VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS LÍQUIDAS	
Controladas (*):				
Petroquisa	178.771		1.271	180.042
BR Distribuidora	50.378.902	(82.221)	15.201	50.311.882
Gaspetro	4.885.016	(27.605)	241.839	5.099.250
PifCo	20.459.095	(242.125)	1.901.889	22.118.859
PNBV			(509.707)	(509.707)
Downstream	4.610.498	5.002	166.146	4.781.646
Transpetro	486.950		10.145	497.095
PIB-BV Holanda	123.431		2.025	125.456
Brasoil		1.354.460	7.638.177	8.992.637
BOC		29.886	127.452	157.338
ALVO	2.281.750			2.281.750
Quattor Participações	1.457.703			1.457.703
Ipiranga Asfaltos	214.943	2.293		217.236
Petrobras Comercializadora Energia Ltda.	532.993			532.993
Petrobras Negócios Eletrônicos	3.630		103	3.733
Termelétricas	199.737	(130.923)	(8.279)	60.535
Demais Controladas	35	10	21	66
	85.813.454	908.777	9.586.283	96.308.514
Sociedades de propósito específico:				
Nova Transportadora do Nordeste - NTN	21.854	(352.136)		(330.282)
Nova Transportadora do Sudeste - NTS	20.299	(411.719)		(391.420)
Transportadora Urucu Manaus - TUM	127.907			127.907
Cia Petrolífera Marlim		(109.636)		(109.636)
Cia. Locadora de Equipamentos Petrolíferos		(533.543)		(533.543)
PDET Offshore		(159.701)		(159.701)
Charter Development LLC		(68.878)	(906.161)	(975.039)
Barracuda Caratinga Leasing Co BV		(43.309)	(381.079)	(424.388)
Cayman Cabiunas Investment Co.		(35.838)	(111.476)	(147.314)
Gasene Participações S/A	109.953	(24.726)		85.227
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios		(78.417)		(78.417)
Demais Controladas em Conjunto		(18.117)	(7.473)	(25.590)
	280.013	(1.836.020)	(1.406.189)	(2.962.196)
Coligadas	6.517.248	(4.310)	7.574	6.520.512
31/12/2008	92.610.715	(931.553)	8.187.668	99.866.830
31/12/2007	74.322.002	1.214.112	(3.393.971)	72.142.143

(*) Inclui suas controladas e grupo de controladas em conjunto.

7.4 GARANTIAS OBTIDAS E CONCEDIDAS

A Petrobras tem como procedimento conceder garantias às subsidiárias e controladas para algumas operações financeiras realizadas no exterior.

As garantias oferecidas pela Petrobras são efetuadas com base em cláusulas contratuais que suportam as operações financeiras entre as subsidiárias e terceiros, garantindo a compra da dívida em caso de inadimplência por parte das subsidiárias e controladas.

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, as operações financeiras realizadas por estas subsidiárias e garantidas pela Petrobras apresentam os seguintes saldos a liquidar:

DATA DE VENCIMENTO DA OPERAÇÃO	2008					2007
	BRASOIL	PNBV	PIFCO	PIB-BV	TOTAL	TOTAL
2008						14.954
2009		1.857.915	210.330		2.068.245	1.727.018
2010	244.904		759.525		1.004.429	928.020
2011		1.109.140	575.720		1.684.860	1.397.555
2012		1.103.064			1.103.064	956.502
2013		198.645	874.531		1.073.176	813.400
2014 em diante		5.652.930	12.970.607	701.100	19.324.637	14.459.754
	244.904	9.921.694	15.390.713	701.100	26.258.411	20.297.203

Em conformidade com o Decreto 4.543/2002 que legisla sobre o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e de gás natural – Repetro, a Petrobras vem efetuando importação e exportação de equipamentos e materiais, sob este regime. O benefício destas operações feitas via Repetro é a suspensão temporária dos impostos federais pelo prazo em que os referidos materiais e equipamentos permaneçam no Brasil. Para a concessão deste benefício, é exigido uma Fiança Idônea, assinada por terceiros, como forma de garantia do recolhimento dos tributos suspensos.

As Fianças Idôneas vêm sendo concedidas pela Petrobras Distribuidora S/A - BR e a Petrobras Gás S/A – Gaspetro e a remuneração cobrada está fixada em 0,30% ao ano, sobre o montante dos tributos federais suspensos.

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, as despesas anuais incorridas pela Petrobras na obtenção das Fiança Idônea foram:

	2008	2007
BR	21.582	41.903
Gaspetro	1.297	
Total	22.879	41.903

7.5 TRANSAÇÕES COM ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E FUNDOS DE PENSÃO

A companhia é controlada pelo Governo Federal e mantém diversas transações com entidades governamentais no curso normal de suas operações.

As transações significativas com entidades governamentais e com fundo de pensão resultaram nos seguintes saldos:

	CONSOLIDADO			
	2008		2007	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
Petros (Fundo de Pensão)		479.581	1.296.810	411.759
Banco do Brasil S.A.	750.798	5.100.281	2.812.802	601.042
BNDES		10.726.041		6.731.721
Caixa Econômica Federal	1.669	3.617.670		
Governo Federal - Dividendos Propostos		3.193.964		2.119.887
Depósitos vinculados para processos judiciais (CEF e BB)	1.581.541	82.489	1.529.964	155.475
Conta de petróleo e álcool - créditos junto ao Governo Federal	809.673		797.851	
Títulos Governamentais	7.412.913		3.675.246	
Outros	730.158	589.065	889.799	704.101
	11.286.752	23.789.091	11.002.472	10.723.985
Circulante	4.782.062	7.366.018	3.556.208	4.960.750
Não circulante	6.504.690	16.423.073	7.446.264	5.763.235

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora
(Em milhares de reais)

Os saldos estão classificados no Balanço Patrimonial conforme abaixo:

	CONSOLIDADO			
	2008		2007	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
Ativo				
Circulante:	4.782.062		3.556.208	
Caixa e equivalentes de caixa	4.168.488		3.045.885	
Contas a Receber, líquidas	62.305		261.194	
Outros ativos circulantes	551.269		249.129	
Não circulante:	6.504.690		7.446.264	
Conta petróleo e álcool - STN	809.673		797.851	
Depósitos judiciais	1.580.435		1.529.964	
Adiantamento para plano de pensão			1.296.810	
Títulos e valores mobiliários	3.941.889		3.392.129	
Outros ativos realizados a longo prazo	172.693		429.510	
Passivo				
Circulante:		7.366.018		4.960.750
Financiamentos		2.617.666		1.888.573
Dividendos propostos		3.949.365		2.119.887
Outros passivos circulantes		798.987		952.290
Não circulante:		16.423.073		5.763.235
Financiamentos		16.278.387		5.553.025
Outros passivos não circulantes		144.686		210.210
	11.286.752	23.789.091	11.002.472	10.723.985

7.6 REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS DA CONTROLADORA (EM REAIS)

O Plano de Cargos e Salários e de Benefícios e Vantagens da Petrobras e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela companhia a seus dirigentes e empregados.

No exercício de 2008, a maior e a menor remunerações atribuídas a empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$ 51.708,73 e R\$ 1.539,43 (R\$ 45.245,18 e R\$ 1.400,88 em 31 de dezembro de 2007), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2008 foi de R\$ 7.916,16 (R\$ 7.250,49 em 31 de dezembro de 2007).

Com relação a dirigentes da companhia, a maior remuneração em 2008, ainda tomando-se por base o mês de dezembro, correspondeu a R\$ 59.465,04 (R\$ 52.031,96 em 31 de dezembro de 2007).

O total da remuneração de benefícios de curto prazo para o pessoal-chave da companhia durante o exercício de 2008 foi de R\$ 6.812.072,23 (R\$ 6.357.666,88 em 31 de dezembro de 2007), referente a sete diretores e oito conselheiros.

8 ESTOQUES

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2008	2007	2008	2007
Produtos:				
Derivados de petróleo (*)	5.587.327	4.823.515	3.993.002	3.378.905
Álcool (*)	598.382	320.131	281.180	89.612
	6.185.709	5.143.646	4.274.182	3.468.517
Matérias-primas, principalmente petróleo bruto (*)	8.363.429	8.132.362	5.297.904	5.805.167
Materiais e suprimentos para manutenção (*)	3.362.265	2.832.548	2.865.459	2.503.489
Adiantamentos a fornecedores	1.654.610	1.346.742	1.609.257	1.224.645
Outros	715.087	380.456	105.096	35.073
Total	20.281.100	17.835.754	14.151.898	13.036.891
Circulante	19.977.171	17.599.001	13.847.969	12.800.138
Não circulante	303.929	236.753	303.929	236.753

(*) Inclui importações em andamento.

9 CONTAS PETRÓLEO E ÁLCOOL - STN

Visando a concluir o encontro de contas com a União, de acordo com o previsto na Medida Provisória 2.181, de 24 de agosto de 2001, a Petrobras, após ter prestado todas as informações requeridas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, está buscando equalizar as divergências ainda existentes entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da conta de R\$ 809.673 (R\$ 797.851 em 31 de dezembro de 2007) poderá ser quitado pela União por meio da emissão de títulos do Tesouro Nacional, de valor igual ao saldo final do encontro de contas ou mediante compensação com outros montantes que a Petrobras porventura estiver devendo ao Governo Federal, na época, inclusive os relativos a tributos ou uma combinação das operações anteriores.

10 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2008	2007	2008	2007
Disponíveis para venda	3.773.133	3.378.692	3.589.343	3.378.692
Para negociação	132.178	422.678		
Mantidos até o vencimento	449.720	710.788	8.419	8.307
	4.355.031	4.512.158	3.597.762	3.386.999
Menos: parcela circulante de títulos e valores mobiliários	288.751	589.788		
Parcela de longo prazo de títulos e valores mobiliários	4.066.280	3.922.370	3.597.762	3.386.999

Os títulos e valores mobiliários, classificados no realizável a longo prazo, compõem-se de:

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2008	2007	2008	2007
NTN-B	3.778.198	3.378.692	3.589.343	3.378.692
Títulos bancários		239.685		
Certificados B	119.032	135.682		
Outros	169.050	168.311	8.419	8.307
	4.066.280	3.922.370	3.597.762	3.386.999

As Notas do Tesouro Nacional - Série B foram dadas em garantia à Petros, no dia 23 de outubro de 2008, após assinatura do Termo de Compromisso Financeiro entre Petrobras e subsidiárias patrocinadoras do Plano Petros, entidades Sindicais e a Petros, para equacionamento de obrigações com o plano de pensão. O valor nominal das NTN-B está indexado à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Os cupons de juros serão pagos semestralmente à taxa de 6% a.a. sobre o valor nominal atualizado desses títulos e os vencimentos são em 2024 a 2035. Em 31 de dezembro de 2008, os saldos das NTN-B estão atualizados de acordo com o seu valor de mercado, tendo como base o preço médio divulgado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - ANDIMA.

Os Certificados B foram recebidos pela Brasoil por conta da venda de plataformas em 2000 e 2001, com vencimentos semestrais até 2011 e rendendo juros equivalentes a Libor mais 0,70% a.a. até 4,25% a.a.

11 PROJETOS ESTRUTURADOS

A Petrobras desenvolve projetos em conjunto com agentes financeiros nacionais e internacionais e com empresas do setor de petróleo e de energia com o objetivo de viabilizar os investimentos necessários nas áreas de negócio em que a companhia atua.

Considerando que os projetos estruturados são viabilizados através de Sociedades de Propósito Específico, cujas atividades são, na essência, controladas pela Petrobras, os gastos realizados pela companhia por conta de projetos em negociação ou já negociados com terceiros estão classificados nas demonstrações contábeis consolidadas, no ativo não circulante - Imobilizado.

11.1 SOCIEDADES DE PROPÓSITOS ESPECÍFICOS

a. Projetos estruturados

PROJETO/VALOR ESTIMADO DO INVESTIMENTO	FINALIDADE	PRINCIPAIS GARANTIAS	FASE ATUAL
Barracuda e Caratinga US\$ 3,1 bilhões	Viabilização do desenvolvimento da produção dos campos de Barracuda e Caratinga, da Bacia de Campos. A SPE Barracuda e Caratinga Leasing Company B.V. (BCLC) é responsável pela constituição de todos os ativos (poços, equipamentos submarinos e unidades de produção) demandados pelo projeto, sendo também proprietária destes.	Garantia da Brasoil para cobertura de necessidades financeiras da BCLC.	Em operação.
Marlim US\$ 1,5 bilhão	Consórcio com a Companhia Petrolífera Marlim (CPM), que disponibiliza para a Petrobras equipamentos submarinos de produção de petróleo do campo de Marlim.	70% da produção do campo limitado a 720 dias.	Em operação. Está previsto para o 1º trimestre de 2009 o exercício da opção de compra da MarlimPar pela Petrobras.
NovaMarlim US\$ 834 milhões	Consórcio com a NovaMarlim Petróleo S.A. (NovaMarlim) que disponibiliza equipamentos submarinos de produção de petróleo e ressarce, por meio de adiantamento já efetuado à Petrobras, custos operacionais decorrentes da operação e manutenção dos ativos do campo.	30% da produção do campo limitado a 720 dias.	Em operação.
CLEP US\$ 1,25 bilhão	A Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos (CLEP) disponibiliza, para a utilização da Petrobras, ativos vinculados à produção de petróleo localizados na Bacia de Campos, através de contrato de aluguel com prazo de 10 anos, ao fim do qual a Petrobras terá o direito de adquirir as ações da SPE ou os ativos do projeto.	Pagamentos antecipados de aluguel, caso a receita não seja suficiente para atender às obrigações com financiadores.	Em operação.
PDET US\$ 1,18 bilhão	A PDET Offshore S.A. é a futura proprietária dos ativos do projeto cujo objetivo é melhorar a infraestrutura de transferência do óleo produzido na Bacia de Campos para as refinarias da Região Sudeste e para exportação. Os ativos, uma vez constituídos, serão alugados para a Petrobras até o ano de 2019.	Todos os ativos do projeto serão dados em garantia.	Em operação.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora
(Em milhares de reais)



PROJETO/VALOR ESTIMADO DO INVESTIMENTO	FINALIDADE	PRINCIPAIS GARANTIAS	FASE ATUAL
Malhas US\$ 1,11 bilhão	Consórcio entre Transpetro, Transportadora Nordeste Sudeste (TNS), Nova Transportadora do Sudeste (NTS) e Nova Transportadora do Nordeste (NTN). A contribuição da NTS e NTN no consórcio ocorre através da constituição de ativos relacionados ao transporte de gás natural. A TAG (companhia 100% Gaspetro) disponibiliza ativos já constituídos anteriormente. A Transpetro contribui como operadora dos gasodutos.	Pagamentos antecipados por capacidade de transporte para cobrir eventuais deficiências de caixa do consórcio.	O trecho Campinas-Rio, em operação, foi concluído em 18 de maio de 2008, enquanto que o trecho Catu-Carmópolis encontra-se em vias de conclusão.
Modernização da Revap US\$ 1,2 bilhão	O objetivo deste projeto é elevar a capacidade da Refinaria Henrique Lage (Revap) em processar óleo pesado nacional, ajustar o diesel por ela produzido às novas especificações nacionais e reduzir a quantidade de emissão de poluentes. Para tanto, foi criada a SPE Cia. de Desenvolvimento e Modernização de Plantas Industriais - CDMPI, que construirá e alugará para a Petrobras uma unidade de Coqueamento Retardado, uma unidade de Hidrotratamento de Nafta de Coque e unidades correlatas a serem instaladas naquela refinaria. A Diretoria Executiva autorizou a elevação do investimento em US\$300 milhões.	Pagamentos antecipados de aluguel para cobrir eventuais deficiências de caixa da CDMPI.	Em fase de constituição dos ativos.
Cabiúnas US\$ 850 milhões Consolidados no contrato de <i>leasing</i>	Projeto com objetivo de aumentar a capacidade de escoamento da produção de gás da Bacia de Campos. A Cayman Cabiunas Investment Co. Ltd. (CCIC) disponibiliza os ativos para a Petrobras através de um contrato de <i>leasing</i> internacional.	Penhor de 10,4 bilhões de m ³ de gás.	Em operação.
Outros (Albacora, Albacora/Petros e PCGC) US\$ 495,5 milhões		Titularidade dos ativos ou pagamento adicional de aluguel caso a receita não seja suficiente para atender às obrigações com financiadores.	Em operação.

b. **Projetos em Estruturação**

PROJETO/VALOR ESTIMADO DO INVESTIMENTO	FINALIDADE	PRINCIPAIS GARANTIAS	FASE ATUAL
Gasene US\$ 3 bilhões	A Transportadora Gasene S.A. é responsável pela construção e futura proprietária de gasodutos de transporte de gás natural, com extensão total de 1,4 mil quilômetros e capacidade de transporte de 20 milhões de metros cúbicos por dia, ligando o Terminal de Cabiúnas no Rio de Janeiro até a cidade de Catu, na Bahia.	Penhor de Direitos Creditórios. Penhor das Ações da SPE.	Assinado em dezembro de 2007 com o BNDES um financiamento de longo prazo no valor equivalente a R\$ 4,51 bilhões*, incluindo um repasse de recursos do China Development Bank (CDB), no valor de US\$ 750 milhões. Obtenção de empréstimo junto ao BB Fund SPC no valor de até R\$ 800 milhões* para construção do gasoduto, com emissão de US\$ 210 milhões em Notas Promissórias, em outubro de 2006 e US\$ 100 milhões, em dezembro de 2008. O primeiro trecho do projeto Gasene, o Gasoduto Cabiúnas-Vitória, entrou em operação em 10 de novembro de 2008. O segundo trecho, o gasoduto Cacimbas-Catu, encontra-se em fase de construção.
Marlim Leste (P-53) US\$ 1,8 bilhão	Para desenvolver a produção do campo de Marlim Leste, a Petrobras utilizará uma Unidade Estacionária de Produção (UEP), a P-53, que será afretada junto à Charter Development LLC. O contrato de afretamento, na modalidade casco nu (Bare Boat Charter), será firmado por um período de 15 anos, contados a partir da data de sua assinatura.	Todos os ativos do projeto serão dados em garantia.	A construção da plataforma foi concluída em setembro de 2008. Projeto entrou em operação no final de novembro de 2008.
Amazônia US\$ 1,4 bilhão	Construção de um gasoduto de 385 km de extensão, entre Coari e Manaus, e de um GLPduto de 285 km de extensão, entre Urucu e Coari, ambos sob a responsabilidade da Transportadora Urucu Manaus S.A.; e construção de uma termelétrica, em Manaus, com capacidade de 488 MW através da Companhia de Geração Termelétrica Manauara S.A.	Penhor de Direitos Creditórios. Penhor das Ações da SPE.	Assinado em dezembro de 2007 com o BNDES um financiamento de longo prazo no valor de R\$ 2,49 bilhões*. Obtenção de empréstimo junto ao BB Fund SPC no valor de até R\$ 1 bilhão*, dos quais, já foram emitidos US\$ 415 milhões em Notas Promissórias. O GLPduto e o gasoduto estão em fase de construção enquanto os ramais de Aparecida e Mauá encontram-se em fase de contratação.
Mexilhão US\$ 756 milhões	Constituição de uma plataforma (PMXL-1) de exploração de gás natural dos Campos de Mexilhão e Cedro, na Bacia de Santos, que será detida pela Companhia Mexilhão do Brasil (CMB), responsável pela captação dos recursos necessários para constituição da referida plataforma. Após constituída, a PMXL-1 será alugada à Petrobras, detentora da concessão para exploração e produção dos referidos campos.	A definir.	Obtenção de recursos de curto prazo, no valor de até US\$ 566 milhões, através da emissão de "Promissory Notes" adquiridas pelo BB Fund. Obtenção de financiamento de curto prazo junto ao BNDES, no valor de R\$ 528 milhões*, em dezembro de 2008. Constituição dos ativos em andamento.

* Valores em reais

11.2 RESSARCIMENTOS A RECEBER E EMPREENDIMENTOS EM NEGOCIAÇÃO

O saldo a receber, líquido dos adiantamentos recebidos, referente aos gastos realizados pela Petrobras por conta de projetos já negociados com terceiros, está classificado no ativo realizável a longo prazo como Projetos Estruturados e tem a seguinte composição:

	CONTROLADORA	
	2008	2007
Projetos		
Cabiunas	752.926	752.958
PDET	953.794	952.386
Malhas-Nordeste	96.353	96.347
Malhas-Sudeste	78.645	71.323
Outros	128	128
Total	1.881.846	1.873.142
Adiantamentos	(737.948)	(575.626)
Total líquido de ressarcimentos a receber	1.143.898	1.297.516
Empreendimentos em negociação	895.395 (*)	206.197
Total de projetos estruturados	2.039.293	1.503.713

(*) Compreende os gastos já realizados pela Petrobras com projetos para os quais ainda não há parceiros definidos.

11.3 OBRIGAÇÕES COM PROJETOS ESTRUTURADOS

	CONTROLADORA		
	PROJETO	2008	2007
PDET Offshore S.A.	PDET	200.333	200.333
NovaMarlim Petróleo S.A.	NovaMarlim	11.957	166.431
Total		212.290	366.764

a. Projeto PDET

A PDET Offshore S.A. repassou à Petrobras R\$ 1.198.357 a título de adiantamento pela venda futura de ativos e reembolso de gastos incorridos pela Petrobras. Em dezembro de 2007, a Petrobras cedeu um contrato com o Consórcio Norberto Odebrecht Engenharia S.A. (CNO) para a PDET Offshore S.A, no valor total de R\$ 998.024. Com isso, a Petrobras ficou com o saldo de R\$ 200.333, classificados no passivo circulante como Projetos Estruturados.

b. Projeto NovaMarlim

A NovaMarlim Petróleo S.A. disponibilizou recursos para o projeto, cujo saldo, líquido dos gastos operacionais já realizados pela Petrobras da ordem de R\$ 2.102.579 (R\$ 1.948.104 em 31 de dezembro de 2007) e de ativos transferidos da ordem de R\$ 49.465. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da obrigação alcançou R\$ 11.957 (R\$ 166.431 em 31 de dezembro de 2007), classificados no passivo circulante como Projetos Estruturados.

11.4 CONTAS A PAGAR RELACIONADAS A CONSÓRCIOS

	CONSOLIDADO	
	2008	2007
Cia. Petrolífera Marlim	115.515	4.302
Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros	73.343	37.168
Total	188.858	41.470

A Petrobras mantém contratos de consórcios com o objetivo de complementar o desenvolvimento da produção de campos de petróleo, cujo saldo a pagar às empresas consorciadas totalizava, em 31 de dezembro de 2008, R\$ 188.858 (R\$ 41.470 em 31 de dezembro de 2007), classificados no passivo circulante como Projetos Estruturados.

12 DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2008	2007	2008	2007
Trabalhistas	608.383	570.263	581.623	544.043
Fiscais (*)	895.430	860.126	659.053	675.633
Cíveis (*)	339.508	252.063	298.944	223.024
Outros	9.771	11.043	2.758	2.958
Total	1.853.092	1.693.495	1.542.378	1.445.658

(*) Líquido de depósito relacionado a processo judicial provisionado, quando aplicável.

OUTRAS INFORMAÇÕES

› **Busca e apreensão de recolhimentos tidos como indevidos de ICMS/substituição tributária**

No período de 2000 e 2001, a Petrobras foi acionada na justiça dos Estados de Goiás, Tocantins, Bahia, Pará, Maranhão e Distrito Federal, por distribuidoras de petróleo, sob a suposta alegação de não repassar aos governos estaduais o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS retido, por força de lei, no ato da venda dos combustíveis.

Dos valores dessas ações, cerca de R\$ 80.159 foram efetivamente sacados das contas da companhia, por força de decisões judiciais de antecipação de tutela. Mediante recurso processual, essas decisões antecipatórias de tutela foram cassadas.

A Petrobras, com o apoio das autoridades estaduais e federais, além de ter conseguido impedir a efetivação de outros saques, está empreendendo todos os esforços possíveis para obter o ressarcimento das quantias que foram, indevidamente, sacadas das suas contas.

A posição atual dos nossos assessores jurídicos é que não há expectativa de futuros desembolsos para a companhia sobre esses processos.

› **Outros bloqueios judiciais**

A justiça determinou bloqueios de numerários por conta de processos trabalhistas que totalizavam R\$ 34.767 em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 43.956 em 31 de dezembro de 2007), classificados no ativo não circulante como bloqueios judiciais.

13 INVESTIMENTOS**13.1 INFORMAÇÕES SOBRE AS SUBSIDIÁRIAS, CONTROLADAS,
CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS**

	CAPITAL SUBSCRITO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	MILHARES DE AÇÕES/QUOTAS		PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO
		AÇÕES ORDINÁRIAS/ QUOTAS	AÇÕES PREFERENCIAIS		
Subsidiárias e controladas:					
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	4.482.082	42.853.453		7.360.541	1.317.319
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	2.681.460	1.677	418	4.089.691	739.887
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV	30	181		3.087.528	1.294.475
Termorio S.A.	2.785.000	2.785.000		2.811.810	232.395
Braspetro Oil Services Company - Brasoil	266.404	106.210		1.913.676	41.132
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	1.470.205	1.470.205		1.895.702	380.989
Petrobras Química S.A. - Petroquisa	1.338.977	13.508.637	12.978.886	1.656.090	(470.589)
Petrobras International Finance Company - PifCo	531.479	300.050		(1.495.779)	(1.291.139)
Petrobras International Braspetro - PIB BV	3.212	2		(1.151.685)	(1.873.920)
Termomacaé Ltda.	934.015	934.015 (*)		832.509	105.815
Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda.	630.904	619 (*)		634.124	51.747
Refinaria Abreu e Lima S.A.	474.904	474.904		474.907	3
Braspetro Oil Company - BOC	89	50		(359.132)	144.262
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda. - PBEN	216.852	18.852 (*)		243.207	46.068
FAFEN Energia S.A.	380.574	380.574		219.073	(3.311)
Termo Ceará Ltda.	275.226	275.226 (*)		200.754	22.219
Baixada Santista Energia Ltda.	218.456	218.456 (*)		198.512	(19.944)
Sociedade Fluminense de Energia Ltda. - SFE	255.556	255.556 (*)		183.279	59.678
Downstream Participações Ltda.	630.000	630.000 (*)		168.835	(989.275)
Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A.	109.127	97.863		148.106	2.942
Ipiranga Asfalto S.A.	16.008	16.008		40.860	9.973
Petrobras Biocombustível S.A.	40.010	4.010		40.010	
Termomacaé Comercializadora de Energia Ltda.	6.218	6.218 (*)		(38.276)	2.755
Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. - E-Petro	21.000	21.000		23.685	2.685
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FII	656	117.127 (*)		(22.614)	(73.344)
Termobahia S.A.	311.752	52		(20.032)	(36.168)
5283 Participações Ltda.	1.421.604	1.421.604 (*)		(318)	(114.057)
Cordoba Financial Services GmbH	94	1 (**)		281	(144)
Controladas em conjunto					
Termoaçu S.A.	669.997	1.150.989		672.728	2.731



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora
(Em milhares de reais)



	CAPITAL SUBSCRITO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	MILHARES DE AÇÕES/QUOTAS		PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO
		AÇÕES ORDINÁRIAS/ QUOTAS	AÇÕES PREFERENCIAIS		
UTE Norte Fluminense S.A.	481.432	481.432		557.395	44.700
Ibiritermo S.A.	7.649	7.652		180.856	66.247
Breitener Energética S.A.	160.000	77.740		151.939	7.089
Brasil PCH S.A.	109.032	94.188	14.844	140.181	(357)
Brasympe Energia S.A.	26.000	260.000		75.321	223
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	297	100	196	(60.853)	(29.605)
Participações em Complexos Bioenergéticos S.A. - PCBIOS	58.400	58.400		58.355	(37)
Cia Energética Manauara S.A	32.000	32.000		31.223	7.754
Brentech Energia S.A.	25.901	40.901		25.901	
Projetos de Transporte de Álcool S.A. - PMCC	2.430	2.430		2.430	
GNL do Nordeste Ltda.	7.507	7.507 (*)		720	
Coligadas					
Quattor Participações S.A.	2.202.111	19.315		1.533.327	(643.000)
UEG Araucária Ltda.	707.440	707.440 (*)		661.915	(5)
Arembepe Energia S.A.	45.218	45.218		45.218	
Energética Camaçari Muricy I Ltda.	43.436	43.436 (*)		43.436	
Termelétrica Potiguar S.A. - TEP	11.091	5.100		10.280	(3.344)
Companhia Energética Potiguar S.A.	7.632	1		7.632	
Energética SUAPE II	6.967	6.967		3.926	
Bioenergética Britarumã S.A.	110	110		110	

(*) Quotas

(**) Quantidade de ações em unidades

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SUBSIDIÁRIAS E CONTROLADAS

a. Petrobras Química S.A. - Petroquisa

Participa em sociedades que objetivam a fabricação, comercialização, distribuição, transporte, importação e exportação de produtos das indústrias química e petroquímica e na prestação de serviços técnicos e administrativos relacionados com as referidas atividades.

b. Petrobras Distribuidora S.A. - BR Distribuidora

Opera na área de distribuição, comercialização e industrialização de produtos e derivados de petróleo, álcool, energia e outros combustíveis.

c. Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

Participa em sociedades que atuam no transporte de gás natural, na transmissão de sinais de dados, voz e imagem através de sistemas de telecomunicações por cabo e rádio, bem como a prestação de serviços técnicos relacionados a tais atividades. Participa

também em diversas distribuidoras estaduais de gás, exercendo o controle compartilhado que são consolidados na proporção das participações no capital social.

d. Petrobras Transporte S.A. - Transpetro

Exerce, diretamente ou através de controlada, as operações de transporte e armazenagem de granéis, petróleo e seus derivados e de gás em geral, por meio de dutos, terminais e embarcações, próprias ou de terceiros.

e. Downstream Participações Ltda.

Participa em sociedades que atuam no segmento de refino.

f. Petrobras International Finance Company - PifCo

Exerce atividades de comercialização de petróleo e derivados no exterior, de intermediação de compra e venda de petróleo, derivados e materiais para empresas do Sistema Petrobras e de captação de recursos no exterior.

g. Petrobras Internacional Braspetro B.V. - PIB BV

Participa em sociedades que atuam no exterior em pesquisa, lavra, industrialização, comercialização, transporte, armazenamento, importação e exportação de petróleo e seus derivados, assim como a prestação de serviços e outras atividades relacionadas com os vários segmentos da indústria do petróleo.

h. Braspetro Oil Services Company - Brasoil

Tem como objeto a prestação de serviços em todas as áreas da indústria do petróleo, bem como no comércio de petróleo e de seus derivados.

i. Petrobras Netherlands B.V. - PNBV

Atua, diretamente ou por intermédio de controladas, nas atividades de compra, venda, lease, aluguel ou afretamento de materiais, equipamentos e plataformas para a exploração e produção de óleo e gás.

j. 5283 Participações Ltda.

Sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem como objeto a participação no capital de outras sociedades.

k. Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. - E-PETRO

Participação no capital social de sociedades que tenham por objeto atividades realizadas pela internet ou meios eletrônicos.

l. Braspetro Oil Company - BOC

Tem como objeto promover a pesquisa, lavra, industrialização, comercialização, transporte, armazenamento, importação e exportação de petróleo e seus derivados, assim como na prestação de serviços e outras atividades relacionadas com os vários segmentos da indústria do petróleo.

m. **Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FII**

Tem por objetivo viabilizar a construção de 4 edifícios administrativos em Macaé por meio da emissão de Certificados Recebíveis Imobiliários através da Rio Bravo Securitizadora S.A., lastreado em direitos creditórios locatícios junto à Petrobras.

n. **Termelétricas**

» Termorio S.A.; FAFEN Energia S.A.; Baixada Santista Energia Ltda.; Termomacaé Ltda.; SFE - Sociedade Fluminense de Energia Ltda.; Termoceará Ltda.; Termobahia S.A.; Ibiritermo S.A.; e Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A.

O conjunto de sociedades acima tem por objetivo a implantação e exploração comercial de centrais termelétricas, algumas com processo de cogeração, todas localizadas no território nacional, utilizando gás natural como combustível para geração de energia elétrica.

São compostas por usinas termelétricas com potência instalada, ou em fase final de instalação, de 3,4 GW (não auditado), estando esta capacidade comercializada através de leilões da ANEEL, contratos de comercialização de energia e exportações.

o. **Comercializadoras de Energia Elétrica**

» Petrobras Comercializadora de Energia Ltda. - PBEN; e Termomacaé Comercializadora de Energia Ltda. - TMC

As comercializadoras acima centralizam a gestão da carteira de compra e venda de energia elétrica do Sistema Petrobras, sendo responsáveis pelas operações de venda de energia elétrica dos ativos de geração do Sistema Petrobras, e eventual compra de energia elétrica do mercado.

p. **Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda.**

Sociedade limitada, que tem por objeto a importação, exportação, armazenamento provisório, beneficiamento, venda, transporte e distribuição de produtos de petróleo, seus derivados e outros produtos conexos, inclusive pneumático, baterias e acessórios automobilísticos, como também os respectivos equipamentos, instalações, aparelhos e máquinas do ramo em geral, seja de origem nacional ou estrangeira, podendo prestar serviços correlatos e ainda realizar quaisquer atividades acessórias.

q. **Petrobras Biocombustível S.A.**

Tem como objeto desenvolver a produção de etanol, biodiesel e de quaisquer outros produtos e atividades correlatos ou afins e a geração de energia elétrica associada às suas operações, podendo também explorar todas essas atividades através da participação em outras sociedades, bem como promover a integração de diversas áreas da empresa em torno do tema biocombustíveis.

r. **Refinaria Abreu e Lima S.A.**

Sociedade anônima de capital fechado tem como objeto a construção e operação de uma Refinaria de Petróleo em Ipojuca - PE, bem como refino, processamento, comercialização, importação, exportação e transporte de petróleo e seus derivados, correlatos e biocombustíveis.

s. **Ipiranga Asfalto S.A.**

Tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de emulsões e produtos derivados de asfaltos em geral, produtos químicos, anticorrosivos, detergentes, óleos e graxas lubrificantes e produtos derivados de hulha.

t. **Cordoba Financial Services GmbH - CFS**

Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, com sede em Viena, Áustria, que tem como objeto a participação no capital de outras sociedades na Áustria e no exterior. Cordoba é a única acionista do World Fund Financial Services (WFFS), companhia estabelecida sob as leis das Ilhas Cayman, que tem como objeto atuar em operações bancárias e financeiras fora das Ilhas Cayman.

13.2 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DAS CONTROLADAS EM CONJUNTO

A Petrobras exerce o controle compartilhado sobre as termelétricas Termoaçu, UTE Norte Fluminense, Brentech, Brasympe Energia, Breitener Energética e Cia Energética Manauara; as empresas de biocombustíveis PMCC e PCBIOS; a unidade de regaseificação de gás natural liquefeito GNL do Nordeste, que foram consolidadas na proporção das participações no capital social, e sobre a Brasil PCH que detém participação em pequenas centrais hidrelétricas.

A GNL do Nordeste é uma unidade de regaseificação de gás natural liquefeito a ser construída no complexo Industrial e Portuário do Suape, em Pernambuco, visando à re-vaporização do GNL.

13.3 MUTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

	SUBSIDIÁRIAS E CONTROLADAS			
	PETROQUISA	PETROBRAS DISTRIBUIDORA	GASPETRO	TRANSPETRO
	No início do exercício	1.854.086	6.836.605	2.607.486
Ajustes de exercícios anteriores - adoção da lei 11.638/07	7.053			178.498
Ajustes de avaliação patrimonial	57			3.762
Ganho ou perda não realizado em títulos disponíveis para venda	(47.417)	(34.379)		
Ganho ou perda não realizado em instrumentos financeiros				(32.175)
Aquisição e aporte de capital	338.028		917.136	
Equivalência patrimonial	(480.717)	1.346.047	739.125	415.921
Ganho cambial sobre patrimônio líquido de controladas no exterior				
Dividendos	(15.000)	(1.008.328)	(175.687)	(296.390)
Baixa por incorporação				
Provisão para Perda				
Outros			580	
No fim do exercício	1.656.090	7.139.945	4.088.640	1.832.850

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora
(Em milhares de reais)

CONTROLADORA								
SUBSIDIÁRIAS E CONTROLADAS								
	DOWNSTREAM	PETROBRAS COMERCIALIZADORA DE ENERGIA	PIB BV	BRASOIL	PNBV	TERMORIO S.A.	BAIXADA SANTISTA	5283 PARTICIPAÇÕES
	1.158.110		911.503	434.005	1.265.284	2.569.758	218.456	229.517
			(4.170)	615.859	(333.128)			
			(597.163)	457.855	680.035			(119.600)
		198.000						
	(989.275)	45.400	(310.170)	(85.841)	1.270.009	242.052	(19.944)	(109.917)
		(404)						
	168.835	242.996		1.421.878	2.882.200	2.811.810	198.512	



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora
(Em milhares de reais)



	SUBSIDIÁRIAS E CONTROLADAS			
	TERMOMACAÉ LTDA	PRAMO PARTICIPAÇÕES S.A.	DAPEAN	UTE JUIZ DE FORA
No início do exercício	702.766	850.906		96.207
Ajustes de exercícios anteriores - adoção da lei 11.638/07				
Ajustes de avaliação patrimonial				
Ganho ou perda não realizado em títulos disponíveis para venda				
Ganho ou perda não realizado em instrumentos financeiros				
Aquisição e aporte de capital	18.020		876.133	69.885
Equivalência patrimonial	111.723	25.227	(12.967)	(987)
Ganho cambial sobre patrimônio líquido de controladas no exterior				
Dividendos				(16.999)
Baixa por incorporação		(876.133)	(495.000)	
Provisão para Perda				
Outros			(368.166)	
No fim do exercício	832.509			148.106

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora
(Em milhares de reais)

CONTROLADORA							
SUBSIDIÁRIAS E CONTROLADAS							
17 DE MAIO	ALVO	REFINARIA ABREU E LIMA	OUTRAS CONTROLADAS	CONTROLADAS EM CONJUNTO	COLIGADAS	2008	2007
			615.461	520.003	132.444	22.565.831	22.725.069
			(266.731)			197.381	
			39			424.985	
						(81.796)	
						(32.175)	
663.676	670.375	474.900	389.251	199.315	733.948	5.548.667	1.602.471
43.734	14.728	(41)	44.540	5.927	(205.846)	2.088.728	1.678
							(790.727)
	(51.043)		897	(4.976)		(1.567.526)	(975.507)
(707.410)						(2.078.543)	(53.817)
							1.653
			14.902	8.590		(344.498)	55.010
	634.060	474.859	798.359	728.859	660.546	26.721.054	22.565.830

DIREITOS E ADIANTAMENTOS PARA AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS	IPIRANGA QUÍMICA	ATIVOS DISTRIBUIÇÃO NORTE - CBPI	2008	2007
No início do exercício	980.130	1.097.018	2.077.148	
Aquisição e aporte de capital				929.301
Ágio (Deságio) na aquisição de investimentos				1.153.176
Equivalência patrimonial	10.723	35.659	46.382	26.021
Amortização do (Ágio) Deságio	(16.947)	(20.308)	(37.255)	(31.350)
Transferência	(973.906)	(1.112.369)	(2.086.275)	
No fim do exercício				2.077.148
Subsidiárias, controladas, controladas em conjunto e coligadas			26.721.054	22.565.830
Direitos e Adiantamentos para aquisição de investimentos				2.077.148
Outros investimentos			150.279	349.853
Ágio e deságio			1.435.614	1.075.958
			28.306.947	26.068.789

13.4 INFORMAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 DAS CONTROLADAS EM CONJUNTO INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

	CONTROLADAS EM CONJUNTO DIRETAMENTE					
	TERMOAÇU	UTE NORTE FLUMINENSE	GNL DO NORDESTE	PC BIOS	PMCC	
Ativo Circulante	80.470	258.057	50	7.193	1.943	
Ativo Realizável a Longo Prazo	7.948			32.405		
Investimentos						
Imobilizado	684.995	952.668		15.242	573	
Intangível	1.321	600		42		
Diferido	56.292	2.137	674	7.426		
Passivo Circulante	124.216	228.099	4	3.953	86	
Passivo não circulante	34.082	427.968				
Patrimônio Líquido	672.728	557.395	720	58.355	2.430	
Participação dos Acionistas não Controladores						
Receita Operacional Líquida	102.903	777.987				
Lucro Líquido do Exercício	2.731	44.700		(37)		
Percentual de Participação - %	74,80%	10,00%	50,00%	50,00%	33,33%	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora
(Em milhares de reais)

	CONTROLADAS EM CONJUNTO DIRETAMENTE					CONTROLADAS EM CONJUNTO INDIRETAMENTE	
	BRENTECH	BRASIL PCH	BRASYMPE ENERGIA	BREITENER ENERGÉTICA	CIA ENERGÉTICA MANAUARA	DISTRIBUIDORAS DE GÁS	OUTRAS
	9.937	209.438	22.710	147.407	54.922	1.788.233	192.076
		7.285	70.778	33.562	11.977	113.632	1.743.632
			6.012			1.329	1
	86.256	1.166.949	34.662	199.540	150.751	1.282.622	1.319.080
	13	302	14	103	257	10.135	21.765
	14.453	90.983		81.143	6.977	69.318	45.966
	84.739	84.161	14.054	147.489	39.195	1.293.246	462.469
	19	1.250.615	30.899	162.327	154.466	382.724	1.575.344
	25.901	140.181	75.321	151.939	31.223	1.589.299	1.284.707
			13.902				
		72.493	3.798	113.786	55.622	4.535.138	18.937
		(357)	225	7.089	7.754	347.474	(4.021)
	30,00%	42,33%	20,00%	30,00%	40,00%	23,5% a 83,0%	34,34% a 6,64%

13.5 INFORMAÇÕES SOBRE COLIGADAS

VINCULADAS À PETROQUISA	2008				2007
	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SUBSCRITO %	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	ATIVO NÃO CIRCULANTE	ATIVO NÃO CIRCULANTE
Deten Química S.A.	27,82	240.583	65.764	180.589	159.104
NITROCLOR Produtos Químicos Ltda.	38,80	213	(2.718)	1.029	3.445
				181.618	162.549

VINCULADAS À BR	2008				2007
	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SUBSCRITO %	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	ATIVO NÃO CIRCULANTE	ATIVO NÃO CIRCULANTE
CDGN - Companhia Distribuidora de Gás Natural	10,00	3.281	688	6.742	37.301
Brasil Supply S.A.	10,00	8.274	525	242	5.370
				6.984	42.671

VINCULADAS À GASPETRO	2008				2007
	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SUBSCRITO %	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	ATIVO NÃO CIRCULANTE	ATIVO NÃO CIRCULANTE
Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. - TSB	25,00	29.711	(224)	26.121	27.297
				26.121	27.297

13.6 ÁGIO E DESÁGIO

Em setembro de 2006 a Petrobras, através de sua controlada Petrobras América Inc., adquiriu 50% das ações da empresa Pasadena Refining System Inc. com ágio de R\$ 880.428 (US\$ 412 milhões), sendo R\$ 430.379 pela mais valia de ativos, com amortização em função da vida útil desses ativos, e R\$ 450.049 pela expectativa de rentabilidade futura, com amortização no prazo de 10 anos.

No exercício de 2008 foi registrada a baixa total do ágio por expectativa de rentabilidade futura apurado na aquisição da empresa Pasadena, no montante equivalente a R\$ 384.431, tendo em vista mudanças na expectativa de rentabilidade. Os fatores que justificam essas mudanças são a diminuição constante e substancial do preço do petróleo bruto e dos derivados nos últimos doze meses, redução do processamento de refino em função da queda da demanda dos produtos refinados e da margem praticada no mercado.

Na aquisição do controle acionário da Suzano Petroquímica S.A. (vide nota 13.8.h), por intermédio da Pramoia Participações S.A., foi apurado ágio de R\$ 1.241.303, tendo como fundamentação econômica a expectativa de resultado futuro, com amortização no prazo de 10 anos.

Esses ágios decorrentes de expectativa de rentabilidade futura não serão mais amortizados a partir do exercício de 2009, tendo em vista as novas práticas contábeis introduzidas no Brasil.

Na operação de incorporação de ações da Grust Holding S.A. na Braskem (vide nota 13.8.g), promovida pela Petroquisa para integração dos ativos petroquímicos do Sul, foi apurado um deságio sem fundamentação econômica no montante de R\$ 424.167, com sua amortização apenas por alienação ou perecimento do investimento. Antes dessa operação, a Grust Holding S.A. era detentora de participação direta e indireta de 36,5% em Copesul e participações diretas de 40% em Ipiranga Química (IQ) e 40% em Petroquímica Paulínia (PPSA).

MOVIMENTAÇÃO DO ÁGIO/DESÁGIO:

	CONSOLIDADO	CONTROLADORA
Saldo do ágio/deságio em 31/12/2007	1.619.927	1.075.958
Ágio na aquisição de ações da Ipiranga Química	669.841	669.841
Deságio na aquisição de ações da Braskem	(424.167)	
Amortização do ágio	(208.785)	(208.345)
Amortização do deságio	27.316	6.118
Transferência	(741.937)	(109.154)
Outros (*)	2.253	1.195
Saldo do ágio/deságio em 31/12/2008	944.448	1.435.613

(*) Inclui variação cambial sobre saldos de empresas no exterior

Na controladora, o saldo do deságio no montante de R\$ 258.036 está contabilizado em investimento e no consolidado o montante de R\$ 59.993 está apresentado como receita diferida no passivo não circulante.

13.7 INVESTIMENTOS EM EMPRESAS COM AÇÕES NEGOCIADAS EM BOLSAS

Apresentamos, a seguir, os investimentos em companhias abertas com ações negociadas em bolsas de valores:

EMPRESA	LOTE DE MIL AÇÕES		TIPO	COTAÇÃO EM BOLSA DE VALORES (R\$ POR AÇÃO)		VALOR DE MERCADO R\$	
	2008	2007		2008	2007	2008	2007
Controladas							
Pepsa	1.249.717	1.249.717	ON	1,50	2,19	1.874.576	2.736.880
Pesa (*)	229.729	229.729	ON	4,40	5,23	1.010.808	1.201.483
						2.885.384	3.938.363
Coligadas							
Braskem	59.014	12.111	ON	5,57	15,20	328.708	184.087
Braskem	62.965	18.553	PNA	5,55	14,40	349.456	267.163
Quattor Petroquímica	51.111		PN	8,40		429.332	
PQU		8.738	ON		15,00		131.070
PQU		8.738	PN		14,61		127.662
						1.107.496	709.982

(*) Essas ações não incluem a participação da Pepsa.

O valor de mercado para essas ações não reflete, necessariamente, o valor de realização de um lote representativo de ações.

13.8 OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Investimentos no Equador

Em 18 de outubro de 2007, a Lei de Hidrocarbonetos foi alterada, elevando a participação do Estado sobre os excedentes extraordinários do preço do óleo para 99%, reduzindo a correspondente participação das companhias petrolíferas para 1% sobre esta parcela. Em 28 de dezembro, a Assembleia Constituinte do Equador aprovou a “Ley de Equidad Tributaria”, que impõe profunda reforma tributária com a criação de novos impostos, a partir de 1º de janeiro de 2008.

O conjunto de mudanças trazidas pela mencionada reforma, modificou as condições estabelecidas entre as partes quando da aprovação dos respectivos contratos de participação, afetando a previsão de rentabilidade dos atuais negócios no Equador e a recuperabilidade dos investimentos realizados. Conseqüentemente, para adequar o valor contábil dos ativos ao seu valor estimado de recuperação, em 31 de dezembro de 2007 foi reconhecida uma provisão no montante de R\$ 308.796 (US\$ 174.333 mil).

Em 31 de dezembro de 2008, a Petrobras Energia Ecuador assinou acordo com o

governo do Equador para devolução da concessão do bloco exploratório 31, no qual implicou no reconhecimento de perda no montante equivalente de R\$ 181.645

b. Investimentos na Bolívia

A partir de 1º de maio de 2006, entrou em vigor na Bolívia o Decreto Supremo 28.701, através do qual se nacionalizaram os recursos naturais de hidrocarbonetos, obrigando as empresas que realizavam atividades de produção de gás e petróleo a entregar em propriedade à YPFB toda a produção de hidrocarbonetos.

Mediante o Decreto Supremo 28.701, o Governo Boliviano nacionalizou as ações necessárias para que a YPFB controlasse com, no mínimo, 50% mais uma ação, a Petrobras Bolívia Refinación S.A. (PBR), da qual a Petrobras detinha indiretamente 100% de participação (Petrobras Bolívia Inversiones e Servicios S.A. – 51% e Petrobras Energia Internacional S.A. – 49%).

Em 25 de junho de 2007, foi assinado o contrato de compra e venda das ações da PBR, com a transferência de 100% das ações para a YPFB pelo montante de US\$ 112 milhões, apurando-se um ganho equivalente, em 31 de dezembro de 2007, a R\$ 66.195 (US\$ 37.371 mil).

c. Novos investimentos no exterior

c.1) No Japão

Em 2008 a Petrobras adquiriu 87,5% das ações da empresa japonesa Nansei Sekiyu Kabushiki Kaisha (NSS), que compreende uma refinaria com capacidade de 100.000 bpd, que refina petróleo leve e produz derivados de alta qualidade, um terminal de petróleo e derivados com capacidade de armazenamento de 9,6 milhões de barris, três píeres com capacidade de receber navios de produtos de até 97.000 *Deadweight tonnage* (dwt) e uma monobóia para navios *Very Large Crude Carrier* (VLCC) de até 280.000 dwt.

A transferência do controle acionário foi efetivada em abril de 2008.

c.2) No Chile

Em 7 de agosto de 2008, a Petrobras assinou acordo para a compra da participação da ExxonMobil na Esso Chile Petrolera e em outras empresas chilenas associadas.

O acordo abrange o negócio de combustíveis nos mercados de varejo, industrial e de aviação (os negócios químicos, de lubrificantes e de produtos especiais da ExxonMobil no Chile não fazem parte do acordo) e a transferência do controle ocorrerá no segundo trimestre de 2009, juntamente com o pagamento de cerca de US\$ 400 milhões.

d. Investimentos na Venezuela

Em março de 2006, a PESA, através de suas controladas e coligadas na Venezuela, firmou com a PDVSA e a Corporación Venezolana del Petróleo S.A. (CVP) Memorandos de Entendimento (MDE) com o objetivo de concretizar a migração dos convênios operacionais para a modalidade de empresas mistas, conforme determinação legal.

Os MDE estabeleciam que a participação dos sócios privados nas empresas mistas é de 40%, correspondendo ao governo venezuelano uma participação de 60%.

De acordo com a estrutura societária e de governança definida para as empresas mistas, a partir de 1º de abril de 2006 a PESA deixou de consolidar os ativos, passivos e resultados referentes às mencionadas operações, apresentando-os como investimentos societários em coligadas, avaliados por equivalência patrimonial. A recuperação destes investimentos está relacionada à volatilidade do preço do petróleo, às condições econômicas, sociais e regulatórias na Venezuela, e em particular, aos interesses de seus acionistas em relação ao desenvolvimento das reservas de petróleo. Conseqüentemente, para adequar o valor contábil do investimento ao seu valor recuperável estimado foi reconhecida uma perda sobre investimentos no montante equivalente a R\$ 55.425 (US\$ 23.115 mil) em 2008 e R\$ 119.588 (US\$ 67.514 mil) em 2007.

e. Opção de venda da Refinaria de Pasadena pela Astra

Em decisão preliminar proferida em 24 de outubro de 2008, no âmbito de processo arbitral existente entre a Petrobras America Inc. e outras (PAI) e a Astra Oil Trading NV e outras (ASTRA), que tramita segundo as regras de arbitragem do International Centre for Dispute Resolution, foi considerado válido o exercício da opção de venda (*put option*) exercido pela ASTRA em relação à PAI dos 50% remanescentes das ações da ASTRA na Pasadena Refinery Systems Inc. (PRSI), companhia que detém a Refinaria de Pasadena, e na empresa a ela ligada de “trading”, ambas com escritórios operacionais no Texas.

As responsabilidades operacionais, gerenciais e financeiras foram transferidas à PAI, com base nessa decisão preliminar. No entanto o preço final a ser pago por estas ações remanescentes será definido pela decisão final a ser proferida na arbitragem, uma vez que as partes discordam quanto ao valor a ser atribuído às ações.

f. Grupo Ipiranga

Em 18 de março de 2007, a Ultrapar, por si e com a interveniência e anuência da Braskem S.A e Petrobras, com base no contrato de comissão por elas firmado, adquiriu o controle das empresas do Grupo Ipiranga.

A operação foi devidamente notificada ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), sendo certo que, em 16 de maio de 2007, o Conselho Administrativo de Defesa da Econômica (CADE) proferiu despacho Gab. LFRV nº 009/2007 aprovando o Acordo de Preservação da Reversibilidade da Operação (APRO), no qual a Petrobras e a Ultrapar se comprometeram a implementar uma estrutura de governança que permitisse a segregação das atividades estratégicas e comerciais dos ativos de distribuição, compromisso este que implicou na constituição da sociedade Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda.

A última fase do projeto previa a entrega dos ativos adquiridos, conforme descrito no Acordo de Investimentos celebrado entre as partes.

Assim, em 30 de abril de 2008, o controle da Ipiranga Asfaltos S.A. (IASA) e da Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda. (Alvo) foi transferido da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga (CBPI) para a 17 de Maio Participações S.A. ("17 de Maio"), sociedade anônima de capital fechado, que por sua vez, em 27 de novembro de 2008, foi incorporada pela Petrobras, ocasião em que as empresas IASA e Alvo passaram a integrar o rol de controladas diretas da Petrobras.

Em 17 de dezembro de 2008, o CADE aprovou, em definitivo, a aquisição dos ativos de distribuição e asfaltos do Grupo Ipiranga pela Petrobras, condicionado à assinatura e pleno cumprimento de um Termo de Compromisso de Desempenho (TCD), firmado pela Petrobras e pela Alvo, possibilitando a gestão imediata e direta destes ativos.

A partir deste resultado favorável, a Petrobras iniciou o processo de transferência dos ativos, representados pelas empresas IASA e Alvo, para a BR Distribuidora, em linha com o planejamento inicial da operação que visava ampliar a liderança da referida subsidiária no mercado brasileiro de distribuição, por meio do aumento de parcela de mercado, com garantia de rentabilidade.

Nos negócios de refino, após a incorporação das ações, a Petrobras passou a ter o direito de receber da Ultrapar, 33,33% de participação na Refinaria de Petróleo Ipiranga (RPI), com previsão de conclusão dessa etapa da operação em março de 2009. A Petrobras consolida proporcionalmente as demonstrações contábeis dos ativos de refino da RPI em função do controle compartilhado em partes iguais com Braskem e Ultrapar.

Em 21 de outubro de 2008, o Conselho de Administração da RPI aprovou a alteração da sua denominação social para Refinaria de Petróleo Riograndense S.A..

g. Acordo de Investimento da Braskem

Em 30 de novembro de 2007, foi celebrado o Acordo de Investimentos entre a Braskem, Odebrecht, Petrobras, Petroquisa e Norquisa, através do qual foi acordada a integração na Braskem de ativos petroquímicos detidos pela Petrobras e pela Petroquisa, o que permitiria conjuntamente à Petrobras e Petroquisa aumentarem sua participação no capital votante da Braskem para 30% e 25% no capital total.

Os ativos petroquímicos envolvidos na operação foram: (i) 37,3% do capital votante e total da Copesul; (ii) 40% do capital votante e total da Ipiranga Petroquímica S.A. (IPQ), subsidiária integral da Ipiranga Química (IQ); (iii) 40% do capital votante e total da IQ; (iv) até 100% do capital votante e total da Petroquímica Triunfo (Triunfo); e (v) 40% do capital votante e total da Petroquímica Paulínia (PPSA).

Em 14 de maio de 2008 foi celebrado o Aditivo ao Acordo de Investimentos o qual dividiu a operação de integração em duas fases. A primeira fase foi realizada em 30 de maio de 2008, quando a Petrobras e a Petroquisa integraram na Braskem suas participações de 36,5% em Copesul, 40% em IQ e 40% em PPSA, passando a deter 30% do capital votante e 23,1% do capital total da Braskem.

Com a implementação da primeira fase, Petrobras, Petroquisa, Odebrecht e Norquisa, com a interveniência da Braskem, em 30 de maio de 2008, celebraram o novo

acordo de acionistas da Braskem, ampliando os padrões de governança e possibilitando maior participação da Petrobras no processo decisório, que passou a indicar 3 conselheiros para o Conselho de Administração bem como representantes para todos os comitês de assessoramento à este Conselho.

Dando continuidade ao processo de integração dos ativos, em 11 de setembro de 2008 a IPQ incorporou 100% do capital total da Copesul e em 30 de setembro a Braskem incorporou 100% do capital total da IPQ e da PPSA, que se tornaram unidades operacionais.

Na segunda fase, a Petrobras e a Petroquisa terão a opção de integrar na Braskem até 100% do capital votante e total da Triunfo. Caso o aporte não ocorra, Petrobras e Petroquisa poderão aportar caixa equivalente ao valor econômico deste ativo, aumentando a participação conjunta de Petrobras e Petroquisa no capital total da Braskem, conforme estabelecido no Acordo de Investimentos.

A operação prevista no Acordo de Investimentos foi aprovada em 09 de julho de 2008, pelo CADE.

Em 22 de dezembro de 2008 a Braskem cancelou ações em tesouraria, correspondente a 6.251.744 ações ON, 10.389.665 ações PNA e 209.248 ações PNB, passando a Petroquisa a deter 31,0 % do capital votante e 23,8 % do capital social total da Braskem.

h. Aquisição da Suzano Petroquímica S.A.

Em 30 de novembro de 2007, foi concluída a aquisição do controle acionário da Suzano Petroquímica S.A. (SZPQ) por intermédio da aquisição da Pramoia Participações S.A. (Pramoa) e sua controlada Dapean Participações S.A. (Dapean), equivalente a 99,9% das ações ordinárias e de 76,57% do capital total da SZPQ.

O pagamento pela Petrobras aos acionistas vendedores foi no montante global de R\$ 2.100.402, que correspondeu a R\$ 13,27 por ação ordinária e R\$ 10,61 por ação preferencial.

Em 24 de março de 2008, a Pramoia foi incorporada pela Petrobras após aprovação da AGE.

Em 28 de dezembro 2007, foi protocolado junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) o pedido de registro e oferta pública de ações (OPA) para aquisição das ações ordinárias e preferenciais de emissão da SZPQ de propriedade de seus demais acionistas pelos valores de R\$ 13,27 por ação ordinária e R\$ 10,61 por ação preferencial.

Em 30 de abril de 2008, a CVM deferiu o registro da OPA para aquisição das ações da SZPQ, condicionado a ajustes, os quais foram acatados pela Petrobras, inclusive atualização dos valores da oferta.

Em 12 de maio de 2008, a Petrobras publicou o Instrumento de Oferta Pública de Ações (edital). Na mesma data, teve início o período para habilitação e adesão à OPA por parte dos minoritários, que se encerrou em 19 de junho de 2008.

Em 20 de junho de 2008, foi realizado o leilão da OPA da Suzano Petroquímica no qual a Quattor Participações S.A. adquiriu (i) 102.906 das ações ordinárias (92,7% de

adesão) pelo preço de R\$ 14,08 por ação ordinária; e (ii) 50.147.172 ações preferenciais (94,6% de adesão) pelo preço de R\$ 11,26 por ação preferencial.

Em 30 de junho de 2008, a Suzano Petroquímica S.A. teve sua denominação social alterada para Quattor Petroquímica S.A.

i. Acordo de Investimento com Unipar

Em 30 de novembro de 2007, foi celebrado Acordo de Investimentos entre Petrobras, Petroquisa e Unipar, onde foram definidos, dentre outros, as etapas de estruturação para a criação de uma companhia integrada na proporção de 60% Unipar e os 40% Petrobras e Petroquisa. O objetivo da criação da Sociedade Petroquímica foi nela integrarem seus ativos dedicados à produção de resinas termoplásticas, petroquímicos básicos e atividades correlatas, com vistas a atingir escala mundial de produção e elevada competitividade.

Os ativos petroquímicos que Petrobras e Petroquisa contribuíram para a formação da Sociedade Petroquímica, denominados “Ativos Petrobras” foram: (i) 99,9% do capital votante e 76,57% do capital total da Suzano Petroquímica S.A. (SZPQ), e (ii) 17,48% do capital votante e 17,44% do capital total de titularidade da Petroquisa na Petroquímica União S.A. (PQU).

Da mesma forma, a Unipar contribuiria com os “Ativos Unipar”, a saber: (i) 33,3% do capital votante e total da Rio Polímeros S.A. (Riopol); (ii) 54,96% do capital votante e 51,35% do capital total da PQU; (iii) 99,99% do capital votante e total da Polietilenos União S.A. (PU); (iv) todos os bens, direitos e obrigações que se relacionam com a operação da Unipar Divisão Química (UDQ); e (v) a importância, em dinheiro, de R\$ 380.000, correspondente ao valor do preço a ser pago por: (a) totalidade da participação de 16,67% do capital total detida pela Petroquisa na Riopol; e 15,98% da participação de SZPQ na Riopol, pelo preço certo e ajustado de R\$ 0,9152 por ação.

Em 14 de fevereiro de 2008, os acionistas de Dapean Participações S.A. (Dapean) deliberaram pelo resgate da totalidade das ações preferenciais classe A da companhia, mediante a conseqüente redução de seu capital social de R\$ 495.000.

Em 11 de junho de 2008, a Petroquisa integralizou sua participação na PQU avaliada em R\$ 152.927 na Dapean, subscrevendo 19.315.055 ONs e 10.060.727 PNRBs. As ações PNRBs foram resgatadas no mesmo dia pelo valor de R\$ 52.375 e participação no capital social de Dapean passou a ser distribuída entre Petrobras e Petroquisa na proporção de 79,8% e 20,2% respectivamente.

Nessa mesma data, as partes equalizaram suas participações em Rio Polímeros conforme nota explicativa 13.8.k (Alienação de parte das ações de emissão da Rio Polímeros S.A.).

Posteriormente, a Dapean incorporou a Fasciatus Participações S.A., sociedade de propósito específico que reuniu os “Ativos Unipar”, passando a concentrar assim todos os “Ativos Petrobras e Unipar” sob a Dapean. Esta incorporação foi realizada a valor contábil e a relação de troca estabelecida pelos valores econômicos dos ativos.

A operação gerou resultado não operacional de R\$ 326.082 (Controladora) e R\$ 408.796 (Consolidado) referente ao ganho por variação na porcentagem de participação societária, em função das novas práticas contábeis, estes valores foram reclassificados para resultado de participações em investimentos.

No mesmo ato societário desta incorporação, a Dapean teve sua denominação social alterada para Quattor Participações S.A. (Quattor) e passou a ser controlada pela Unipar, com 60% do capital votante e total da sociedade. A participação do Sistema Petrobras na Quattor passou a ser de 40% do capital votante e total, distribuídos entre Petrobras e Petroquisa em 31,9% e 8,1%, respectivamente.

A operação foi aprovada sem restrições em 9 de julho de 2008 pelo CADE.

Em 01 de agosto de 2008, a Quattor concluiu a aquisição de (i) 1.670.279 ações ordinárias e 876.216 ações preferenciais da PQU detidas pela Companhia Brasileira de Estireno S.A., ao preço de R\$ 15,2741 por ação, e (ii) 1.489.109 ações ordinárias e 1.314.256 ações preferenciais da PQU detidas pela Oxiteno S.A. - Indústria e Comércio, ao preço de R\$ 17,1834 por ação ordinária e de R\$ 15,2741 por ação preferencial. Com isso, a Quattor passou a deter direta e indiretamente 86,91% do capital votante e 82,31% do capital total da PQU. Na mesma data, o Acordo de Acionistas da PQU foi resiliado.

Em 02 de dezembro de 2008, a Quattor Participações realizou a OPA da PQU com o objetivo de cancelar o registro de companhia aberta da investida. No processo, foram adquiridas 6.536.039 ações ordinárias e 11.176.718 ações preferenciais pelo valor total de R\$ 272.600 e, uma vez que as condições previstas pela CVM foram atendidas, a empresa teve seu registro de companhia aberta cancelado no dia 16 do mesmo mês.

Em 16 de dezembro de 2008, a Quattor Participações realizou a OPA da Quattor Petroquímica visando à descontinuidade das Práticas de Governança Corporativa Nível 2 da Bovespa na empresa. Neste leilão, foram adquiridas 407 ações ordinárias e 1.308.386 ações preferenciais pelo valor total de R\$ 11.962. No dia seguinte, a Quattor Petroquímica descontinuou as Práticas de Governança Corporativa Nível 2, porém permanece com seu registro de companhia aberta com ações negociadas na Bovespa.

Em 31 de dezembro de 2008, a composição acionária dos ativos controlados pela Quattor Participações era de: 75% do capital total da Riopol, 99,3% do capital total da Quattor Petroquímica, 99,2% do capital total da PQU, 100% do capital total da PU, e todos os bens, direitos e obrigações que se relacionam com a operação da UDQ.

j. Venda de participação acionária da empresa Petroquímica Cuyo S.A.I.C.

Em 2 de janeiro de 2008, a Petrobras Energia S.A. (Pesa) vendeu sua participação acionária na empresa argentina Petroquímica Cuyo S.A.I.C. pelo montante de R\$ 56.682.

k. Alienação de parte das ações de emissão da Rio Polímeros S.A

Em 7 de janeiro de 2008, o Conselho de Administração da SZPQ, aprovou a alienação de parte das ações detidas, de emissão da Rio Polímeros S.A. (Riopol), correspondente a 24,31% do capital social, permanecendo com participação de 9,02% do capital social.

O direito de preferência sobre estas ações, previsto no acordo de acionistas, foi exercido parcialmente e de forma não proporcional: (i) 15,98% do capital social foi adquirido pela Unipar através de sua sociedade de propósito específico Fasciatus Participações S.A. (Fasciatus); (ii) 8,33% pelo BNDES Participações e (iii) nenhuma ação detida pela companhia foi adquirida pela Petroquisa.

Em 11 de junho de 2008, parte das ações detidas pela SZPQ, representativas de 24,31% do capital social da Riopol, foram alienadas pelo valor de R\$ 283.010 para a Fasciatus e BNDES.

Na mesma data, a Petroquisa alienou sua participação de 16,67% do capital social da companhia pelo valor de R\$ 194.007 em favor da Fasciatus.

l. Refinaria Abreu e Lima

A Refinaria Abreu e Lima S.A. foi constituída em 7 de março de 2008 como uma sociedade anônima de capital fechado. A companhia tem sede no Complexo Industrial Portuário do SUAPE, no município de Ipojuca, Estado de Pernambuco e tem como objeto a construção e operação de uma Refinaria de Petróleo, bem como refino, processamento, comercialização, importação, exportação e transporte de petróleo e seus derivados, correlatos e biocombustíveis.

O início das operações está previsto para o segundo semestre de 2010, atingindo a carga plena em 2011. A Refinaria Abreu e Lima terá um investimento de US\$ 4,05 bilhões e capacidade para processar 200 mil barris de petróleo por dia. Cerca de 65% da produção será de óleo diesel, o derivado de maior consumo no País. Também serão produzidos gás de cozinha (GLP), nafta petroquímica e coque - combustível sólido com aplicação na siderurgia, indústria cimenteira, térmicas e indústria do alumínio.

O projeto da refinaria é especialmente avançado no que se refere à tecnologia. A unidade será a primeira a processar 100% de petróleo pesado. Além disso, terá capacidade para produzir derivados com baixo teor de enxofre. A Refinaria Abreu e Lima iniciará suas operações produzindo diesel com 50 ppm (partes por milhão) de enxofre e pode chegar a produzir diesel com 10 ppm de enxofre, atual padrão europeu.

m. Aquisição de ações da Termobahia

Em 3 de abril de 2008, a Petrobras concluiu a operação de aquisição, por R\$ 9.363, da totalidade das ações de emissão da Termobahia S.A., detidas pela Blade Securities Limited.

A Blade é uma Sociedade de Propósito Específico, com sede na Irlanda, que por meio de uma estruturação financeira, acordada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, detinha participações na Termobahia.

Com o pré-pagamento ao BID, cessaram todas as obrigações e restrições derivadas deste financiamento, eliminando-se a barreira ao aumento da participação acionária da Petrobras na Termobahia.

n. **Petrobras Biocombustível S.A.**

Com a criação da subsidiária Petrobras Biocombustível S.A. em 16 de junho de 2008, a Petrobras aproveita a oportunidade empresarial decorrente do aumento da demanda mundial de biocombustíveis e, também, fortalece sua posição de empresa comprometida com o meio-ambiente e com o desenvolvimento social. Além de contribuir para a redução do aquecimento global, os biocombustíveis permitem geração de emprego e renda no campo, com a utilização da agricultura familiar na produção das matérias-primas.

USINAS DE BIODIESEL

Em 29 de julho de 2008, foi inaugurada, em Candeias (BA), a primeira usina de produção comercial de biodiesel da Petrobras. A Usina de Quixadá (CE) foi inaugurada em 20 de agosto de 2008 e em janeiro de 2009 a Usina de Montes Claros (MG) iniciará sua produção. As três usinas têm a mesma capacidade de produção, totalizando 170 milhões de litros por ano. Em 2008, as usinas inauguradas foram operadas pela Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras, enquanto a Petrobras Biocombustível S/A aguardava definições relativas à questões regulatórias, envolvendo a autorização para produzir, expedida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. Esta autorização foi concedida em 08 de janeiro de 2009.

As implantações das três usinas estão acompanhadas de um programa para desenvolvimento do mercado agrícola regional, que fornecerá a matéria-prima para a produção de biodiesel. Com isso haverá o incremento da geração de emprego e renda, observando sempre a sustentabilidade empresarial, social e ambiental. A empresa segue as premissas do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel e está comprometida com a obtenção do Selo Combustível, já conquistado pelas Usinas de Candeias e Quixadá e em fase final de obtenção pela Usina de Montes Claros.

A Petrobras Biocombustível entregará no primeiro trimestre de 2009 o volume negociado no 12º Leilão da ANP, totalizando 14,5 milhões de litros, através das três usinas de biodiesel.

CONVÊNIO INTERNACIONAL PARA FOMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A Petrobras Biocombustível, a GTZ - Cooperação Técnica Alemã - e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Ceará (Ematerce) assinaram convênio que ampliará a prestação de serviços de assistência técnica aos agricultores familiares que fornecem matéria-prima para a Usina de Quixadá, no Ceará.

Esta parceria incrementará o trabalho de apoio à organização social e o fortalecimento da agricultura familiar no Ceará, de forma sustentável. Ao todo, serão 47 técnicos e consultores, fornecidos pelos três parceiros, que atuarão no desenvolvimento das atividades previstas por este convênio por um período de dois anos, beneficiando cerca de oito mil agricultores familiares do Sertão Central do Ceará, da região de Quixadá.

A GTZ - empresa pública de direito privado alemã, que gerencia projetos de cooperação técnica em parcerias com instituições públicas e privadas em várias partes do mundo - contribuirá com sua experiência em atividades de apoio à agricultura familiar.

COMPLEXOS BIOENERGÉTICOS

Foram iniciadas as providencias para transferência de participação acionária da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras na empresa Participações em Complexos Bioenergéticos S.A. – PCBIOS para a Petrobras Biocombustível S.A.

A PCBIOS é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída sob as normas legais vigentes no Brasil, formada pela Petrobras e a Mitsui & Co. com 50% de participação acionária cada uma, que tem como objetivo a participação em Complexos Bioenergéticos, na qualidade de acionista, ou em qualquer outra sociedade ou empreendimento no Brasil, especialmente para o investimento em sociedades constituídas para o desenvolvimento de projetos de bioenergia.

o. **Transferência de ações de empresas de energia**

Em 31 de julho de 2008, as participações acionárias em empresas de energia de propriedade da Petrobras Distribuidora foram transferidas para a Petrobras através de uma operação de compra e venda de ações que totalizou R\$ 183.509.

14 IMOBILIZADO

14.1 POR ÁREA DE NEGÓCIO ⁽¹⁾

	CONSOLIDADO			
	2008			2007
	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	LÍQUIDO	LÍQUIDO
Exploração e produção	156.116.886	(53.827.228)	102.289.658	76.611.403
Abastecimento	54.892.255	(19.047.308)	35.844.947	25.225.884
Distribuição	5.528.182	(2.335.619)	3.192.563	2.793.450
Gás e energia	32.252.362	(5.227.836)	27.024.526	20.751.962
Internacional	32.809.495	(12.725.364)	20.084.131	12.664.055
Corporativo	3.267.401	(949.059)	2.318.342	1.893.972
	284.866.581	(94.112.414)	190.754.167	139.940.726

(1) Inclui bens decorrentes de contratos que transfiram os benefícios, riscos e controles, conforme abaixo:

	CONSOLIDADO			CONTROLADORA		
	2008			2008		
	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	LÍQUIDO	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Exploração e produção	2.157.354	(985.931)	1.171.423	17.936.097	(5.922.710)	12.013.387
Abastecimento	486.874	(146.602)	340.272			
Distribuição	80.648	(6.602)	74.046			
Gás e energia				5.994.449	(590.284)	5.404.165
	2.724.876	(1.139.135)	1.585.741	23.930.546	(6.512.994)	17.417.552

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora
(Em milhares de reais)

CONTROLADORA				
2008				2007
CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	LÍQUIDO	LÍQUIDO	
126.874.063	(48.605.500)	78.268.563	53.091.343	
44.385.083	(16.362.611)	28.022.472	19.442.052	
11.634.375	(1.326.572)	10.307.803	2.916.141	
19.688	(9.620)	10.068	9.219	
3.546.819	(948.633)	2.598.186	1.793.389	
186.460.028	(67.252.936)	119.207.092	77.252.144	

14.2 POR TIPO DE ATIVOS

	TEMPO DE VIDA ÚTIL ESTIMADO EM ANOS	CONSOLIDADO			
		2008			2007
		CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	LÍQUIDO	LÍQUIDO
Edificações e benfeitorias	25 a 40	9.382.619	(3.115.564)	6.267.055	3.800.350
Equipamentos e outros bens	3 a 30	119.999.208	(55.854.051)	64.145.157	49.414.524
Terrenos		1.138.720		1.138.720	854.848
Materiais		6.034.143		6.034.143	4.247.098
Adiantamentos a fornecedores		5.189.735		5.189.735	2.624.093
Projetos de expansão		59.238.898		59.238.898	39.964.366
Gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás (E&P)		83.883.258	(35.142.799)	48.740.459	39.035.447
		284.866.581	(94.112.414)	190.754.167	139.940.726

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora
(Em milhares de reais)

CONTROLADORA				
2008				2007
CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	LÍQUIDO	LÍQUIDO	
5.318.060	(1.586.522)	3.731.538	2.227.198	
70.946.795	(36.824.272)	34.122.523	14.220.645	
478.350		478.350	387.240	
4.579.142		4.579.142	3.608.233	
1.602.179		1.602.179	786.240	
36.977.682		36.977.682	23.684.627	
66.557.820	(28.842.142)	37.715.678	32.337.961	
186.460.028	(67.252.936)	119.207.092	77.252.144	

14.3 GASTOS COM EXPLORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2008	2007	2008	2007
Gastos capitalizados	83.883.258	69.440.022	66.557.820	58.369.377
Depreciação acumulada	(34.081.244)	(29.792.677)	(27.885.150)	(25.481.760)
Amortização de gastos com abandono	(1.061.555)	(611.898)	(956.992)	(549.656)
Investimento líquido	48.740.459	39.035.447	37.715.678	32.337.961

No exercício de 2008, a companhia revisou, de acordo com a prática contábil descrita na Nota 4.6, as estimativas de gastos para futuro abandono de poços e desmantelamento de área de produção de óleo e gás, considerando a vida útil econômica dos campos e os fluxos de caixa esperados, a valor presente, por uma taxa de juros livre de riscos, ajustada pelo risco da Petrobras. Esta revisão resultou numa redução na provisão em R\$ 268.520 e na rubrica de investimentos exploratórios em R\$ 70.698. O efeito líquido destes ajustes, somado aos gastos incorridos com o abandono de poços no exercício, no montante de R\$ 254.992, resultou no aumento na rubrica de custos exploratórios para extração de petróleo e gás, no montante de R\$ 57.170.

14.4 DEPRECIÇÃO

A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e 2007 está assim apresentada:

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2008	2007	2008	2007
Parcela absorvida no custeio:				
De bens	5.730.051	5.213.856	3.877.298	1.997.067
De gastos de exploração e produção	3.614.225	3.180.201	2.456.143	2.561.313
Custo para abandono de poços capitalizados/provisionados	491.300	303.284	491.086	286.082
	9.835.576	8.697.341	6.824.527	4.844.462
Parcela registrada diretamente no resultado	1.003.399	1.096.558	571.486	507.228
	10.838.975	9.793.899	7.396.013	5.351.690

14.5 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS**14.5.1 POR ÁREA DE NEGÓCIO**

	CONSOLIDADO			CONTROLADORA		
	2008			2008		
	IMPAIRMENT	REVERSÃO	TOTAL	IMPAIRMENT	REVERSÃO	TOTAL
Exploração e produção	602.675		602.675	602.675		602.675
Internacional	330.413		330.413			
Total	933.088		933.088	602.675		602.675

14.5.2 POR TIPO DE ATIVO

	CONSOLIDADO			CONTROLADORA		
	2008			2008		
	IMPAIRMENT	REVERSÃO	TOTAL	IMPAIRMENT	REVERSÃO	TOTAL
Edificações e benfeitorias	3.832		3.832			
Equipamento e outros bens	90.766		90.766	89.153		89.153
Gastos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás	838.490		838.490	513.522		513.522
Total	933.088		933.088	602.675		602.675

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

Este valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da companhia. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto. Esta taxa deriva da taxa pós-imposto estruturada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC). As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado, curvas de produção associadas aos projetos existentes no portfólio da companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO

Os ativos foram agrupados em unidades geradoras de caixa para identificação de possíveis perdas por desvalorização de ativos. Cada campo corresponde a uma unidade geradora de caixa.

Durante 2008, o segmento de Exploração e Produção registrou despesas com provisão para perda por desvalorização de ativos no montante de R\$ 602.675.

A perda foi relacionada principalmente aos ativos em produção no Brasil. No ano de 2008, dois fatores influenciaram negativamente os resultados dos campos: o preço do Brent de 31 de dezembro de 2008 e os custos operacionais (equipamentos e serviços) que não tiveram uma queda tão acentuada quanto o do Brent. Esses dois fatores durante a análise econômica tiveram efeitos redutores, que levaram a constituição de provisão para perda por desvalorização em alguns campos.

INTERNACIONAL

No exercício de 2008 foram reconhecidas perdas por desvalorização de ativos no segmento Internacional no montante de R\$ 330.413, apuradas, principalmente, sobre os gastos exploratórios do campo de Cottonwood, nos Estados Unidos (R\$ 307.784), em decorrência dos baixos preços projetados do petróleo e das altas taxas praticadas, reflexos do novo cenário econômico mundial.

ABASTECIMENTO, GÁS E ENERGIA E DISTRIBUIÇÃO

Não houve perdas por desvalorização de ativos em 2008.

14.6 AÇÕES JUDICIAIS NO EXTERIOR

a. **Nos Estados Unidos - P-19 e P-31**

Em 25 de julho de 2002, Braspetro Oil Service Company (Brasoil) e Petrobras venceram em primeira instância, perante a Justiça norte-americana, ações conexas movidas pelas seguradoras United States Fidelity & Guaranty Company e American Home Assurance Company desde 1997. Por decisão judicial da Corte Federal do Distrito Sul de Nova York, restou reconhecido a Brasoil e a Petrobras o direito ao recebimento por perdas e danos do valor de US\$ 237 milhões, acrescido de juros e reembolso de despesas judiciais na data do efetivo recebimento referentes à “performance Bond”, totalizando aproximadamente US\$ 370 milhões. Recurso de apelação movido pelas seguradoras afastou, contudo, a obrigação das seguradoras quanto ao pagamento de multa, honorários advocatícios e custas, reduzindo assim o valor da indenização para US\$ 245 milhões.

Em 21 de julho de 2006, a justiça americana proferiu decisão executiva, condicionando o pagamento dos valores devidos à Brasoil ao encerramento definitivo das ações com idêntico objeto em curso perante a Justiça Brasileira, o que vem sendo providenciado pelas partes.

b. **Em Londres - P-36**

Com relação ao afundamento, em 2001, da Plataforma P-36, nos contratos relativos à construção da Plataforma, a Brasoil e a Petrobras se obrigaram a depositar a indenização do seguro, em caso de sinistro, em favor de um Agente das Garantias (“Security Agent”), para pagamento aos credores, de acordo com um mecanismo ajustado contratualmente. Está em curso, perante Cortes Londrinas, ação judicial de autoria de empresas que julgam serem credoras de parte desses pagamentos que a Brasoil e a Petrobras entendem ser direitos seus.

Na fase atual do litígio, a Petromec, parte contratual envolvida, protocolou, em 29 de setembro de 2008, contra a Brasoil e a Petrobras, pleito no montante de US\$ 154 milhões, mais juros. A defesa da Brasoil e da Petrobras deve ser protocolada em maio de 2009. O julgamento do pleito da Petromec deve ocorrer no ano de 2010.

c. **Outras ações de ressarcimento**

Na construção/conversão de navios em unidades produtoras e de escoamento de produção do tipo FPSO e FSO, a Brasoil aportou recursos financeiros no montante de US\$ 624 milhões, equivalentes a R\$ 1.460.583 em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 1.092.067 em 31 de dezembro de 2007) diretamente aos seus fornecedores e subcontratados, com o intuito de evitar atrasos nas construções/conversões e, conseqüentemente, prejuízos a Brasoil.

Com base em pareceres dos assessores jurídicos da Brasoil, esses gastos são passíveis de ressarcimento junto aos construtores, motivo pelo qual foram impetradas ações judiciais de ressarcimento financeiro em cortes internacionais. Entretanto, conservadoramente, está provisionada como crédito de liquidação duvidosa a parcela desse saldo não coberto por garantias reais, no montante de US\$ 553 milhões, equivalentes a R\$ 1.292.223 em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 964.460 em 31 de dezembro de 2007).

14.7 DEVOLUÇÃO À ANP DE ÁREAS NA FASE DE EXPLORAÇÃO

Durante o exercício de 2008, a Petrobras devolveu para a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP os direitos sobre:

- ▶ As concessões exploratórias da Bacia Potiguar Terra: BT-POT-35 (bloco POT-T-791), BT-POT-45 (blocos POT-T-225 e POT-T-241), BT-POT-50 (blocos POT-T-441 e POT-T-442), BT-POT-44 (bloco POT-T-196), BT-POT-62 (bloco POT-T-662), BT-POT-39A (bloco POT-T-881) e BT-POT-42 (bloco POT-T-575) - devolução total dos blocos;
- ▶ As concessões exploratórias da Bacia do Recôncavo Terra: BT-REC-19 (bloco REC-T-205), BT-REC-29 (bloco REC-T-250) e BT-REC-4 - devolução total dos blocos;
- ▶ As concessões exploratórias da Bacia Sergipe Terra: BT-SEAL-4 (blocos SEAL-T-341 e SEAL-T-356) e BT-SEAL-12 (bloco SEAL-T-367) - devolução total dos blocos;
- ▶ As concessões exploratórias da Bacia Foz do Amazonas: BM-FZA-4 (blocos FZA-M-183, FZA-M-216, FZA-M-251, FZA-M-253, FZA-M-254, FZA-M-286, FZA-M-287, FZA-M-288 e FZA-M-320) e BM-FZA-5 (bloco FZA-M-321) - devolução total dos blocos;
- ▶ As concessões exploratórias da Bacia de Campos Mar: BM-C-28 (blocos C-M-231, C-M-265, C-M-298, C-M-332 e C-M-334) e BM-C-26 (bloco C-M-58) - devolução total dos blocos;
- ▶ As concessões exploratórias da Bacia de Santos: BM-S-41 (bloco S-M-1478), BM-S-42 (bloco S-M-166) e BM-S-36 (bloco S-M-557) - devolução total dos blocos.

14.8 DEVOLUÇÃO À ANP DE CAMPOS NA FASE DE PRODUÇÃO, OPERADOS PELA PETROBRAS

Durante o exercício de 2008, a Petrobras formalizou à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP a decisão de Terminação Antecipada dos Contratos de Concessão relativos aos campos:

- ▶ Lagoa Verde, Paramirim do Vencimento e Fazenda Sori - localizados no Estado da Bahia;
- ▶ Rio Ibiribas e Rio Doce - localizados no Estado do Espírito Santo.

14.9 PARTICIPAÇÃO NA 10ª LICITAÇÃO DE BLOCOS EXPLORATÓRIOS DA ANP

Em dezembro de 2008, a Petrobras adquiriu vinte e sete novos blocos exploratórios, dos cento e trinta licitados na 10ª Rodada de Licitações promovida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

A Petrobras adquiriu dezessete blocos com exclusividade e outros dez em consórcio com outras empresas, sendo operadora em cinco destes.

Os bônus oferecidos pela Petrobras e seus parceiros totalizaram R\$ 56.677, ficando a parcela da companhia em R\$ 39.978.

15 INTANGÍVEL

15.1 POR ÁREA DE NEGÓCIO

	CONSOLIDADO				CONTROLADORA			
	2008			2007	2008			2007
	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	LÍQUIDO	LÍQUIDO	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	LÍQUIDO	LÍQUIDO
Exploração e produção	1.974.682	(181.966)	1.792.716	1.741.589	1.974.183	(181.806)	1.792.377	1.741.222
Abastecimento	297.184	(104.606)	192.578	222.231	226.047	(67.981)	158.066	141.607
Distribuição	908.655	(216.406)	692.249	108.307	472.983	(47.945)	425.038	
Gás e energia	377.985	(42.913)	335.072	108.302	280.689	(28.259)	252.430	94.435
Internacional	5.505.695	(1.638.731)	3.866.964	2.277.776	56.420	(10.657)	45.763	34.499
Corporativo	1.984.704	(861.070)	1.123.634	1.073.848	1.963.485	(855.443)	1.108.042	1.062.914
	11.048.905	(3.045.692)	8.003.213	5.532.053	4.973.807	(1.192.091)	3.781.716	3.074.677

15.2 POR TIPO DE ATIVOS

	CONSOLIDADO				
	DIREITOS E CONCESSÕES	SOFTWARE		ÁGIO COM EXPECTATIVA DE RENTABILIDADE FUTURA (GOODWILL)	TOTAL
		ADQUIRIDO	DESENVOLVIDO INTERNAMENTE		
Saldo em 31 de dezembro de 2006	4.108.633	440.608	1.102.405		5.651.646
Adição	451.431	103.361	331.321		886.113
Baixa	(93.978)	(768)	(476)		(95.222)
Transferências	(29.771)	78.884	47.340		96.453
Amortização	(125.602)	(91.150)	(243.631)		(460.383)
<i>Impairment</i> - constituição					
Ajuste acumulado de conversão	(481.842)	(64.712)			(546.554)
Saldo em 31 de dezembro de 2007	3.828.871	466.223	1.236.959		5.532.053
Adição	1.102.797	154.864	398.416	27.158	1.683.235
Baixa	(87.772)	(74.426)	(473)	(9.438)	(172.109)
Transferências	8.886	(25.257)	(5.764)	1.221.814	1.199.679
Amortização	(196.263)	(131.053)	(278.864)	(118.257)	(724.437)
<i>Impairment</i> - constituição				(384.431)	(384.431)
Ajuste acumulado de conversão	630.059	43.639		195.525	869.223
Saldo em 31 de dezembro de 2008	5.286.578	433.990	1.350.274	932.371	8.003.213
Tempo de vida útil estimado - anos	25	5	5	Indefinida	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora
(Em milhares de reais)

CONTROLADORA					
DIREITOS E CONCESSÕES	SOFTWARES		ÁGIO COM EXPECTATIVA DE RENTABILIDADE FUTURA (GOODWILL)	TOTAL	
	ADQUIRIDO	DESENVOLVIDO INTERNAMENTE			
1.438.634	243.437	1.096.702		2.778.773	
224.220	13.126	321.939		559.285	
(4.962)		(476)		(5.438)	
	24	47.340		47.364	
(2.260)	(59.416)	(243.633)		(305.309)	
1.655.632	197.171	1.221.872		3.074.675	
98.927	80.951	389.542	27.158	596.578	
(43.858)	(86)	(473)		(44.417)	
(640)	(8.968)	(450)	553.853	543.795	
(2.200)	(75.309)	(278.864)	(32.542)	(388.915)	
1.707.861	193.759	1.331.627	548.469	3.781.716	
25	5	5	Indefinida		

15.3 IMPAIRMENT DO ÁGIO COM EXPECTATIVA DE RENTABILIDADE FUTURA (GOODWILL)

A Petrobras América Inc., controlada indireta da Petrobras, registrou em 2008 uma perda por desvalorização do ágio pago na aquisição das empresas Pasadena Refining System, Inc. e Pasadena Trading Company no valor de R\$ 384.431. Os fatores determinantes para o cálculo foram:

- declínio constante e substancial do petróleo bruto e preço dos produtos nos últimos doze meses,
- diminuição do refino e margem bruta do mercado atacadista, e
- diminuição da demanda de produtos refinados.

16 FINANCIAMENTOS

	CONSOLIDADO		
	CIRCULANTE		
	2008	2007	
No exterior			
Instituições financeiras	8.216.007	4.175.723	
Obrigações ao portador - "Notes", "Global Notes" e "Global step-up Notes"	740.483	784.182	
Trust Certificates - "Senior/Junior"	159.719	122.241	
Fornecedores	597	279	
Outros	252.749	3.565	
Subtotal	9.369.555	5.085.990	
No País			
Notas de Crédito à Exportação	578.559		
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	1.137.540	1.714.283	
Debêntures	328.590	321.671	
FINAME - vinculados à construção do Gasoduto Bolívia-Brasil	99.475	76.738	
Cédula de Crédito Bancário	11.735		
Adiantamento sobre contrato de câmbio (ACC)	1.614.543		
Outros	134.470	1.302.548	
Subtotal	3.904.912	3.415.240	
	13.274.467	8.501.230	
Juros sobre financiamentos	(823.330)	(647.449)	
Principal	12.451.137	7.853.781	
Parcela circulante dos financiamentos no passivo não circulante	(8.541.232)	(3.588.684)	
Total dos financiamentos de curto prazo	3.909.905	4.265.097	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora
(Em milhares de reais)

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA			
	NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
	17.144.130	11.344.416	423.041	463.682	1.186.744	1.126.410
	12.989.912	9.201.691				
	762.432	705.686				
		20.310				
	233.700					
	31.130.174	21.272.103	423.041	463.682	1.186.744	1.126.410
	3.367.472	513.514	578.559		3.367.472	513.514
	7.642.362	3.832.157				
	3.740.615	3.635.062	175.858	165.562	3.056.412	2.880.014
	244.967	262.508	96.427	73.800	240.002	254.669
	3.605.934		11.735		3.605.934	
			1.179.159			
	317.917	291.245	41.377	45.474		37.381
	18.919.267	8.534.486	2.083.115	284.836	10.269.820	3.685.578
	50.049.441	29.806.589	2.506.156	748.518	11.456.564	4.811.988
			(229.334)	(122.596)		
			2.276.822	625.922		
			(1.108.321)	(625.922)		
			1.168.501			

16.1 VENCIMENTOS DO PRINCIPAL E JUROS DOS FINANCIAMENTOS NO PASSIVO NÃO CIRCULANTE

	2008	
	CONSOLIDADO	CONTROLADORA
2010	7.431.453	2.652.073
2011	11.052.920	6.605.612
2012	5.720.413	1.896.249
2013	3.477.626	196.672
2014 em diante	22.367.029	105.958
Total	50.049.441	11.456.564

16.2 TAXAS DE JUROS DOS FINANCIAMENTOS NO PASSIVO NÃO CIRCULANTE

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2008	2007	2008	2007
No exterior				
Até 6%	21.952.589	8.451.249	924.473	667.088
De 6 a 8%	5.361.720	8.736.284	262.271	459.322
De 8 a 10%	3.207.172	3.586.745		
De 10 a 12%	245.882	119.706		
Acima de 12%	362.811	378.119		
	31.130.174	21.272.103	1.186.744	1.126.410
No País				
Até 6%	2.630.226	3.064.816	240.002	37.681
De 6 a 8%	769.745	603.369		
De 8 a 10%	5.563.772	1.397.414	367.966	688.488
De 10 a 12%	2.840.893	3.249.621	2.688.447	2.959.409
Acima de 12%	7.114.631	219.266	6.973.405	
	18.919.267	8.534.486	10.269.820	3.685.578
	50.049.441	29.806.589	11.456.564	4.811.988

16.3 SALDOS POR MOEDAS NO PASSIVO NÃO CIRCULANTE

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2008	2007	2008	2007
Dólar norte-americano	30.516.815	21.316.838	1.043.814	1.040.497
Japonesa	3.211.342	892.679	382.237	338.564
Euro	109.031	125.924	695	2.018
Real	15.828.040	7.125.126	10.029.818	3.430.909
Outras	384.213	346.022		
	50.049.441	29.806.589	11.456.564	4.811.988

O valor justo estimado para os empréstimos de longo prazo da Controladora e do consolidado, em 31 de dezembro de 2008, era, respectivamente, R\$ 10.831.361 e R\$ 47.016.130 calculado a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, e pode ser comparado com o valor contábil de R\$ 11.456.564 e R\$ 50.049.441.

As operações de *hedge*, contratadas para cobertura de “Notes” emitidos no exterior em moedas estrangeiras, estão divulgadas na Nota 29.

16.4 PRÉ-PAGAMENTO DE EXPORTAÇÕES

A Petrobras e a PFL mantêm contratos (“Master Export Contract” e “Prepayment Agreement”) entre si e, também, com uma Sociedade de Propósito Específico, não relacionada à Petrobras, denominada “PF Export Receivables Master Trust” (PF Export), referentes a pré-pagamento de recebíveis de exportação a serem gerados pela PFL, por intermédio de vendas, no mercado internacional, de óleo combustível adquirido da Petrobras.

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo do pré-pagamento das exportações totalizava R\$ 813.358 no passivo não circulante (R\$ 705.686 em 31 de dezembro de 2007) e R\$ 176.336 no passivo circulante (R\$ 121.150 em 31 de dezembro de 2007).

16.5 CONTRATAÇÃO DE FINANCIAMENTOS PARA EXPORTAÇÕES

Em 17 e 26 de março de 2008, a Petrobras contratou financiamento de R\$ 750.000 e R\$ 500.000 com o Banco do Brasil. A operação foi viabilizada através da emissão de Notas de Créditos à Exportação - NCE, que tem por finalidade exclusiva incrementar as exportações de etanol, tendo em vista as perspectivas de crescimento dos negócios de biocombustíveis da companhia. Esta operação foi negociada com as seguintes condições:

- › **Prazo:** 2 anos e 3 anos com liquidação de principal e juros no final;
- › **Taxa de juros:** 95% do CDI;
- › Cláusula de pré-pagamento a partir de 180 dias do saque sem penalidades;
- › Isenção de IOF mediante comprovação das operações de exportação;
- › Dispensa de garantias.

Em 04 e 11 de abril de 2008, a Petrobras contratou financiamento de R\$ 400.000 e R\$ 1.600.000 com o Banco do Brasil. A operação foi viabilizada através da emissão de Notas de Créditos à Exportação - NCE, que tem por finalidade incrementar as exportações de petróleo e derivados da companhia. Esta operação foi liquidada antecipadamente em 23 de dezembro de 2008, sendo recontratada pelo mesmo montante renegociado inicialmente, porém com as seguintes condições:

- › **Prazo:** Vencimento do principal em 12 de janeiro de 2011 e vencimentos das parcelas dos encargos financeiros semestralmente a partir de 12 de julho de 2009;
- › **Taxa de juros:** 108,20% do CDI + Flat Fee de 2% (pagamento em 09/01/2009);
- › Cláusula de pré-pagamento a partir de 180 dias do saque sem penalidades;
- › Isenção de IOF mediante comprovação das operações de exportação;
- › Dispensa de garantias.

16.6 CONTRATAÇÃO DE ADIANTAMENTO DE CONTRATO DE CÂMBIO

Em 23 de outubro de 2008, a Petrobras negociou um Adiantamento de Contrato de Câmbio-ACC junto ao Banco do Brasil no montante de US\$ 300.000 mil, equivalente a R\$ 750.990. Essa operação foi negociada com as seguintes condições:

- › **Prazo:** 179 dias, com vencimento em 20/04/2009;
- › **Taxa de juros:** 6,30% a.a. com pagamento em 20/04/2009;
- › Isenção de IOF e IR desde que a exportação se concretize.

Em 3 de dezembro de 2008, a Petrobras negociou um Adiantamento de Contrato de Câmbio - ACC junto ao Bradesco no montante de US\$ 200.000 mil, equivalente a R\$ 480.470. Essa operação foi negociada com as seguintes condições:

- › **Prazo:** 360 dias, com vencimento em 28/11/2009;
- › **Taxa de juros:** 6% a.a. com pagamento em 28/11/2009;
- › Isenção de IOF e IR desde que a exportação se concretize.
- › Cláusula de antecipação, com observância da legislação cambial e pagamento dos custos inerentes a antecipação.

16.7 CONTRATAÇÃO DE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO

Em 31 de outubro de 2008, a Petrobras negociou um empréstimo (Cédula de Crédito Bancário), junto à Caixa Econômica Federal – CEF no montante de R\$ 2.022.700. O Empréstimo tem como objetivo reforçar o capital de giro da companhia. Essa operação foi negociada com as seguintes condições:

- › **Prazo:** 180 dias, principal e encargos com amortização única ao fim do prazo;
- › **Taxa de juros:** 104% do CDI Over;
- › Incidência do IOF;
- › Cláusula de amortização extraordinária e liquidação antecipada. A qualquer tempo, a companhia poderá fazer pagamentos extraordinários para amortizar a dívida, bem como efetuar a liquidação antecipada.

Em 22 de dezembro de 2008, a Petrobras negociou com a Caixa Econômica Federal – CEF um Termo de aditamento e novação da Cédula de Crédito Bancário de R\$ 1.583.234. Essa operação foi negociada com as seguintes condições:

- › **Prazo:** 760 dias, com pagamento dos encargos trimestralmente e do principal ao final do prazo;
- › **Taxa de juros:** 110% do CDI Over;
- › Incidência do IOF.

Em razão do empréstimo adicional e do pagamento dos encargos financeiros do empréstimo concedido anteriormente, as partes consolidaram o valor total mutuado em R\$ 3.605.934.

16.8 FINANCIAMENTO PARA O PROJETO AMAZÔNIA

Em 2008, a Transportadora Urucu Manaus S/A (TUM) captou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o valor de R\$ 1.028.170 referente à linha de crédito de longo prazo contratada em 06 de dezembro de 2007, no valor de R\$ 2.489.500, com interveniência da Codajás Coari Participações Ltda. (Codajás).

A captação desse recurso tem como objetivo a construção, pela TUM, de um gasoduto de transporte de gás natural de aproximadamente 383 km de extensão, ligando Coari a Manaus, bem como ramais de distribuição a sete municípios localizados no percurso do gasoduto, além de outros ativos a ele relacionados e de um duto de transporte de gás

liquefeito de petróleo (GLP) de aproximadamente 279 km de extensão, ligando o Pólo Arara, em Urucu ao Terminal de Solimões, em Coari, e ativos a ele relacionados, todos no Estado do Amazonas.

Parte dos recursos de R\$1.295.394 liberado em dezembro de 2007 foi utilizada para o pagamento em 17 de dezembro de 2007 do empréstimo ponte de R\$ 800.000 até então concedido pelo mesmo Banco para a TUM.

Esta operação foi negociada com as seguintes condições:

- › **Prazo:** Vencimento do principal e das parcelas dos encargos financeiros em 48 parcelas trimestrais (12 anos);
- › Carência de Principal e Juros: até 15/8/2010;
- › **Taxa de juros efetiva:** TJLP + 1,96% a.a, com a constituição das garantias em até 60 dias antes do término do período de carência;
- › Custos de transação e prêmios: 0,2% (dois décimos por cento) incidente sobre o valor do crédito, a título de Comissão de Estudos e Estruturação.

Em janeiro de 2009, R\$ 60.000 foram liberados. Da linha de crédito contratada, ainda existe R\$ 105.936 a serem liberados pelo BNDES, mediante comprovação dos investimentos realizados no Projeto.

16.9 PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO DA FROTA (PROMEF)

A Transpetro assinou em 2007 contratos de compra e venda condicionada com três estaleiros nacionais para a construção de 23 navios petroleiros, no valor de R\$ 5.216.642. A captação desse recurso foi feita junto ao BNDES e com as seguintes condições:

NAVIOS		ESTALEIRO	R\$ VALOR	TAXA DE JUROS	PRAZO
QTD.	TIPO				
10	Suezmax	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	2.462.646	TJLP + 2,5% a.a.	20 anos e carência de 48 meses a contar do 1º saque
5	Aframax	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	1.266.902		
4	Tanque /Produto	Estaleiro Mauá - Petro UM S.A.	630.688		
4	Panamax	EISA - Estaleiro Ilha S.A.	856.406		

No período de julho a dezembro de 2008, a Transpetro efetuou os pagamentos referentes aos adiantamentos no total de R\$ 17.045, sendo:

- › R\$ 14.550 Recursos Financiados BNDES/Transpetro (36% do preço do navio);
- › R\$ 2.496 Recursos Próprios Transpetro (5% do preço do navio).

O Estaleiro Atlântico Sul registrou, durante o exercício de 2008, a movimentação financeira no valor total de R\$ 168.230, cujo financiamento junto ao BNDES será repassado para a Transpetro, após a assinatura do “Termo de entrega e aceitação” do navio, distribuída, conforme abaixo:

- › R\$ 18.040 Recursos Próprios Estaleiro (8% do preço do navio);
- › R\$ 150.190 Recursos Financiados BNDES/Estaleiro (46% do preço do navio).

16.10 CONTRATAÇÃO DE FINANCIAMENTO DA SPE COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DE PLANTAS INDUSTRIAIS - CDMPI

Em 2006, foram contratados pela CDMPI uma linha de crédito no montante de US\$ 900 milhões através de uma estruturação financeira em que participaram o “Japan Bank for International Corporation” - JBIC (US\$ 486 milhões), um grupo de bancos comerciais (US\$ 378 milhões) e duas “trading companies” japonesas, acionistas da CDMPI (US\$ 36 milhões). Essas operações foram negociadas com as seguintes condições, respectivamente:

Operação *JBIC Loans*:

- › **Prazo:** pagamentos semestrais com vencimento em 2021;
- › **Taxa de juros:** Libor + 0,7881% a.a. + comissão de compromisso de 0,50% a.a.;
- › **Carência para pagamento de principal:** até 23 de maio de 2014.

Operação *Commercial Loans*:

- › **Prazo:** pagamentos semestrais com vencimento em 2013;
- › **Taxa de juros:** Libor + 0,75% a.a. + comissão de compromisso de 0,50% a.a.;
- › **Carência para pagamento de principal:** até 24 de novembro de 2009.

Operação *Subordinated Loans*:

- › **Prazo:** pagamentos semestrais com vencimento em 2021;
- › **Taxa de juros:** 12% a.a.;
- › **Carência para pagamento de principal:** até 23 de maio de 2014.

Em 2008, foram utilizados os saldos remanescentes das linhas de crédito contratadas, no montante US\$ 392 milhões, sendo US\$ 221 milhões pelo JBIC e US\$ 171 milhões pelos bancos comerciais.

16.11 CONTRATAÇÃO DE FINANCIAMENTO DA SUBSIDIÁRIA PETROBRAS NETHERLANDS BV JUNTO AO BANCO BNP PARIBAS

A subsidiária Petrobras Netherlands BV (PNBV) contratou financiamento com o Banco BNP Paribas no valor de US\$ 204 milhões, incluído o seguro de risco político e comercial da SACE S.P.A. no montante de US\$ 4 milhões. Foram pagas despesas contratuais no valor de US\$ 1 milhão. O prazo de vencimento será de 12 anos e a taxa de juros contratada foi de 2,60% a.a..

Contratou, ainda, financiamento com Export Development Canadá (EDC) e Sumitomo Mitsui Banking Corporation (SMBC), Mizuho Corporate Bank Ltd. (MHCB) e The Bank Of Tokyo-Mitsubishi Ufj Ltd. (BMTU), no valor de US\$ 500 milhões (descontadas despesas de crédito de US\$ 2 milhões) e ¥ 75.142 milhões, equivalentes a US\$ 837 milhões (as despesas de crédito e seguro somam ¥ 3.730 milhões, equivalentes a US\$ 41 milhões), com prazo de vencimento de 12 e 10 anos. A taxa de juros contratada foi de 4,74% a.a. e de 1,59% a.a., respectivamente.

O financiamento junto ao BNP destina-se ao financiamento de gastos corporativos da PNBV. Os demais financiamentos destinam-se à liquidação de mútuos com a Braspetro Oil Services Company – (Brasoil).

Adicionalmente, a PNBV renovou em 3 de outubro e 1º de dezembro de 2008, linhas de crédito contratadas com o Santander Overseas Bank, Inc – SANTANDER, nos montantes de US\$ 75 milhões e US\$ 200 milhões, cujo prazo de vencimento será de um ano, podendo ser renovado integralmente por mais um ano e parcialmente pelo prazo final de seis anos. A taxa de juros contratada foi de 3,62% a.a. e 3,11% a.a., respectivamente.

16.12 CONTRATAÇÃO DE FINANCIAMENTO DA SPE MEXILHÃO JUNTO AO BNDES

A SPE Mexilhão assinou, em 12 de dezembro de 2008, contrato de financiamento (Offshore Loan Agreement) com o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, segregado em Subcrédito “A” de US\$ 55 milhões e Subcrédito “B” de R\$ 400 milhões. O custo incorrido, nesta operação, foi a Comissão de Estudos e Estruturação cobrada pelo BNDES no valor de R\$ 1 milhão, equivalente a 0,2% do financiamento total. O vencimento ocorrerá dentre os três eventos descritos a seguir, o que ocorrer primeiro: (i) em 15 de novembro de 2009; ou (ii) três meses após a data de entrega do Termo de Recebimento Definitivo da plataforma marítima fixa (PMXL1); ou (iii) no desembolso de recursos oriundos de um eventual Financiamento de Longo Prazo. A taxa de juros contratada para o Subcrédito “A” foi de 2,76% ao ano, acima da taxa variável reajustada trimestralmente no dia 16 (dezesesseis) dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, com base no custo médio ponderado

de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira e para o Subcrédito “B” foi de 2,76% ao ano, capitalizados trimestralmente, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Esses recursos foram destinados à construção da plataforma PMXL-1.

16.13 CAPTAÇÕES DO SEGMENTO INTERNACIONAL

No exercício de 2008 as controladas da Petrobras no exterior captaram recursos no montante equivalente a R\$ 2.760.135, basicamente para financiar o capital de giro e projetos associados às atividades de exploração e produção de petróleo e gás.

As captações mais relevantes foram realizadas pelas seguintes empresas, controladas indiretas da Petrobras:

Refinaria Nansei Sekiyu K.K. — Realizou captações de curto prazo no montante total de US\$ 471.875 mil equivalentes a R\$ 1.051.280, através da Sumitomo Mitsui Bank, Mizuho Bank, Bank Tóquio of Mitsubishi e Development Bank Japan, com vencimento médio de 320 dias e taxa média 1,09%a.a. + spread de 0,5%a.a. a 1,0%a.a. e de longo prazo o montante de US\$ 6.952 mil equivalentes a R\$ 16.247 basicamente para financiar o capital de giro da empresa;

Petrobras Energia S.A. — Realizou captações de longo prazo no montante de US\$ 44.457 mil, equivalentes a R\$ 75.200, e de curto prazo no montante de US\$ 353.042 mil, equivalentes a R\$ 698.439, através do Banco HSBC, Banco Rio, Itaú, BBVA, Banco Ciudad, ABN Amro Bank, Banco do Brasil e Banco Santander, tendo como modalidade principal operações de ACC e ACE, objetivando a manutenção do capital de giro da empresa e a reposição de estoque. As operações de longo prazo têm como vencimento final o ano de 2015, e têm como taxa média de juros entre 6%a.a. a 10% a.a.

A P&M Drilling captou recursos de longo prazo através da Sumitomo Mitsui Banking, no montante de US\$ 97.818 mil, equivalentes a R\$ 180.981, com vencimento para 2010. As taxas contratadas variam entre 3,625%a.a. a 3,9375%a.a. e têm como finalidade financiar a construção do Navio sonda PETROBRAS 10000.

16.14 FINANCIAMENTO PARA O PROJETO GASENE

Em 2008, a Transportadora Gasene captou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os seguintes valores referentes às linhas de crédito de longo prazo contratadas em 27 de dezembro de 2007: (i) o valor de US\$ 750.000 mil, do contrato de financiamento mediante repasse de recursos externos do BNDES (proveniente do China Development Bank), e (ii) o valor de R\$ 907.671 do contrato de financiamento mediante recursos próprios do BNDES referente ao subcrédito “A” para o GASCAV, e o valor de R\$ 1.032.410 referente ao subcrédito “B” para o GASCAC.

Em 26 de fevereiro de 2008, os empréstimos-ponte contratados com o BNDES, no valor de R\$ 2.028.099, foram integralmente quitados junto a este Banco, em contrapartida ao primeiro recebimento das linhas de crédito.

A captação desses recursos tem como objetivo a construção do gasoduto de transporte de gás natural Cabiúnas-Vitória, de aproximadamente 300 km de extensão, ligando Cabiúnas, no Município de Macaé/RJ, ao Município de Vitória/ES e outros ativos a ela relacionados ("GASCAV"), bem como do gasoduto de transporte de gás natural Cacimbas-Catu, de aproximadamente 940 km, ligando Cacimbas, no Estado de Espírito Santo, a Catu, no Estado da Bahia, e ativos a ele relacionados ("GASCAC"), ambos integrantes do Projeto Gasoduto Sudeste-Nordeste (Projeto GASENE).

Estas linhas de créditos foram negociadas com as seguintes condições:

a. Financiamento mediante recursos externos do BNDES

- » **Valor do contrato:** US\$ 750.000 mil;
- » **Prazo:** Vencimento do principal e das parcelas dos encargos financeiros em 20/12/2022;
- » **Taxa de juros efetiva:** 3,20% a.a.+ variação cambial;
- » **Custos de transação e prêmios:** 0,2% (dois décimos por cento) incidente sobre o valor do crédito, a título de Comissão de Estudos e Estruturação, totalizando US\$ 1.500 mil, equivalentes a R\$ 2.513, + Comissão Financeira ("Up front Fee") no valor de 5,0% de US\$ 750.000 mil, totalizando US\$ 37.500 mil, equivalentes a R\$ 62.832 + Encargos por Reserva de Crédito (Commitment Fee) de 0,3% a.a., totalizando US\$ 885 mil, equivalentes a R\$ 1.464.

b. Financiamento mediante recursos próprios do BNDES

- » **Valor do contrato:** R\$ 3.164.312, sendo R\$ 949.491 referente ao subcrédito "A" para o GASCAV, e R\$ 2.214.821 referente ao subcrédito "B" para o GASCAC;
- » **Prazo:** (i) Subcrédito "A" - Vencimento do principal e das parcelas dos encargos financeiros em 15/10/2020, e (ii) Subcrédito "B" - Vencimento do principal e das parcelas dos encargos financeiros em 48 parcelas trimestrais (12 anos) após a entrada em operação do Gascac;
- » **Taxa de juros efetiva:** TJLP + 1,96% a.a, com a constituição das garantias em até 60 dias antes do término do período de carência;
- » **Custos de transação e prêmios:** 0,2% (dois décimos por cento) incidente sobre o valor do crédito, a título de Comissão de Estudos e Estruturação, no montante de R\$ 6.329.

Da linha de crédito contratada, ainda existe R\$ 41.820 a serem liberados pelo BNDES em referência ao subcrédito "A", e R\$ 1.182.411 para o subcrédito "B", mediante comprovação dos investimentos realizados no Projeto.

16.15 OUTRAS INFORMAÇÕES

Os empréstimos e financiamentos se destinam, principalmente, à compra de matéria-prima, desenvolvimento de projetos de produção de óleo e gás, construção de navios e de dutos, bem como à ampliação de unidades industriais.

a. Debêntures

As debêntures emitidas com a finalidade de financiar, por meio do BNDES, a aquisição antecipada do direito de transportar, no Gasoduto Bolívia-Brasil, o volume de 6 milhões de m³/dia de gás, pelo prazo de 40 anos (TCO - Transportation Capacity Option), totalizaram R\$ 430.000 (43.000 títulos, com valor nominal de R\$ 10,00) com vencimento em 15 de fevereiro de 2015. Essas debêntures são garantidas por ações ordinárias a TBG.

Em agosto de 2006, a Alberto Pasqualini - Refap S.A. emitiu debêntures simples, nominativas e escriturais, objetivando a ampliação e modernização de seu parque industrial, com as seguintes características (condições básicas aprovadas pelo BNDES e BNDESPAR em 23 de junho de 2006): amortização de 96 meses mais 6 meses de carência; 90% das debêntures subscritas pelo BNDES com juros de TJLP + 3,8% a.a.; 10% das debêntures subscritas pelo BNDESPAR com juros da cesta de moedas do BNDES + 2,3% a.a. Em maio de 2008 a Refap efetuou uma segunda emissão com características similares e com valor total de R\$ 507.989, tendo captado R\$ 54.841 em 2008. O saldo em 31 de dezembro de 2008 totalizava R\$ 733.968, sendo R\$ 120.064 no passivo circulante.

a.1) Garantias

As instituições financeiras no exterior não requerem garantias à Petrobras. Os financiamentos concedidos pelo BNDES estão garantidos pelos bens financiados (tubos de aço carbono para o Gasoduto Bolívia-Brasil e embarcações).

Por conta de contrato de garantia emitido pela União em favor de Agências Multilaterais de Crédito, motivado pelos financiamentos captados pela TBG, foram firmados contratos de contra-garantia, tendo como signatários a União, TBG, Petrobras, Petroquisa e Banco do Brasil S.A., nos quais a TBG se compromete a vincular as suas receitas à ordem do Tesouro Nacional até a liquidação das obrigações garantidas pela União.

Em garantia às debêntures a Refap possui uma conta de aplicações financeiras (depósitos vinculados a operações de crédito), atrelada à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. A Refap deve manter três vezes o valor da soma da última parcela vencida da amortização do principal e acessórios.

b. Endividamento da CIESA e TGS

A fim de promover o saneamento financeiro da Companhia de Inversiones de Energía S.A. - CIESA (sociedade controlada em conjunto), a Pesa transferiu a sua participação de 7,35% no capital social da Transportadora de Gás Del Sur S.A. - TGS (controlada da

CIESA) para a ENRON e, de forma simultânea, a ENRON transferiu 40% de sua participação no capital da CIESA para um agente fiduciário.

Em uma segunda etapa do processo, conforme o acordo de reestruturação da dívida financeira, uma vez que se obtivessem as aprovações necessárias do Ente Nacional Regulador Del Gas - ENARGAS e da Comisión Nacional de Defensa de la Competencia, a ENRON transferiria os 10% de participação remanescentes na CIESA para os credores financeiros em troca de 4,3% das ações ordinárias - classe B da TGS que a CIESA entregaria a seus credores financeiros como pagamento parcial da dívida. O saldo remanescente da dívida financeira seria capitalizado pelos credores.

O acordo de re-estruturação estabelecia um prazo de vigência até 31 de dezembro de 2008, data a partir da qual, qualquer uma das partes poderia considerar o acordo como terminado unilateralmente.

O prazo de vigência do acordo expirou sem que se obtivessem as aprovações governamentais e, em 9 de janeiro de 2009, a Ashmore Energy International Limited (atualmente denominada AEI) declarou ser a única proprietária das obrigações negociáveis da CIESA em 1997, notificando sua decisão de terminar o acordo de reestruturação.

Em 28 de janeiro de 2009, a CIESA impetrou uma ação judicial nos Tribunais do Estado de Nova York, nos Estados Unidos da América, contestando a prescrição das mencionadas Obrigações negociáveis.

Por estar operando sob restrições de longo prazo que prejudicam significativamente a sua capacidade de transferir recursos para os investidores e enquanto as ações para saneamento financeiro da empresa não forem concluídas, a CIESA continuará sendo excluída do processo de consolidação da Petrobras, conforme Instrução CVM nº 247/96.

17 COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2008, a companhia possuía compromissos financeiros em função de direitos decorrentes de operações com e sem transferência de benefícios, riscos e controles desses bens.

a. **Pagamentos mínimos futuros de compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens:**

	31.12.2008	
	CONSOLIDADO	CONTROLADORA
2009	650.079	5.641.377
2010 - 2013	846.758	4.024.698
2014 em diante	42.309	17.862.017
Pagamentos futuros de compromissos estimados	1.539.146	27.528.092
Menos montante dos juros anuais	149.103	9.687.875
Valor presente dos pagamentos mínimos	1.390.043	17.840.217
Menos parcela circulante das obrigações	585.045	5.138.506
Parcela de longo prazo das obrigações	804.998	12.701.711

b. **Pagamentos mínimos futuros de compromissos contratuais, sem transferência de benefícios, riscos e controles de bens:**

	31.12.2008	
	CONSOLIDADO	CONTROLADORA
2009	10.866.604	15.507.136
2010 - 2013	33.265.602	45.184.125
2014 em diante	10.916.334	36.889.432
Total	55.048.540	97.580.693

Em 2008, a companhia pagou um montante de R\$ 5.561.577 no Consolidado (R\$ 8.846.625 na Controladora) reconhecidos como despesa do exercício.

18 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Os encargos financeiros e as variações cambiais e monetárias líquidas, apropriados ao resultado de 2008 e de 2007, estão demonstrados a seguir:

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2008	2007	2008	2007
Resultado cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	762.126	(1.198.624)	577.142	(1.284.092)
Resultado cambial sobre financiamentos	(2.077.211)	510.540	(498.157)	370.294
Resultado cambial s/ compromissos contratuais com transf. de benef., riscos e controles de bens com terceiros	(27.263)		(27.263)	
	(1.342.348)	(688.084)	51.722	(913.798)
Varição Monetária s/ financiamentos	(321.426)	(109.619)	(279.679)	(102.084)
Despesa com financiamentos	(3.320.973)	(2.563.653)	(861.695)	(504.332)
Despesa com compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	(4.489)		(4.489)	
Receita com aplicações financeiras	755.460	871.332	101.683	477.684
Receita líquida com FIDC			11.583	4.738
	(2.570.002)	(1.692.321)	(725.918)	(21.910)
Despesas com reestruturação de dívida		(112.387)		
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	(4.233.776)	(2.602.411)	(980.875)	(1.037.792)
Varição cambial sobre ativos no exterior	6.417.693	(2.253.350)	9.329.950	(3.291.327)
Varição cambial s/ compromissos contratuais com transf. de benef., riscos e controles de bens com subsidiárias	(1.398.715)		(1.398.715)	
Hedge sobre operações comerciais e financeiras	671.090	(391.061)	30.384	(113.159)
Títulos e Valores Mobiliários	584.994	416.914	451.465	119.058
Juros s/ compromissos contratuais com transf. de benef., riscos e controles de bens com empresas do sistema			(1.896.354)	
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	615.213	904.512	1.108.266	1.581.492
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	472.285	(95.494)	552.858	(406.728)
Resultado Financeiro Líquido	3.128.784	(4.020.890)	7.196.979	(3.148.456)

19 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2008	2007	2008	2007
Gastos com repactuação Plano Petros (*)		(1.050.967)		(972.143)
Relações institucionais e projetos culturais	(1.227.680)	(1.267.288)	(1.143.793)	(1.190.967)
Despesas operacionais c/ termelétricas	(593.353)	(523.015)	(897.372)	(357.922)
Gastos corporativos de segurança, meio ambiente e saúde (SMS)	(382.170)	(474.520)	(371.971)	(464.991)
Acordos coletivos de trabalho	(542.675)	(482.016)	(542.673)	(456.387)
Perdas e contingências com processos judiciais	(502.246)	(389.312)	(262.656)	(290.397)
Multas contratuais e regulatórias	(434.029)	(448.437)	(477.712)	(412.965)
Encargos contratuais com serviços de transporte - "ship or pay"	(101.198)	(89.842)		(88.369)
Paradas não programadas em instalações e equipamentos de produção	(205.958)	(137.760)	(203.439)	(135.292)
Ajuste ao valor de mercado dos estoques	(1.340.706)		(84.167)	
Outros	617.772	(325.236)	617.105	(242.021)
	(4.712.243)	(5.188.393)	(3.366.678)	(4.611.454)

(*) Refere-se ao incentivo financeiro pago aos participantes e outros gastos correlatos, visando viabilizar a repactuação do Plano.

20 IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E PARTICIPAÇÕES**20.1 IMPOSTOS A RECUPERAR**

ATIVO CIRCULANTE	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2008	2007	2008	2007
No País:				
ICMS	2.527.495	2.878.563	1.916.608	2.455.357
PASEP/COFINS	1.323.099	1.545.852	883.206	1.030.782
CIDE	222.938	239.259	34.008	32.385
Imposto de renda	2.005.575	723.234	1.460.462	271.363
Contribuição social	801.491	156.105	663.702	25.990
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.658.708	1.418.173	1.090.270	1.122.215
Outros impostos	408.943	319.108	224.905	187.125
	8.948.249	7.280.293	6.273.161	5.125.217
No exterior:				
Imposto sobre valor agregado - IVA	313.039	217.786		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	113.370	70.004		
Outros impostos	266.589	213.453		
	692.998	501.243		
	9.641.247	7.781.536	6.273.161	5.125.217

20.2 IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E PARTICIPAÇÕES A RECOLHER

PASSIVO CIRCULANTE	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2008	2007	2008	2007
ICMS	1.741.030	2.123.583	1.402.632	1.894.268
PASEP/COFINS	1.064.304	944.514	901.787	749.339
CIDE	447.324	606.101	411.103	548.553
Participação especial/Royalties	2.528.153	2.871.914	2.491.731	2.826.134
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	1.221.996	677.212	872.235	589.079
Imposto de renda e contribuição social correntes	793.687	783.679		213.548
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.196.372	1.716.006	4.070.151	1.554.655
Outras taxas	748.516	283.263	388.243	117.916
	12.741.382	10.006.272	10.537.882	8.493.492

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do exercício de 2008, a companhia adotou o Regime Tributário de Transição - RTT, conforme previsto na Medida Provisória 449/08, ou seja, na determinação do lucro tributável considerou os critérios da Lei 6.404/76 antes das alterações da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória 449/08. A confirmação da opção por este regime se dará quando da entrega da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - DIPJ do ano-calendário 2008. Dessa forma, os impostos sobre diferenças temporárias, geradas pela adoção da nova lei societária, foram provisionados como impostos e contribuições diferidos ativos e passivos.

20.3 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - NÃO CIRCULANTE

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2008	2007	2008	2007
Não circulante				
Ativo				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.970.881	3.921.534	477.183	1.776.187
ICMS diferido	1.998.157	990.878	1.538.410	755.058
PASEP e COFINS diferidos	4.842.359	3.145.403	4.599.148	3.026.238
Outros	426.911	275.675		
	10.238.308	8.333.490	6.614.741	5.557.483
Passivo				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.100.459	10.352.712	10.821.894	8.433.677
Outros	64.673	66.042		
	13.165.132	10.418.754	10.821.894	8.433.677

20.4 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

NATUREZA	2008		FUNDAMENTO PARA REALIZAÇÃO
	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	
Plano de Pensão	248.677	240.379	Pelo pagamento das Contribuições da Patrocinadora.
Lucros não realizados entre companhias do sistema	1.247.912		Mediante a realização efetiva dos lucros.
Provisões para contingências e para créditos duvidosos	502.698	336.416	Pela efetivação fiscal da perda, e ajuizamento das ações e créditos vencidos
Prejuízos fiscais	732.572		Com lucros tributários futuros
Provisão para Participação nos Lucros	428.286	383.641	Pelo pagamento.
Provisão para investimento de pesquisa e desenvolvimento	179.504	179.504	Mediante a realização dos gastos.
Diferença temporária entre os critérios de depreciação contábil e fiscal	142.215	87.917	Realização no prazo da depreciação linear dos bens.
Absorção de financiamentos condicionais	74.281		Término dos contratos de financiamento
Diferença temporária entre pagamentos de compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens e depreciação	(24.777)	(24.777)	Realização dos ativos
Varição Cambial sobre financiamento	194.741		
Provisão para exportação em andamento	55.615	55.615	Mediante o reconhecimento da receita
Outros	961.235	308.758	
Total	4.742.959	1.567.453	
Não circulante	2.970.881	477.183	
Circulante	1.772.078	1.090.270	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora
(Em milhares de reais)

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

NATUREZA	2008		FUNDAMENTO PARA REALIZAÇÃO
	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	
Custos com prospecção e perfuração para extração de petróleo	11.720.752	11.720.753	Conforme depreciação pelo método de unidades produzidas em relação às reservas provadas/desenvolvidas dos campos de petróleo.
Diferença temporária entre os critérios de depreciação contábil e fiscal	760.714	86.606	Mediante depreciação pela vida útil do bem ou alienação
IR e CS sobre lucros no exterior	360.669	219.483	Mediante a ocorrência de fatos geradores para disponibilização dos lucros.
Investimentos em controladas e coligadas	258.640		Mediante a ocorrência de fatos geradores para disponibilização dos lucros.
Variação Cambial	3.138.541	2.865.203	Mediante liquidação dos contratos
Prejuízos Fiscais	11.223		Com lucros tributários futuros
Outros	1.046.292		
Total	17.296.831	14.892.045	
Não circulante	13.100.459	10.821.894	
Circulante	4.196.372	4.070.151	

c. Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Na Controladora, a realização dos créditos fiscais diferidos ativos no montante de R\$ 1.567.453 não depende de lucros futuros porque estes serão absorvidos anualmente pela realização do passivo fiscal diferido. No consolidado, para a parcela que excede o saldo da Controladora, quando aplicável, as administrações das subsidiárias, com base em projeções efetuadas, têm expectativa de compensar estes créditos no prazo de até dez anos.

EXPECTATIVA DE REALIZAÇÃO	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	IMPOSTO DE RENDA E CSLL DIFERIDOS ATIVOS	IMPOSTO DE RENDA E CSLL DIFERIDOS PASSIVOS	IMPOSTO DE RENDA E CSLL DIFERIDOS ATIVOS	IMPOSTO DE RENDA E CSLL DIFERIDOS PASSIVOS
2009	1.772.078	4.196.372	1.090.270	4.070.151
2010	668.730	1.736.601	30.966	1.212.242
2011	251.275	1.430.186	30.966	1.219.672
2012	194.884	1.396.808	24.846	1.219.355
2013	442.378	1.479.212	286.293	1.202.535
2014	75.774	1.374.502	7.961	1.200.900
2015 em diante	1.337.840	5.683.150	96.151	4.767.190
Parcela registrada contabilmente	4.742.959	17.296.831	1.567.453	14.892.045
Parcela não registrada contabilmente	1.106.551		582.104	
Total	5.849.510	17.296.831	2.149.557	14.892.045

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora
(Em milhares de reais)

A controlada Petrobras Energia S.A. (Pesa) e suas controladas possuem créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais acumulados de aproximadamente R\$ 280.440 (US\$ 120.000 mil) não registrados em seu ativo. Em função de legislação tributária específica da Argentina e de outros países onde a Pesa tem investimentos, que define prazos de prescrição para tais créditos, somente poderão ser utilizados para compensação com futuros tributos a pagar, no máximo até 2009, o montante de R\$ 212.667 (US\$ 91.000 mil), e de 2010 em diante o montante de R\$ 67.773 (US\$ 29.000 mil).

Adicionalmente, a controlada Petrobras America Inc. - PAI possui créditos tributários não registrados no montante de R\$ 969.168 (US\$ 414.706 mil) decorrentes de prejuízos fiscais acumulados, oriundos, principalmente, das atividades de exploração e produção de óleo e gás. De acordo com legislação específica dos Estados Unidos, país em que a PAI se encontra domiciliada, os créditos fiscais prescrevem em 20 anos. Dessa forma, poderão ser compensados os montantes de R\$ 196.516 (US\$ 84.089 mil) até 2027, R\$ 252.805 (US\$ 108.175 mil) até 2028 e R\$ 519.847 (US\$ 222.442 mil) em 2029.

Algumas controladas no exterior possuem prejuízos fiscais acumulados na fase exploratória. Esses créditos serão reconhecidos, caso o empreendimento seja bem sucedido, mediante a geração de lucros tributáveis futuros.

20.5 RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A reconciliação dos impostos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados nos exercícios de 2008 e de 2007 estão apresentados a seguir:

a. Consolidado

	2008	2007
Lucro do exercício antes dos impostos e após a participação dos empregados	46.860.272	34.527.373
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(15.932.493)	(11.739.307)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
› Adições permanentes, líquidas	(1.775.554)	(951.411)
› Incentivos fiscais	226.942	224.967
› Crédito em razão da inclusão de JSCP como despesas operacionais	2.386.549	2.160.685
› Créditos fiscais de empresas no exterior em fase exploratória	(1.544.744)	(565.470)
› Outros	677.323	(402.222)
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(15.961.977)	(11.272.758)
Imposto de renda/contribuição social diferidos	(4.769.951)	(477.234)
Imposto de renda/contribuição social correntes	(11.192.026)	(10.795.524)
	(15.961.977)	(11.272.758)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	34,1%	32,6%

considerando apenas aquelas atribuíveis à Petrobras e suas subsidiárias, em 31 de dezembro de 2008 foi de 1,00.

Na apuração de eventual déficit no plano de benefício definido, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional nº 20 de 1998, o seu equacionamento deverá ocorrer via ajuste no plano de custeio, através de contribuições extraordinárias calculadas pelo método do valor agregado, devendo tal custo ser rateado paritariamente entre patrocinadoras e participantes.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados no balanço da companhia, de acordo com o método da unidade de crédito projetada. Esse método considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação resultante do serviço prestado pelo empregado reconhecido durante o seu período laborativo.

Os ganhos e perdas atuariais gerados pelas diferenças entre os valores das obrigações e ativos apurados com base em premissas atuariais (hipóteses biométricas e econômicas), entre outras estimativas e as efetivamente incorridas são, respectivamente, incluídos ou excluídos na determinação do compromisso atuarial líquido. Esses ganhos e perdas são amortizados ao longo do período médio de serviço remanescente dos empregados ativos.

Em 23 de outubro de 2008, a Petrobras e as subsidiárias patrocinadoras do Plano Petros, entidades sindicais e a Petros assinaram Termo de Compromisso Financeiro, após a homologação judicial no dia 25 de agosto de 2008, para cobrir obrigações com plano de pensão no montante de R\$ 5.801.740 (R\$ 5.572.477 na Controladora), atualizado retroativamente a 31 de dezembro de 2006 pelo IPCA + 6%a.a, que serão pagos em parcelas semestrais de juros de 6% a.a. sobre o saldo devedor, atualizados atuarialmente e pelo IPCA, pelos próximos 20 anos, conforme previamente estabelecido no processo de repactuação. Nesta mesma data, a Petrobras utilizou o saldo de adiantamento para o plano de pensão no valor de R\$ 1.393.906 (R\$ 1.296.810 em 31 de dezembro de 2007), para quitar parte das obrigações com o Plano Petros, conforme estabelecido no Termo de Compromisso Financeiro.

A obrigação assumida pela companhia, por intermédio do Termo de Compromisso Financeiro, representa uma contrapartida às concessões feitas pelos participantes/beneficiários do Plano Petros na alteração do regulamento do plano, em relação aos benefícios, e no encerramento de litígios existentes.

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da obrigação da Petrobras e subsidiárias referente ao Termo de Compromisso Financeiro totalizava R\$ 4.324.173 (R\$ 4.091.676 na Controladora), dos quais R\$ 83.770 (R\$ 79.266 na Controladora) vencem em 2009.

Em 31 de dezembro de 2008, a Petrobras e subsidiárias possuíam Notas do Tesouro Nacional - de longo prazo, no montante de R\$ 3.773.133 (R\$ 3.589.343 na Controladora), adquiridas para contrapor passivos com a Petros, que serão mantidas na carteira da companhia para garantia do Termo de Compromisso Financeiro.

b. Plano Petros 2

A partir de 1º de julho de 2007, Petrobras, Petrobras Distribuidora S.A. (BR), Petroquisa e Alberto Pasqualini - Refap S.A., implementaram um novo plano de previdência complementar, denominado Plano Petros 2, na modalidade de Contribuição Variável (CV) ou misto, para os empregados sem previdência complementar. Em 2008 ocorreram adesões das seguintes empresas: Ipiranga Asfaltos S.A. - IASA, Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda. e FAFEN Energia S.A

A parcela deste plano com característica de benefício definido, refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, e os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida, destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada e foi reconhecida no resultado do exercício conforme as contribuições são efetuadas. No exercício de 2008, a contribuição da Petrobras e das subsidiárias para a parcela de contribuição definida deste plano foi de R\$ 274.117 (R\$ 262.088 na Controladora).

As patrocinadoras Petrobras, Petrobras Distribuidora S.A. (BR), Petroquisa e Alberto Pasqualini - Refap S.A. assumiram o serviço passado das contribuições correspondentes ao período em que os participantes estiveram sem plano, a partir de agosto de 2002, ou da admissão posterior, até o dia 29 de agosto de 2007. O plano continuará aberto para inscrições após essa data, mas não haverá mais o pagamento do Serviço Passado.

Os desembolsos relacionados ao custo do serviço passado serão realizados, mensalmente, ao longo do tempo durante o mesmo número de meses em que o participante ficou sem plano, devendo, portanto cobrir a parte relativa aos participantes e patrocinadoras.

c. Ativos dos Planos de Pensão

Os ativos dos planos de pensão do Sistema Petrobras são investidos principalmente em títulos do governo, fundos de investimento, instrumentos patrimoniais e outros.

CONSOLIDADO	2008		2007	
	PLANO DE PENSÃO BENEF. DEFINIDO	PLANO DE PENSÃO CONTRIB. VARIÁVEL	PLANO DE PENSÃO BENEF. DEFINIDO	PLANO DE PENSÃO CONTRIB. VARIÁVEL
Títulos do governo	43%		41%	
Fundos de investimento	38%	92%	33%	100%
Participações em ações	12%	8%	20%	
Outros	7%		6%	
	100%	100%	100%	100%

A carteira de investimentos dos Planos Petros e Petros 2, em 31 de dezembro de 2008, era constituída por 70% de renda fixa, com rentabilidade esperada de 7,37% a.a.; 24% de renda variável, com rentabilidade esperada de 6% a.a.; 6% de outros investimentos (operações com participantes, imóveis e projetos de infraestrutura), com rentabilidade esperada de 8% a.a., que resultou numa taxa de juros média de 7,02% a.a.

Os ativos dos planos de pensão administrados pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros incluem os seguintes títulos de partes relacionadas:

	2008	2007
Ações ordinárias da Petrobras	313.698	718.013
Ações preferenciais da Petrobras	512.312	1.065.999
Companhias controladas pelo governo	261.567	228.996
Títulos do governo	13.348.545	12.055.229
Títulos de outras partes relacionadas	240.001	304.214
	14.676.123	14.372.451

O Plano Petros tem 43% dos investimentos em títulos do governo, dos quais 94% são representados por NTN-B, que por fideicomisso com a Secretaria de Previdência Complementar, serão mantidos até o vencimento.

21.2 PETROBRAS INTERNACIONAL BRASPETRO B.V. – PIB BV

21.2.1 PETROBRAS ENERGIA S.A.

a. Plano de pensão de contribuição definida

Em 2005, a Petrobras Energia S.A. (Pesa), implementou este plano de adesão voluntária para todos os empregados que cumpram com determinadas condições. Os aportes são realizados em montantes equivalentes às contribuições dos empregados, de acordo com a contribuição definida para cada nível salarial.

O custo do plano é reconhecido de acordo com as contribuições que a sociedade efetua, que em 31 de dezembro de 2008 totalizou R\$ 4.619 (R\$ 3.684 em 31 de dezembro de 2007).

b. Plano de pensão de benefício definido

b.1) Plano “Termination Indemnity”

É um plano de benefícios pelo qual os empregados que cumprem determinadas condições estão aptos para receber um mês de salário por ano de serviço na empresa, de acordo com uma escala decrescente, conforme os anos de vigência do plano, no momento de sua aposentadoria.

b.2) **Plano “Fondo Compensador”**

Têm direito a este benefício os empregados da Pesa que tenham aderido aos planos de contribuições definidas vigentes ao longo do tempo e que tenham ingressado na sociedade antes de 31 de maio de 1995, e acumulem o tempo de serviço requerido. O benefício é calculado complementarmente aos benefícios outorgados por estes planos e pelo sistema de aposentadorias, de tal modo que a soma dos benefícios totais recebidos por cada empregado seja equivalente ao definido neste plano.

Em conformidade com o estabelecido no Estatuto da Pesa, a companhia realiza as suas contribuições ao fundo com base em uma proposta da Diretoria à Assembleia até um máximo equivalente a 1,5% dos resultados líquidos de cada exercício.

Caso se produza um valor excedente, devidamente certificado por um atuário independente, dos fundos aportados a fideicomissos destinados a pagar os benefícios definidos outorgados pelo plano, a Pesa poderá dispor do mesmo, devendo, apenas, fazer a devida comunicação ao agente fiduciário.

21.2.2 NANSEI SEKIYU S.A.

a. **Plano de pensão de benefício definido**

A Refinaria Nansei Sekiyu oferece aos seus empregados um plano de benefícios de aposentadoria complementar programada, na modalidade benefício definido, onde o participante para se tornar elegível ao benefício precisa ter no mínimo 50 anos de idade e 20 anos de serviço na companhia. As contribuições são efetuadas somente pela patrocinadora. O plano é administrado pela Sumitono Trust.

21.3 PLANO DE SAÚDE

a. Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Petrobras, suas subsidiárias, Petrobras Distribuidora, Petroquisa e a controlada Alberto Pasqualini - Refap S.A., mantêm um plano de assistência médica (AMS), com benefícios definidos, que cobre todos os empregados das empresas no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. O plano é administrado pela própria companhia e os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos.

O compromisso da companhia relacionado aos benefícios futuros devidos aos participantes do plano é calculado anualmente por atuário independente, com base no método da Unidade de Crédito Projetada, de forma semelhante ao cálculo realizado para os compromissos com pensões e aposentadorias, descritos anteriormente.

O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

21.4 OUTROS PLANOS DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

A subsidiária Transpetro e algumas controladas da Petrobras patrocinam planos de aposentadoria aos seus empregados, de natureza de contribuição definida, tais como: Petroquímica Triunfo S.A. e Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG).

21.5 O SALDO DAS OBRIGAÇÕES DOS GASTOS COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO, CALCULADOS POR ATUÁRIOS INDEPENDENTES, APRESENTA A SEGUINTE MOVIMENTAÇÃO:

	CONSOLIDADO					
	2008			2007		
	PLANO DE PENSÃO BENEF. DEFINIDO	PLANO DE PENSÃO CONTRIB. VARIÁVEL	ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA	PLANO DE PENSÃO BENEF. DEFINIDO	PLANO DE PENSÃO CONTRIB. VARIÁVEL	ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA
Variação das obrigações de benefícios						
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	41.411.603	254.049	12.217.790	36.867.058	265.207	11.615.993
Custo dos juros:						
▸ Com termo de compromisso financeiro	83.770					
▸ Atuarial	4.060.932	37.936	1.227.765	3.929.505	14.242	1.228.466
Custo do serviço corrente	448.888	161.826	197.686	399.770	60.371	197.595
Benefícios pagos	(1.707.640)	(1.026)	(441.760)	(1.625.809)	(94)	(421.752)
(Ganho)/Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	(6.963.363)	(155.258)	(3.326.628)	1.346.446	32.663	(402.512)
Alteração de plano				524.017		
Outros	189.889	2.640		(29.384)	(118.340) (*)	
Valor presente da obrigação atuarial no fim do exercício	37.524.079	300.167	9.874.853	41.411.603	254.049	12.217.790
Variação dos ativos do plano						
Ativo do plano no início do exercício	33.178.866	15.876		27.805.938		
Rendimento esperado dos ativos do plano	3.441.863	32.783		3.056.793	5.123	
Contribuições recebidas pelo fundo	835.269	70.432	441.760	775.572	132.779	421.752
Recebimentos vinculados ao termo de compromisso financeiro	1.393.906					
Benefícios pagos	(1.707.640)	(1.026)	(441.760)	(1.625.809)	(94)	(421.752)
Ganho/(Perda) atuarial sobre os ativos do plano	(4.258.433)	(31.906)		3.264.703	(3.592)	
Outros	16.006	143		(98.331)	(118.340) (*)	
Valor justo dos ativos do plano no fim do exercício	32.899.837	86.302		33.178.866	15.876	

(*) Parcela da contribuição definida do Plano reclassificada para permitir a comparação com as demonstrações contábeis de 2008.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora
(Em milhares de reais)

	CONSOLIDADO					
	2008			2007		
	PLANO DE PENSÃO BENEF. DEFINIDO	PLANO DE PENSÃO CONTRIB. VARIÁVEL	ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA	PLANO DE PENSÃO BENEF. DEFINIDO	PLANO DE PENSÃO CONTRIB. VARIÁVEL	ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA
Valores reconhecidos nas demonstrações contábeis						
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	4.624.242	213.865	9.874.853	8.232.737	238.173	12.217.790
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidas	(462.836)	22.265	985.112	(3.106.864)	(29.188)	(2.446.161)
Custo do serviço passado não reconhecido	(178.967)	(115.000)	(39.572)	(198.739)	(191.715)	(43.710)
Passivo atuarial líquido	3.982.439	121.130	10.820.393	4.927.134	17.270	9.727.919

	CONTROLADORA					
	2008			2007		
	PLANO DE PENSÃO BENEF. DEFINIDO	PLANO DE PENSÃO CONTRIB. VARIÁVEL	ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA	PLANO DE PENSÃO BENEF. DEFINIDO	PLANO DE PENSÃO CONTRIB. VARIÁVEL	ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA
Valores reconhecidos nas demonstrações contábeis						
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	4.160.141	201.777	9.231.164	7.586.472	230.131	11.406.884
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidas	(584.210)	22.848	808.370	(2.908.380)	(31.401)	(2.382.870)
Custo do serviço passado não reconhecido	(146.429)	(108.992)	(36.276)	(169.012)	(183.047)	(40.072)
Passivo atuarial líquido	3.429.502	115.633	10.003.258	4.509.080	15.683	8.983.942

	CONSOLIDADO				CONTROLADORA			
	31.12.2008		31.12.2007		31.12.2008		31.12.2007	
	PLANO DE PENSÃO	PLANO DE SAÚDE	PLANO DE PENSÃO	PLANO DE SAÚDE	PLANO DE PENSÃO	PLANO DE SAÚDE	PLANO DE PENSÃO	PLANO DE SAÚDE
Passivo circulante:								
Plano de benefício definido	582.510	523.714	406.989	455.736	534.215	493.221	370.408	429.666
Plano de contribuição variável	45.478		17.270		44.836		15.683	
	627.988	523.714	424.259	455.736	579.051	493.221	386.091	429.666
Passivo não circulante:								
Plano de benefício definido	3.399.929	10.296.679	4.520.145	9.272.183	2.895.287	9.510.037	4.138.672	8.554.276
Plano de contribuição variável	75.652				70.797			
	3.475.581	10.296.679	4.520.145	9.272.183	2.966.084	9.510.037	4.138.672	8.554.276
Total	4.103.569	10.820.393	4.944.404	9.727.919	3.545.135	10.003.258	4.524.763	8.983.942

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora
(Em milhares de reais)

	CONSOLIDADO					
	2008			2007		
	PLANO DE PENSÃO BENEF. DEFINIDO	PLANO DE PENSÃO CONTRIB. VARIÁVEL	ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA	PLANO DE PENSÃO BENEF. DEFINIDO	PLANO DE PENSÃO CONTRIB. VARIÁVEL	ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA
Saldo em 1º de janeiro	4.927.134	17.270	9.727.919	3.462.610		8.419.171
(+) Custos incorridos no período	900.941	146.017	1.534.011	1.834.636	113.558	1.730.500
(-) Pagamento de contribuições	(490.533)	(35.148)	(441.760)	(458.773)	(96.288)	(421.752)
(-) Pagamento do termo de compromisso financeiro	(1.393.906)					
Outros	38.803	(7.009)	223	88.661		
Saldo em 31 de dezembro	3.982.439	121.130	10.820.393	4.927.134	17.270	9.727.919

	CONTROLADORA					
	2008			2007		
	PLANO DE PENSÃO BENEF. DEFINIDO	PLANO DE PENSÃO CONTRIB. VARIÁVEL	ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA	PLANO DE PENSÃO BENEF. DEFINIDO	PLANO DE PENSÃO CONTRIB. VARIÁVEL	ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA
Saldo em 1º de janeiro	4.509.080	15.683	8.983.942	3.168.967		7.769.189
(+) Custos incorridos no período	732.570	133.728	1.434.214	1.685.684	108.787	1.613.520
(-) Pagamento de contribuições	(450.442)	(33.778)	(414.895)	(427.351)	(93.104)	(398.767)
(-) Pagamento do termo de compromisso financeiro	(1.393.906)					
Outros	32.200		(3)	81.780		
Saldo em 31 de dezembro	3.429.502	115.633	10.003.258	4.509.080	15.683	8.983.942

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora
(Em milhares de reais)

A despesa líquida com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas, e de saúde para o exercício de 2008, de acordo com cálculos atuariais realizados por atuários independentes, inclui os seguintes componentes:

	CONSOLIDADO					
	2008			2007		
	PLANO DE PENSÃO BENEF. DEFINIDO	PLANO DE PENSÃO CONTRIB. VARIÁVEL	ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA	PLANO DE PENSÃO BENEF. DEFINIDO	PLANO DE PENSÃO CONTRIB. VARIÁVEL	ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA
Custo do serviço corrente	448.888	161.826	197.686	407.674	60.371	197.595
Custo dos juros:						
▸ Com termo de compromisso financeiro	83.770					
▸ Atuarial	4.060.932	37.936	1.227.765	3.926.016	14.242	1.228.466
Rendimento estimado dos ativos do plano	(3.441.863)	(32.783)		(3.056.900)	(5.123)	
Amortização de (ganhos)/perdas atuariais não reconhecidas	3.959	(21)	104.645	871.431		160.347
Contribuições de participantes	(362.082)	(107.162)		(317.230)	(29.424)	
Custo do serviço passado não reconhecido	25.087	77.046	4.138		73.492	144.092
Outros	82.250	9.175	(223)	3.645		
Custo líquido no exercício	900.941	146.017	1.534.011	1.834.636	113.558	1.730.500

	CONTROLADORA					
	2008			2007		
	PLANO DE PENSÃO BENEF. DEFINIDO	PLANO DE PENSÃO CONTRIB. VARIÁVEL	ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA	PLANO DE PENSÃO BENEF. DEFINIDO	PLANO DE PENSÃO CONTRIB. VARIÁVEL	ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA
Custo do serviço corrente	403.656	156.687	180.139	360.319	57.359	180.125
Custo dos juros:						
▸ Com termo de compromisso financeiro	79.266					
▸ Atuarial	3.799.444	36.641	1.146.066	3.685.191	13.626	1.143.749
Rendimento estimado dos ativos do plano	(3.239.012)	(31.542)		(2.886.575)	(4.877)	
Amortização de (ganhos)/perdas atuariais não reconhecidas			104.213	164.502		155.007
Contribuições de participantes	(333.366)	(102.112)		(300.894)	(28.014)	
Custo do serviço passado não reconhecido	22.582	74.054	3.796	663.141	70.693	134.639
Custo líquido no exercício	732.570	133.728	1.434.214	1.685.684	108.787	1.613.520

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora
(Em milhares de reais)

A atualização das obrigações foi registrada no resultado do exercício, conforme discriminado:

	CONSOLIDADO					
	2008			2007		
	PLANO DE PENSÃO BENEF. DEFINIDO	PLANO DE PENSÃO CONTRIB. VARIÁVEL	ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA	PLANO DE PENSÃO BENEF. DEFINIDO	PLANO DE PENSÃO CONTRIB. VARIÁVEL	ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA
Relativa a empregados ativos:						
Absorvida no custeio das atividades operacionais	252.163	73.043	272.848	273.402	65.345	317.539
Diretamente no resultado	270.361	72.970	212.189	244.667	48.213	235.018
Relativa aos inativos	378.417	4	1.048.974	1.316.567		1.177.943
	900.941	146.017	1.534.011	1.834.636	113.558	1.730.500

	CONTROLADORA					
	2008			2007		
	PLANO DE PENSÃO BENEF. DEFINIDO	PLANO DE PENSÃO CONTRIB. VARIÁVEL	ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA	PLANO DE PENSÃO BENEF. DEFINIDO	PLANO DE PENSÃO CONTRIB. VARIÁVEL	ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA
Relativa a empregados ativos:						
Absorvida no custeio das atividades operacionais	237.420	72.205	263.903	257.342	63.967	307.969
Diretamente no resultado	143.243	61.523	178.445	180.304	44.820	194.481
Relativa aos inativos	351.907		991.866	1.248.038		1.111.070
	732.570	133.728	1.434.214	1.685.684	108.787	1.613.520

21.6 VARIAÇÃO NOS CUSTOS COM ASSISTÊNCIA MÉDICA

As premissas de evolução de custos com assistência médica têm impacto significativo nos saldos dos valores provisionados e respectivos custos reconhecidos. Uma variação de 1% nessas premissas teria o seguinte impacto nos valores apresentados:

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	1% DE ACRÉSCIMO	1% DE REDUÇÃO	1% DE ACRÉSCIMO	1% DE REDUÇÃO
Passivo atuarial	1.293.044	(1.074.009)	1.203.207	(999.879)
Custo do serviço e juros	204.553	(167.718)	190.043	(155.888)

21.7 PREMISSAS ATUARIAIS

As principais premissas adotadas no cálculo das empresas brasileiras foram as seguintes:

MODALIDADE	PREMISSA ATUAL
Plano de benefício (pensão e saúde)	Benefício definido/Contribuição variável e Assistência médica supletiva
Método de avaliação atuarial	Unidade de Crédito Projetada
Tábua de mortalidade	AT 2000 *
Invalidez	ZIMMERMANN ajustada pela GLOBALPREV e TASA 1927
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 *
Rotatividade Plano de Pensão	0% a.a.
Rotatividade AMS	% médio anual de desligamento - 0,607% a.a. **
Taxa de desconto para o passivo atuarial	Juros: 7,70% a.a. *** + inflação: 5,0% a 4,0% a.a. ****
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	Juros: 7,02% a.a. + inflação: 5,0% a.a. ****
Crescimento salarial	2,24% a.a. + inflação: 5,0% a 4,0% a.a. ****

(*) Separada por sexo (masculino e feminino).

(**) Varia de acordo com a idade e tempo de serviço.

(***) Com base em estudos realizados internamente que constataram a elevação considerável da robustez e liquidez de mercado dos títulos soberanos brasileiros nos últimos anos, a companhia implantou uma metodologia para apuração de uma taxa real a partir da curva de juros dos títulos de mais longo prazo do governo, que foi utilizada para desconto do passivo atuarial. Esta alteração foi necessária para manter o alinhamento entre a mensuração do valor presente de ativos e passivos dos planos de pensão e saúde e para adequação às normas internacionais de contabilidade (IFRS) referente à precificação de ativos pelo seu valor de mercado.

(****) Inflação linearmente decrescente, partindo de 5,0% a.a. (2009) a 4,0% a.a. (2014) e constante em 4% a.a. de 2014 em diante.

22 PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

A participação dos empregados nos lucros ou resultados, conforme disposto na legislação em vigor, pode ocorrer baseada em programas espontâneos mantidos pelas empresas ou em acordos com os empregados ou com as entidades sindicais.

Dessa forma, no exercício de 2008, a Petrobras provisionou R\$ 1.344.526 no Consolidado (R\$ 1.011.914 em 2007) e R\$ 1.138.078 na Controladora (R\$ 844.412 em 2007), de participação dos empregados e administradores nos lucros ou resultados (PLR). O valor da provisão respeita os limites estabelecidos pela Resolução nº 10, de 30 de maio de 1995, do Conselho de Controles das Empresas Estatais - CCE.

A participação dos administradores nos lucros ou resultados será objeto de deliberação pela Assembleia Geral Ordinária, em 08 de abril de 2009, na forma disposta pelos artigos 41 e 56 do Estatuto Social da companhia e pelas normas federais específicas.

23 INCENTIVOS FISCAIS

Os incentivos fiscais decorrentes de doações ou subvenções governamentais recebidos a partir de 1º de janeiro de 2008 estão registrados como receita diferida no passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo de R\$ 76.574 é decorrente da parcela do projeto de reinvestimento aprovada pela SUDENE e será apropriado ao resultado do exercício na mesma proporção que o ativo correspondente for depreciado.

24 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1 CAPITAL SOCIAL REALIZADO

Em 31 de dezembro de 2008, o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 78.966.691 (R\$ 52.644.460 em 2007) está representado por 5.073.347.344 ações ordinárias e 3.700.729.396 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal.

As ações preferenciais terão prioridade no caso de reembolso do capital e no recebimento dos dividendos, no mínimo, de 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação, ou de 5% (cinco por cento) calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, prevalecendo sempre o maior, participando, em igualdade com as ações ordinárias, nos aumentos do capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros. As ações preferenciais não asseguram direito de voto e não são conversíveis em ações ordinárias e vice-versa.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em conjunto com a Assembleia Geral Ordinária em 4 de abril de 2008 aprovou o aumento do capital social da companhia de R\$ 52.644.460 para R\$ 78.966.691, mediante a capitalização de reserva de capital no montante de R\$ 1.019.821 e R\$ 25.302.410 com parte de reserva de retenção de lucros de exercícios anteriores, sem a emissão de novas ações, de acordo com artigo 169, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76.

24.1.1 DESDOBRAMENTO DE AÇÕES

Em 3 de março de 2008, o Conselho de Administração aprovou a proposta de desdobramento de ações da Petrobras e consequentemente, a alteração do artigo 4º do Estatuto Social.

Em 24 de março de 2008 a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de Acionistas, deliberou e aprovou o desdobramento de ações da Petrobras. A data de efetivação da operação foi a partir de 25 de abril de 2008.

Cada ação, tanto ordinária quanto preferencial, passou a ser representada por duas ações pós-desdobramento. Consequentemente, o capital social da Petrobras passou a ser composto de 8.774.076.740 (oito bilhões, setecentos e setenta e quatro milhões, setenta e seis mil e setecentas e quarenta) ações sem valor nominal, sendo 5.073.347.344 (cinco bilhões, setenta e três milhões, trezentos e quarenta e sete mil e trezentas e quarenta e quatro) ações ordinárias e 3.700.729.396 (três bilhões, setecentos milhões, setecentos e vinte e nove mil e trezentas e noventa e seis) ações preferenciais. Portanto os acionistas receberam 1 (uma) ação nova para cada ação possuída da mesma espécie.

Para os investidores detentores de Certificados Americanos de Depósitos – “American Depository Receipt” - (ADR) após o desdobramento das ações foi mantida a relação de troca de duas ações para cada ADR da Petrobras negociado na “New York Stock Exchange” (Nyse).

24.2 RESERVAS DE CAPITAL

a. Subvenções - AFRMM

Constituída pelo montante dos recursos provenientes do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) que são aplicados na aquisição, ampliação ou reparação da frota de navios, em conformidade com a Portaria do Ministério da Fazenda nº 188, de 27 de setembro de 1984.

b. Incentivos fiscais

Inclui incentivo para subvenção de investimentos no Nordeste, no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com redução de 75% do imposto de renda devido, calculado sobre o lucro da exploração de atividades incentivadas, no montante de R\$ 514.857 até 31 de dezembro de 2008, e somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda.

As doações e subvenções para investimento contabilizadas até 31 de dezembro de 2007 serão mantidas em reserva de capital até a sua total utilização.

24.3 RESERVA DE REAVALIAÇÃO

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, contabilizadas por controlada em conjunto e por coligadas de subsidiária, em exercícios anteriores.

A companhia optou por manter o saldo das respectivas reservas de reavaliação de 31 de dezembro de 2007, até sua total realização.

A realização desta reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi integralmente transferida para lucros acumulados no montante de R\$ 51.236 (R\$ 4.903 em 2007).

24.4 RESERVAS DE LUCROS

a. Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

b. Reserva estatutária

Constituída mediante a apropriação do lucro líquido de cada exercício de um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício e destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O saldo desta reserva não pode exceder a 5% do capital social integralizado, de acordo com o artigo 55 do Estatuto Social da companhia.

c. Reserva de incentivos fiscais

É constituída mediante destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, apropriada no resultado do exercício em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, incluído pela Lei 11.638/07, a partir de 1º de janeiro de 2008.

No exercício de 2008, foram destinados do resultado o valor de R\$ 557.185 referentes ao incentivo para subvenção de investimentos no Nordeste, no âmbito da SUDENE, com redução de 75% do imposto de renda devido, calculado sobre o lucro da exploração de atividades incentivadas.

d. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 está prevista uma retenção de lucros, no montante de R\$ 25.217.273, sendo a parcela de R\$ 23.779.347 proveniente do lucro líquido do exercício e R\$ 1.437.926 do saldo remanescente de lucros acumulados, que se destina a atender parcialmente o programa anual de investimentos estabelecido no orçamento de capital do exercício de 2009, a ser deliberado em Assembleia Geral de Acionistas em 08 de abril de 2009.

24.5 DIVIDENDOS

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A proposta do dividendo relativo ao exercício de 2008, que está sendo encaminhada pela Administração da Petrobras à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 8 de abril de 2009, no montante de R\$ 9.914.707, atende aos direitos garantidos, estatutariamente, às ações preferenciais (artigo 5º), distribuindo indistintamente às ações ordinárias e preferenciais o dividendo calculado sobre o lucro básico ajustado para esse fim, podendo ser assim demonstrado:

	2008	2007
Lucro líquido do exercício (Controladora)	36.469.549	22.028.691
Apropriação:		
Reserva legal	(1.823.477)	(1.101.435)
Reserva de incentivos fiscais	(557.185)	
	34.088.887	20.927.256
Reversões/adições:		
Reserva de reavaliação	51.236	4.903
Lucro básico para determinação do dividendo	34.140.123	20.932.159
Dividendos propostos, equivalente a 29,04% do lucro básico - R\$ 1,13 por ação (31,44% em 2007, R\$ 0,75 por ação após o desdobramento das ações), composto de:		
Juros sobre o capital próprio	7.019.261	6.361.205
Dividendos	2.895.446	219.352
Total de dividendos propostos	9.914.707	6.580.557

Os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2008, no montante de R\$ 9.914.707, incluem juros sobre o capital próprio, aprovados pelo Conselho de Administração em 19 de dezembro de 2008, que serão disponibilizados em data a ser fixada pela Assembleia Geral Ordinária de acionistas em 8 de abril de 2009, atualizados monetariamente, a partir de 31 de dezembro de 2008 até a data de início do pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC, com base na posição acionária de 26 de dezembro de 2008, no montante de R\$ 7.019.261, correspondente a R\$ 0,80 (oitenta centavo) por ação ordinária e preferencial.

Os juros sobre capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na Lei 9.249/95.

Esses juros foram contabilizados no resultado operacional, conforme requerido pela legislação fiscal, e foram revertidos contra lucros acumulados, conforme determina a Deliberação CVM nº 207/96, resultando em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 2.386.549 (R\$ 2.160.685 em 2007).

25 PROCESSOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS

25.1 PROCESSOS JUDICIAIS PROVISIONADOS

A Petrobras e suas subsidiárias, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constituiu provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Em 31 de dezembro de 2008, essas provisões são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2008	2007	2008	2007
Contingências previdenciárias	54.000	54.000	54.000	54.000
Reclamações trabalhistas	96.640	90.022	13.233	11.905
Processos fiscais	141.677	205.039	1.592	9.948
Processos cíveis (*)	500.759	248.544	188.460	186.562
Outras contingências	151.250	70.364		
Total do passivo não circulante	890.326	613.969	203.285	208.415
Total das contingências	944.326	667.969	257.285	262.415

(*) Líquido de Depósito Judicial, quando aplicável.

FEDERAÇÃO DOS PESCADORES DO RIO DE JANEIRO - FEPERJ

A FEPERJ pleiteia, em nome dos seus representados, indenizações diversas em razão do vazamento de óleo na Baía da Guanabara, ocorrido no dia 18 de janeiro de 2000. À época, a Petrobras indenizou extrajudicialmente a todos que comprovaram ser pescadores no momento do acidente. Segundo registros do cadastro nacional de pescadores, apenas 3.339 poderiam pleitear indenização.

Em 2 de fevereiro de 2007, foi publicada decisão acolhendo, parcialmente, o laudo pericial e que, a pretexto de quantificar a decisão condenatória, fixou os parâmetros para os respectivos cálculos que, por tais critérios, alcançaria a importância de R\$ 1.102.207.

A Petrobras recorreu dessa decisão ao Tribunal de Justiça/RJ, visto que os parâmetros fixados na decisão são contrários àqueles já definidos pelo próprio TJ/RJ. O recurso foi provido. Em 29 de junho de 2007, foi publicada decisão da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro negando provimento ao recurso da Petrobras e dando provimento ao recurso da FEPEERJ, o que representa significativa majoração no valor da condenação, uma vez que, além de ter mantido o período indenizatório em 10 anos, aumentou a quantidade de pescadores beneficiários. Contra essa decisão foram interpostos Recursos Especiais pela companhia que se encontram pendentes de julgamento perante o STJ. Com base nos cálculos elaborados pelos assistentes periciais da companhia, foi mantido o valor de R\$ 36.058, atualizado para 31 de dezembro de 2008, por representar o montante que entendemos será fixado, ao final do processo, pelas instâncias superiores.

25.2 PROCESSOS JUDICIAIS NÃO PROVISIONADOS

Apresentamos a seguir a situação atual dos principais processos legais com probabilidade de perda possível:

DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL
<p>Autor: Porto Seguro Imóveis Ltda.</p> <p>Natureza: Cível</p> <p>A Porto Seguro, acionista minoritária da Petroquisa, ajuizou ação contra a Petrobras, relativa a alegados prejuízos decorrentes da venda da participação acionária da Petroquisa em diversas empresas petroquímicas incluídas no Programa Nacional de Desestatização. Na aludida ação, pretende a autora que a Petrobras, na qualidade de acionista majoritária da Petroquisa, seja obrigada a recompor o “prejuízo” causado ao patrimônio da mesma Petroquisa, por força dos atos que aprovaram o preço mínimo de venda de sua participação acionária no capital das empresas desestatizadas.</p>	<p>Em 30 de março de 2004, o Tribunal de Justiça do RJ, por unanimidade, deu provimento ao novo recurso interposto pela Porto Seguro, para condenar a Petrobras a indenizar à Petroquisa a importância de US\$ 2.370 milhões mais 5% a título de prêmio e 20% de honorários advocatícios. A Petrobras interpôs recurso especial e extraordinário ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF), que foram inadmitidos. Contra essa decisão a Petrobras ofereceu Agravo de Instrumento ao STJ e ao STF.</p> <p>Aguarda-se, agora, em cumprimento à decisão publicada em 05 de junho de 2006, a designação de pauta para o rejuízo da questão relativa ao bloqueio do Recurso Especial da Petrobras, perante o STJ e o STF.</p> <p>Com base na opinião dos advogados, a companhia não espera obter decisão final desfavorável nesse processo.</p> <p>Caso a situação não seja revertida, a indenização estimada à Petroquisa, incluindo atualização monetária e juros, seria de R\$ 13.679.734 em 31 de dezembro de 2008. Como a Petrobras detém 100% do capital social da Petroquisa, parte da indenização à Petroquisa, estimada em R\$ 9.028.625, não representará um desembolso efetivo do Sistema Petrobras. Adicionalmente, a Petrobras teria que indenizar a Porto Seguro, autora da ação, R\$ 683.987 a título de prêmio e a Lobo & Ibeas Advogados R\$ 2.735.947 a título de honorários advocatícios.</p>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL
<p>Autor: Delegacia da Receita Federal do Rio de Janeiro</p> <p>Natureza: Tributária</p> <p>Auto de infração referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre remessas de pagamentos de afretamentos de embarcações, referente ao período de 1999 a 2002.</p>	<p>A Petrobras apresentou novos Recursos Administrativos para a Câmara Superior de Recursos Fiscais, última instância administrativa, que se encontram pendentes de julgamento.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 4.247.144.</p>
<p>Autor: Inspeção da Receita Federal em Macaé</p> <p>Natureza: Tributária</p> <p>Juros e multa sobre II e IPI - Naufrágio da Plataforma P-36</p>	<p>Decisão de primeira instância desfavorável à Petrobras.</p> <p>Interposto Recurso Voluntário que se encontra pendente de julgamento. A Petrobras impetrou o Mandado de Segurança obtendo sentença favorável no sentido de sustar, até a conclusão das apurações das causas do afundamento da plataforma, qualquer cobrança de tributos. Há recurso da União Federal/Fazenda Nacional, pendente de julgamento.</p> <p>Com a decisão do Tribunal Marítimo, a companhia propôs Ação Anulatória de Débito Fiscal e obteve liminar suspendendo a cobrança do tributo.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 352.287.</p>
<p>Autor: SRP - Secretaria da Receita Previdenciária</p> <p>Natureza: Tributária</p> <p>Notificações fiscais, relativas aos encargos previdenciários, em decorrência de processos administrativos instaurados pelo INSS que atribuem responsabilidade solidária à companhia na contratação de serviços de construção civil e outros.</p>	<p>Dos valores desembolsados pela companhia, a fim de garantir a interposição de recursos e/ou a obtenção de Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, R\$ 115.465 estão registrados em depósitos judiciais e poderão ser recuperados no âmbito das próprias ações em curso, relativos a 331 notificações, no montante de R\$ 363.293 em 31 de dezembro de 2008. A posição da área jurídica da Petrobras para essas notificações é de expectativa de perda possível, por considerar mínimo o risco de desembolso futuro.</p>
<p>Autor: Delegacia da Receita Federal no Rio de Janeiro</p> <p>Natureza: Tributária</p> <p>Auto de infração referente ao Imposto de Importação e sobre Produtos Industrializados (II e IPI), questionando a classificação fiscal como Outros Grupos Eletrogêneos, na importação do conjunto de equipamentos pertencentes à usina termelétrica Termorio S.A.</p>	<p>Em 15 de agosto de 2006, a Sociedade protocolou, na Inspeção da Receita Federal do Rio de Janeiro, impugnação a este Auto de Infração ao considerar que as classificações fiscais efetuadas estavam amparadas por laudo técnico de instituto de conhecimento notório. Em sua sessão de 11 de outubro de 2007, a 1ª Turma de Julgamento julgou improcedente o lançamento do Auto de Infração, vencido um Julgador que votou pela procedência parcial. A Inspeção da Receita Federal interpôs recurso de ofício ao Conselho de Contribuintes, sendo que tal solicitação ainda não foi julgada.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 647.248.</p>



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora
(Em milhares de reais)



DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL
<p>Autor: Secretaria da Receita Federal</p> <p>Natureza: Tributária</p> <p>CIDE – Combustíveis. Não recolhimento no período de março de 2002 a outubro de 2003, em obediência às ordens judiciais obtidas por Distribuidoras e Postos de Combustíveis, imunizando-os da respectiva incidência.</p>	<p>Na primeira instância, julgado procedente o lançamento. A companhia interpôs Recurso Voluntário.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 1.107.243.</p>
<p>Autor: Secretaria da Receita Federal</p> <p>Natureza: Tributária</p> <p>IRRF - Remessas para pagamento de importação de petróleo</p>	<p>Em primeira instancia foi julgado procedente o lançamento. Houve recurso de Ofício (da Receita Federal) ao Conselho de Contribuintes que foi provido. A Petrobras aguarda intimação para interposição de recurso voluntário.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 719.897.</p>
<p>Autor: Delegacia da Receita Federal/Rio de Janeiro</p> <p>Natureza: Tributária</p> <p>IRPJ/2003 e CSLL/2003 - Cobrança de multa de mora em pagamento por denúncia espontânea</p>	<p>Em primeira instância foi julgado procedente o lançamento, a Petrobras interpôs recurso voluntário.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 239.735.</p>
<p>Autor: IBAMA</p> <p>Natureza: Cível</p> <p>Descumprimento da cláusula Termo de Acordo e Compromisso – TAC da Bacia de Campos de 11 de agosto de 2004 por continuidade de perfuração sem aprovação prévia</p>	<p>Decisão em primeira instância administrativa, condenando a Petrobras ao pagamento pelo inadimplemento do TAC. A companhia interpôs recurso Hierárquico ao Ministro do Meio Ambiente que aguarda julgamento.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 131.736.</p>
<p>Autor: Secretaria da Receita Federal</p> <p>Natureza: Tributária</p> <p>Cobrança de CIDE sobre Importação de Propano e Butano</p>	<p>Em primeira instância julgado procedente o lançamento. A Petrobras interpôs recurso voluntário que aguarda julgamento.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 182.703.</p>
<p>Autor: Secretaria da Receita Federal</p> <p>Natureza: Tributária</p> <p>Não recolhimento da CIDE pela Petrobras em operações de importação de Nafta revendida à Braskem</p>	<p>Em primeira instância foi julgado procedente o lançamento por maioria. A Petrobras interpôs recurso voluntário que aguarda julgamento.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 1.421.364.</p>
<p>Autor: Estado do Rio de Janeiro</p> <p>Natureza: Tributária</p> <p>ICMS – Naufrágio da Plataforma P-36</p>	<p>Decisão na 1ª instância favorável à Petrobras. Interposto recurso de apelação pelo Estado do Rio de Janeiro e pela Própria Petrobras, em relação ao valor dos honorários. Por maioria, deu-se provimento ao Recurso do Estado do Rio de Janeiro, e julgou-se prejudicado o recurso pela companhia. Aguardando publicação do Acórdão.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 773.283</p>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL
<p>Autor: Agência Nacional do Petróleo - ANP</p> <p>Natureza: Tributária</p> <p>Participação especial do campo de Marlim – Bacia de Campos.</p> <p>A participação especial foi estabelecida pela Lei do Petróleo nº 9.478/97, e é recolhida como forma de compensação pelas atividades de produção de petróleo, incidindo sobre os campos produtores de grandes volumes.</p> <p>A metodologia do cálculo empregada pela Petrobras na apuração da participação especial devida para o Campo de Marlim baseia-se em interpretação juridicamente legítima da Portaria 10 de 14 de janeiro de 1999, referendada pela Agência Nacional de Petróleo - ANP.</p> <p>Em 16 de agosto de 2006, a Diretoria Colegiada da ANP aprovou o Relatório de Certificação do Pagamento da Participação Especial do Campo de Marlim que estabeleceu a metodologia que deveria ser adotada no cálculo da Participação Especial de Marlim, bem como determinou que a Petrobras efetuasse o pagamento adicional no valor de R\$ 400 milhões, referentes a valores que teriam sido recolhidos a menor, em função da utilização da metodologia de cálculo inicialmente definida pela ANP.</p> <p>A Petrobras acatou a determinação da ANP pelo fato de que a nova metodologia não seria aplicada retroativamente, garantindo assim a observância de princípios constitucionais como o da segurança jurídica e do ato jurídico perfeito e recolheu o valor adicional determinado através de decisão final da mais alta esfera da ANP – a sua Diretoria Colegiada.</p>	<p>Em 18 de julho de 2007, a Petrobras foi notificada de nova Resolução de Diretoria da ANP, estabelecendo o pagamento de novas verbas consideradas devidas, retroativamente a 1998, anulando a anterior Resolução da Diretoria.</p> <p>A Petrobras impetrou mandado de segurança e obteve liminar para suspender a cobrança das diferenças da Participação Especial mencionadas na Resolução de Diretoria ANP nº 400/2007, até que o processo judicial esteja concluído, o qual está em tramitação na Justiça Federal/RJ.</p> <p>A cobrança administrativa que havia sido sustada em razão de liminar concedida em Mandado de Segurança foi retomada em razão do indeferimento do pleito da Petrobras. A companhia interpôs recurso de Apelação Cível além de pedido cautelar de concessão de efeito suspensivo, que aguardam exame pelo Tribunal.</p> <p>Questão judicializada. O valor reclamado alcança o montante de R\$ 3.191.908.</p>

a. **Questões ambientais**

A companhia está sujeita a diversas leis e normas ambientais, que disciplinam atividades envolvendo a descarga de petróleo, gás e outros materiais e estabelecem que os efeitos sobre o meio ambiente das operações da companhia devem ser por ela corrigidos ou mitigados. A seguir a situação dos principais processos ambientais com probabilidade de perda possível.

Em 2000, um derramamento de óleo ocorrido no Terminal São Francisco do Sul, da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - Repar lançou em torno de 1,06 milhão de galões de óleo cru no arredor. Naquela época, foram gastos em torno de R\$ 74.000 com intuito de proceder à limpeza total da área atingida, bem como para fazer frente às multas impostas pelas autoridades ambientais. Há o seguinte processo com relação a esse derramamento:

DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL
<p>Autor: AMAR - Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária</p> <p>Natureza: Ambiental</p> <p>Indenização de danos moral e patrimonial ambiental.</p>	<p>Sem decisão em primeira instância. Aguarda-se o início da perícia para qualificação do valor.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 109.259.</p> <p>O juízo determina conexão com a ação do Instituto Ambiental do Paraná - IAP para julgamento conjunto.</p>

Em 2001, o oleoduto de Araucária - Paranaguá rompeu com um movimento sísmico e derramou aproximadamente 15.059 galões de óleo combustível em vários rios no Estado do Paraná. Naquela época, foram concluídos os serviços de limpeza das superfícies dos rios, recuperando aproximadamente 13.738 galões de óleo. Como resultado do acidente foi apresentado o seguinte ato contra a companhia:

DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL
<p>Autor: Instituto Ambiental do Paraná – IAP</p> <p>Natureza: Ambiental</p> <p>Multa aplicada por supostos danos causados ao meio ambiente.</p>	<p>Defesa procedente, em parte, em primeira instância, reduzindo a multa. Recurso da Petrobras pendente de julgamento na segunda instância.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 112.789.</p> <p>O juízo determinou conexão com a ação da AMAR para julgamento conjunto.</p>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora
(Em milhares de reais)

Em 20 de março de 2001, a plataforma P-36 afundou na Bacia de Campos. Em consequência do acidente, foi apresentado o seguinte ato contra a companhia:

DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL
Autor: Ministério Público Federal/RJ Natureza: Cível Indenização de dano patrimonial ambiental - P-36	Em publicação havida no dia 23 de maio de 2007, foi julgado procedente, em parte, o pedido, apenas para condenar a Petrobras ao pagamento da quantia de R\$ 100.000, a título de indenização pelos danos causados ao meio ambiente, a ser corrigido monetariamente e com juros de mora de 1% ao mês desde o evento danoso. Contra essa decisão a Petrobras interpôs recurso de Apelação Cível que se encontra pendente de julgamento. Exposição máxima atualizada: R\$ 212.755.

b. Recuperação de PIS e COFINS

A Petrobras e sua controlada Gaspetro ajuizaram ação ordinária contra a União perante a Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, referente à recuperação, por meio de compensação, dos valores recolhidos a título de PIS incidentes sobre receitas financeiras e variações cambiais ativas, no período compreendido entre fevereiro de 1999 e novembro de 2002 e COFINS compreendido entre fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, considerando a inconstitucionalidade do §1º do art. 3º da Lei 9.718/98.

Em 9 de novembro de 2005 o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional o mencionado §1º do art. 3º da Lei 9.718/98.

Em 9 de janeiro de 2006, devido à decisão definitiva do STF, a Petrobras ajuizou nova ação visando recuperar os valores de COFINS referentes ao período de janeiro de 2003 a janeiro de 2004.

Em 31 de dezembro de 2008, o valor de R\$ 2.110.313 da Petrobras e de R\$ 68.746 da Gaspetro relativo às citadas ações, não estão refletidos nestas demonstrações contábeis.

26 COMPROMISSOS ASSUMIDOS PELO SEGMENTO DE ENERGIA

26.1 COMPROMISSOS DE COMPRA DE GÁS NATURAL

A Petrobras assinou contrato com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos – YPFB, tendo por objeto a compra de um total de 201,9 bilhões de m³ de gás natural ao longo de sua vigência, comprometendo-se a comprar volumes mínimos anuais a um preço calculado segundo fórmula atrelada ao preço do óleo combustível. O contrato tem vigência inicial até 2019, que será prorrogada até que todo o volume contratado seja consumido.

Estão sendo negociados valores adicionais com YPFB, referente à quantidade de líquidos (hidrocarbonetos pesados) presentes no gás natural adquirido através do GSA. A alteração do GSA considerará valores adicionais entre US\$ 100 milhões e US\$ 180 milhões por ano, aplicados a volumes de gás entregues a partir de maio de 2007.

No período entre 2002 e 2005, a Petrobras comprou um volume menor do que o mínimo estabelecido no contrato com a YPFB e pagou US\$ 81.409 mil (equivalentes a R\$ 190.189 em 31 de dezembro de 2008) referentes aos volumes não transportados, cujos créditos serão realizados por retiradas de volumes futuros.

Os compromissos de compra de gás, até o final do contrato, representam volumes de 24 milhões de metros cúbicos por dia.

27 GARANTIAS AOS CONTRATOS DE CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO

A Petrobras concedeu garantias à Agência Nacional de Petróleo - ANP no total de R\$ 5.873.564 para os Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração, permanecendo em vigor R\$ 3.915.792, líquidos dos compromissos já cumpridos. Desse montante, R\$ 2.696.481 correspondem ao penhor do petróleo de campos previamente identificados e já em fase de produção e R\$ 1.219.311 referem-se a garantias bancárias.

28 INFORMAÇÕES SOBRE SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

A Petrobras é uma companhia que opera de forma integrada, sendo que a maior parte da produção de petróleo e gás, oriunda da área de Exploração e Produção, é transferida para outras áreas da Petrobras.

Nas demonstrações por área de negócio, as operações da companhia estão apresentadas de acordo com o modelo de organização e gestão aprovado em 23 de outubro de 2000, pelo Conselho de Administração da Petrobras, contendo as seguintes áreas:

- a. **Exploração e Produção:** abrange, por intermédio de Petrobras, Brasoil, PNBV, PifCo, PIB B.V., BOC, Fundo de Investimento Imobiliário e Sociedades de Propósito Específico, as atividades de exploração, desenvolvimento da produção e produção de petróleo, LGN (líquido de gás natural) e gás natural no Brasil, objetivando atender, prioritariamente, as refinarias do país e, ainda, comercializando nos mercados interno e externo o excedente de petróleo, bem como derivados produzidos em suas plantas de processamento de gás natural.
- b. **Abastecimento:** contempla, por intermédio de Petrobras, Downstream (Refap), Transpetro, Petroquisa, PifCo, PIB B.V., Refinaria Ipiranga, Quattor Participações e PNBV, Refinaria Abreu e Lima e Sociedade de Propósito Específico, as atividades de refino, logística, transporte e comercialização de derivados, petróleo e álcoois, além das participações em empresas petroquímicas no Brasil e duas unidades de fertilizantes.
- c. **Gás e Energia:** engloba, por intermédio de Petrobras, Gaspetro, Petrobras Comercializadora de Energia, Petrobras Distribuidora, PifCo, Sociedades de Propósito Específico e Termelétricas, as atividades de transporte e comercialização do gás natural produzido no país ou importado, assim como as atividades de transporte e comercialização de GNL importado, a geração e comercialização de energia elétrica e as participações societárias em transportadoras e distribuidoras de gás natural e em termelétricas.
- d. **Distribuição:** responsável pela distribuição de derivados, álcoois e gás natural veicular no Brasil, representada pelas operações da Petrobras Distribuidora e da Alvo Distribuidora.
- e. **Internacional:** abrange, por intermédio de PIB B.V., PifCo, 5283 Participações, BOC e Petrobras, as atividades de exploração e produção de petróleo e gás, de abastecimento, de gás e energia e de distribuição, realizadas no exterior, em diversos países das Américas, África, Europa e Ásia.

No grupo de órgãos corporativos são alocados os itens que não podem ser atribuídos às demais áreas, notadamente aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, o

overhead relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos aposentados e beneficiários.

As informações contábeis por área de negócio foram elaboradas com base na premissa da controlabilidade, objetivando atribuir às áreas de negócio somente os itens sobre os quais estas áreas tenham efetivo controle.

29 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS, PROTEÇÃO PATRIMONIAL (*HEDGE*) E ATIVIDADES DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

A companhia está exposta a uma série de riscos de mercado decorrentes de suas operações. Tais riscos envolvem principalmente o fato de que eventuais variações nos preços de petróleo e derivados, nas taxas cambiais ou de juros, possam afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa futuros e lucros da companhia.

29.1 OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Petrobras mantém uma política global de gerenciamento de riscos que vem se desenvolvendo sob a gestão dos diretores da companhia. Em 2004, a Diretoria Executiva da Petrobras instituiu o Comitê de Gestão de Riscos formado por gerentes executivos de todas as áreas de negócio e de diversas áreas corporativas. Esse comitê, além de ter objetivo de garantir o gerenciamento integrado das exposições aos riscos e formalizar as principais diretrizes de atuação da companhia, visa concentrar as informações e discutir sobre as ações de gerenciamento dos riscos, facilitando a comunicação com a Diretoria e o Conselho de Administração em aspectos relacionados às melhores práticas de governança corporativa.

A política de gestão de riscos do Sistema Petrobras visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, por meio da alocação efetiva dos seus recursos - físicos, financeiros e humanos - a companhia possa atingir suas metas estratégicas.

Além de assegurar proteção adequada aos seus ativos fixos, instalações, operações e administradores e orientar as avaliações de exposição aos riscos financeiro, tributário, regulatório, de mercado, das operações de crédito, dentre outros, a Política de Gestão de Riscos da Petrobras busca explicitar seu caráter de complementaridade às ações estruturais que criarão fundamentos econômico-financeiros sólidos, capazes de garantir que as oportunidades de crescimento serão aproveitadas, mesmo em meio a condições externas adversas.

29.2 GERENCIAMENTO DE RISCOS DE MERCADO DE PETRÓLEO E DERIVADOS

a. Política de proteção patrimonial (*hedge*)

Tendo em vista que o plano de negócios da companhia utiliza premissas de preço conservadoras e que, em condições normais, as flutuações de preços de “Commodities” não representam risco substancial para a consecução dos objetivos estratégicos, a Petrobras, mantém a exposição ao ciclo de preços, não utilizando derivativos para a proteção de operações sistêmicas, ou seja, a compra ou venda de mercadorias com o objetivo de atender às necessidades operacionais do Sistema Petrobras.

Não obstante, as deliberações referentes a este tema são periodicamente revisadas e recomendadas ao Comitê de Gestão de Riscos. Caso seja indicada a proteção, em cenários com probabilidade significativa de eventos adversos, a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*) deve ser executada com o intuito de proteger a solvência e a liquidez da companhia, considerando uma análise integrada de todas as exposições a risco da companhia, e assegurar a execução do plano corporativo de investimentos.

Seguindo a premissa de considerar apenas a exposição líquida consolidada do risco de preço de petróleo e derivados, as operações com derivativos, em geral, se limitam a proteger o resultado de transações realizadas no mercado internacional de cargas físicas, ou seja: são operações de proteção patrimonial (*hedge*) nas quais as variações positivas ou negativas são compensadas total ou parcialmente por resultado oposto na posição física.

b. Principais transações e compromissos futuros objeto de proteção patrimonial (*hedge*)

As principais operações objetos de proteção patrimonial (*hedge*), realizadas pelas empresas do Sistema Petrobras, destinam-se à proteção dos resultados esperados das transações realizadas no exterior.

Com esse objetivo, as operações de proteção patrimonial (*hedge*) são usualmente de curto prazo, acompanhando os prazos das operações comerciais. Os instrumentos utilizados são contratos futuros, a termo, *swaps* e opções. As operações são realizadas nas Bolsas NYMEX – New York Mercantile Exchange e ICE – Intercontinental Exchange, bem como no mercado de balcão internacional.

c. Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos e resultados obtidos em relação aos objetivos propostos

Os principais parâmetros utilizados na gestão de risco para variações de preços de petróleo e derivados da Petrobras são, para as avaliações de médio prazo, o fluxo de caixa operacional em risco (CFAR) e para as avaliações de curto prazo, o Valor em Risco (Value at Risk - VAR) e *Stop Loss*. São definidos limites corporativos para os parâmetros VAR e *Stop Loss*.

As operações de proteção patrimonial (*hedge*) liquidadas, durante o período de janeiro a dezembro de 2008, correspondiam a aproximadamente (40%) do volume comercializado de importação e exportação a partir do Brasil mais o volume total das cargas comercializadas no exterior.

d. **Crítérios de determinação do valor justo**

O valor justo dos derivativos de petróleo e derivados é definido através dos preços cotados (sem ajustes) no mercado, para ativos ou passivos idênticos.

e. **Valores de referência (nocial), justo e em risco da carteira**

As principais contrapartes de operações de derivativos de petróleo e derivados são a Bolsa Mercantil de Nova York (NYMEX), Intercontinental Exchange e JP Morgan.

A carteira de operações comerciais realizadas no exterior, bem como as operações de proteção patrimonial (*hedge*) associadas à sua proteção por meio de derivativos de petróleo e derivados, apresentava, em 31 de dezembro de 2008, uma perda máxima estimada para um dia (VAR – “Value at Risk”), calculada a um nível de confiança de 95%, de aproximadamente US\$ 12 milhões.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora
(Em milhares de reais)

A tabela a seguir resume as informações sobre os contratos de derivativos de petróleo e derivados vigentes.

DERIVATIVOS DE PETRÓLEO E DERIVADOS

	CONSOLIDADO				
	VALOR DE REFERÊNCIA (NOCIONAL) EM MIL BBL*		VALOR JUSTO CONTABILIZADO R\$ MIL**		VENCIMENTO
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007	
Contratos Futuros	(5.205)	(5.721)	81.590	17.837	2009
Compromissos de compra	4.218	29.212			
Compromissos de venda	(9.423)	(34.933)			
Contratos de Opções		(8.090)		(2.256)	2009
Compra		(2.790)		(1.711)	
Posição Titular	220	1.110			
Posição Lançadora	(220)	(3.900)			
Venda		(5.300)		(546)	
Posição Titular	320				
Posição Lançadora	(320)	(5.300)			
Contratos a termo	(442)	(1.608)	1.348	(31.809)	2009
Posição Comprada	2.530	7.253			
Posição Vendida	(2.972)	(8.861)			
Total registrado em outros ativos circulantes			82.938		

	CONTROLADORA				
	VALOR DE REFERÊNCIA (NOCIONAL) EM MIL BBL*		VALOR JUSTO CONTABILIZADO R\$ MIL**		VENCIMENTO
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007	
Contratos Futuros	(661)	(5.180)	26.606	36.450	2009
Compromissos de compra	158	7.908			
Compromissos de venda	(819)	(2.728)			
Contratos de Opções		(8.090)		(2.256)	2009
Compra		(2.790)		(1.711)	
Posição Titular	220	1.110			
Posição Lançadora	(220)	(3.900)			
Venda		(5.300)		(546)	
Posição Titular	320				
Posição Lançadora	(320)	(5.300)			
Contratos a termo	(600)	(1.534)	9.921	(22.000)	2009
Posição Comprada	978	2.372			
Posição Vendida	(1.578)	(3.906)			
Total registrado em outros ativos circulantes			36.527		

* Valor de referência (nocional) negativo representa posição vendida.

** Os valores justos negativos foram contabilizados no passivo e no ativo. Os valores de 2007 são representados somente para fins corporativos.

f. **Ganhos e perdas no período**

DERIVATIVOS DE PETRÓLEO E DERIVADOS	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2008	2007	2008	2007
Ganho (perda) registrado no resultado	729.458	(396.755)	30.384	(113.159)
Ganho (perda) registrado no patrimônio líquido				

g. **Valor e tipo de margens dadas em garantia**

As garantias dadas como colaterais se constituem, em geral, em depósitos. O saldo das margens dadas para a cobertura das operações de derivativos de commodities transacionadas nas bolsas de valores e no mercado de balcão da Controladora e do Consolidado, em 31 de dezembro de 2008, era respectivamente de R\$ 30.050 e R\$ 318.700.

h. **Análise de sensibilidade**

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos derivativos de petróleo e derivados. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2008, os cenários possível e remoto consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

DERIVATIVOS DE MERCADO DE PETRÓLEO E DERIVADOS	RISCO	CONSOLIDADO		
		CENÁRIO PROVÁVEL EM 31.12.2008	CENÁRIO POSSÍVEL (Δ DE 25%)	CENÁRIO REMOTO (Δ DE 50%)
Petróleo Brent	Queda do Petróleo Brent	(2.481)	(6.318)	(10.156)
Butano	Alta do Butano	(602)	(2.099)	(3.594)
Óleo Combustível	Alta do Óleo Combustível	16.258	10.761	5.263
Diesel	Alta do Diesel	55.445	11.977	(29.450)
Propano	Alta do Propano	(12)	(3.177)	(6.343)
Gasolina	Alta da Gasolina	2.161	(33.500)	(66.362)
Petróleo WTI	Alta do Petróleo WTI	12.169	(29.776)	(53.965)
		82.938	(52.132)	(164.607)

29.3 GERENCIAMENTO DE RISCOS CAMBIAIS

a. Política de proteção patrimonial (*hedge*)

O risco cambial é um dos riscos financeiros a que a empresa está exposta, sendo este oriundo de movimentos nos níveis ou na volatilidade da taxa de câmbio. No que se refere ao gerenciamento destes riscos, a Petrobras busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, buscando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial (*hedge*).

Atuando de forma integrada no segmento de energia, a empresa busca, primeiramente, identificar ou criar proteções naturais (*hedges* naturais), ou seja, beneficiar-se das correlações entre suas receitas e despesas. No caso específico da variação cambial inerente aos contratos onde o custo e a remuneração envolvem moedas distintas, esta proteção se dá por meio da alocação das aplicações do caixa entre real, dólar ou outra moeda.

O gerenciamento de riscos é feito para a exposição líquida. São elaboradas análises periódicas do risco cambial subsidiando as decisões da Diretoria Executiva. A estratégia de gerenciamento de riscos cambiais envolve o uso de instrumentos derivativos para minimizar a exposição cambial de certas obrigações da companhia.

A subsidiária Petrobras Distribuidora realiza operações de proteção patrimonial (*hedge*) cambial para cobertura das margens comerciais inerentes às exportações (segmento aviação) para clientes estrangeiros. O objetivo da operação, contratada concomitantemente à definição do custo dos produtos exportados, é garantir que as margens comerciais pactuadas com os clientes estrangeiros sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento. A política interna limita o volume de operações de proteção patrimonial (*hedge*) cambial ao volume dos produtos exportados.

b. Principais transações e compromissos futuros objeto de proteção patrimonial (*hedge*)

Em setembro de 2006, contratamos uma operação de proteção patrimonial (*hedge*) denominada *cross currency swap* para cobertura dos *Bonds* emitidos em ienes de forma a fixar em dólares os custos da companhia nesta operação. No *cross currency swap* ocorre uma troca de taxas de juros em diferentes moedas. A taxa de câmbio do iene para dólar norte-americano é fixada no início da transação e permanece fixa durante sua existência. A companhia não tem intenção de liquidar tais contratos antes do prazo de vencimento.

Em 2008, a subsidiária Petrobras Distribuidora contratou operações que consistem na venda de contratos a termo de dólar PTAX sem entrega física (NDFs) no mercado de balcão brasileiro, o que permite a fixação do câmbio e a proteção contra uma possível queda da taxa no período. Em média, o prazo de exposição é de três meses.

c. Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos e resultados obtidos em relação aos objetivos propostos

A operação de proteção patrimonial (*hedge*) denominada *cross currency swap* segue a Deliberação CVM 566/08 que referendou o CPC 14 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação.

São realizados trimestralmente testes de efetividade que permitem medir o quanto as alterações de valor justo ou do fluxo de caixa do item protegido estão sendo absorvidas pelos mecanismos de proteção patrimonial (*hedge*). O cálculo de efetividade indicou que o *cross currency swap* é altamente efetivo com relação à variação no fluxo de caixa dos *Bonds* emitidos em ienes.

A companhia se posiciona vendida em taxas futuras de câmbio através de NDFs (Contrato a termo de moeda sem entrega física) no mercado de balcão brasileiro. Para o segmento de aviação, que representou 98,3% das operações contratadas do período, o prazo de exposição é de três meses em média e a proteção patrimonial (*hedge*) é contratado concomitantemente à definição do custo do querosene de aviação exportado, fixando e garantindo desta forma a margem da comercialização. No período em questão foram contratadas operações no valor de US\$ 584.851 milhões.

O volume de proteção patrimonial (*hedge*) contratado para as vigências do ano de 2008 do segmento de aviação representou 74,3% do volume de exportação efetivamente ocorrido.

d. Critérios de determinação do valor justo

O valor justo dos derivativos é calculado com base em práticas usuais de mercado, usando os valores de fechamento das taxas de juros em iene, dólar e real para todo o período dos contratos.

e. Valores de referência (nocional), justo e em risco da carteira

A tabela abaixo resume as informações sobre os contratos de derivativos vigentes. As transações de derivativos consideraram os limites aprovados e saldo de crédito de cada instituição de acordo com as orientações normativas e procedimentos estabelecidos pela companhia. As principais contrapartes dessas operações são: Citibank, HSBC e Bradesco.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas e da Controladora
(Em milhares de reais)

	CONSOLIDADO				VENCIMENTO	VALOR EM RISCO R\$ MIL*
	VALOR DE REFERÊNCIA (NOCIONAL) EM \$ MIL		VALOR JUSTO CONTABILIZADO R\$ MIL **			
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007		
Contratos a termo de dólar						
Posição Vendida (USD)	67.506	117.313	(3.823)	2.782	2009	4.422
Contratos de swaps						
Cross Currency Swap			110.489	5.656	2016	59.655
Posição ativa						
Taxa Média de Recebimento (JPY) = 2,15%	35.000.000	35.000.000	978.268	584.451		
Posição passiva						
Taxa Média de Pagamento (USD) = 5,69%	297.619	297.619	(867.779)	(578.795)		

* Valor em Risco = perda máxima esperada em 1 dia com 95% de confiança em condições normais de mercado.

** Os valores justos negativos foram contabilizados no passivo circulante e os positivos no ativo não circulante. Os valores de 2007 são apresentados somente para fins comparativos.

f. **Ganhos e perdas no período**

DERIVATIVOS DE MOEDA ESTRANGEIRA	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2008	2007	2008	2007
Ganho (perda) registrado no resultado	(58.368)	5.694		
Ganho (perda) registrado no patrimônio líquido	(69.683)			

g. **Valor e tipo de margens dadas em garantia**

As operações existentes de derivativos de moeda estrangeira não exigem depósito de margem de garantia.

h. **Análise de sensibilidade**

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos derivativos de moeda estrangeira. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2008, os cenários possível e remoto consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

DERIVATIVOS DE MOEDA ESTRANGEIRA	CONSOLIDADO			
	R\$ MIL			
	RISCO	CENÁRIO PROVÁVEL EM 31.12.2008	CENÁRIO POSSÍVEL (Δ DE 25%)	CENÁRIO REMOTO (Δ DE 50%)
Contratos a termo de dólar	Valorização do Dólar frente ao Real	(3.823)	(43.284)	(82.746)
Cross Currency Swap	Desvalorização do Iene frente ao Dólar	110.489	(85.165)	(215.600)

29.4 GERENCIAMENTO DE RISCOS DAS TAXAS DE JUROS

O risco da taxa de juros a que a companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala, de curto prazo. A dívida a taxas de juros flutuantes de moeda estrangeira está sujeita, principalmente, à flutuação da libor, e a dívida a taxas de juros flutuantes expressa em reais está sujeita, principalmente, à flutuação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. A companhia atualmente não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar sua exposição às flutuações das taxas de juros.

29.5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No decorrer normal de seus negócios a companhia utiliza-se de diversos tipos de instrumentos financeiros.

a. Risco de concentração de crédito

Uma parcela significativa dos ativos da companhia, incluindo instrumentos financeiros, está localizada no Brasil. Os instrumentos financeiros da companhia que estão expostos ao risco de concentração de crédito são, principalmente, disponibilidades, títulos governamentais, contas a receber e contratos futuros.

A companhia adota diversas medidas para reduzir a sua exposição a riscos de crédito a níveis aceitáveis.

b. Valor justo de mercado

O valor justo de mercado dos instrumentos financeiros é determinado com base em preços de mercado publicados, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. O valor justo de mercado das disponibilidades, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores é equivalente ao seu valor contábil. O valor justo de mercado dos ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seu valor contábil.

29.6 INSTRUMENTOS FINANCEIROS NÃO DERIVATIVOS

A companhia possui, em 31 de dezembro de 2008 e 2007, instrumentos financeiros não derivativos, devidamente reconhecidos nas demonstrações contábeis, tais como: Caixa e equivalente de caixa (Nota 5), Títulos e valores mobiliários (Nota 10) e Financiamentos (Nota 15).

30 SEGUROS

Para proteção do seu patrimônio, a Petrobras tem por filosofia básica transferir, por meio da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. Os demais riscos são objeto de autossseguro, com a Petrobras, intencionalmente, assumindo o risco integral, mediante ausência de seguro. A companhia, assume parcela expressiva de seu risco, contratando franquias que podem chegar ao montante equivalente a US\$ 50 milhões.

As premissas de risco adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

As informações principais sobre a cobertura de seguros vigente em 31 de dezembro de 2008 podem ser assim demonstradas:

ATIVO	TIPOS DE COBERTURA	IMPORTÂNCIA SEGURADA	
		CONSOLIDADO	CONTROLADORA
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Incêndio e riscos operacionais	100.545.218	85.083.797
Navios-tanque e embarcações auxiliares	Cascos	4.075.541	
Plataformas fixas, sistemas flutuantes de produção e unidades de perfuração marítimas	Riscos de petróleo	42.763.632	15.736.624
Total		147.384.391	100.820.421

A Petrobras não faz seguros de lucros cessantes, controle de poços e da malha de dutos no Brasil.

Considerando seu porte financeiro e seus compromissos e investimentos nas áreas de Saúde, Meio Ambiente e Segurança (SMS) e Qualidade, a Petrobras, a exemplo das empresas petrolíferas de porte semelhante ao seu, retém uma parcela significativa de seu risco, inclusive através do aumento de suas franquias, que podem atingir US\$ 50 milhões.

31 SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE

Em 2008, os principais indicadores de segurança, meio ambiente e saúde da Petrobras mantiveram-se compatíveis com os das melhores empresas mundiais do setor, não tendo se registrado, no período, nenhuma ocorrência significativa de vazamento de óleo.

A Petrobras investe continuamente em treinamento, capacitação e desenvolvimento de novas tecnologias visando à prevenção de acidentes e à segurança e saúde dos trabalhadores. Além disso, mantém no País dez Centros de Defesa Ambiental, de prontidão 24 horas por dia para poder responder com rapidez e eficácia a qualquer acidente com derramamento de óleo.

Esse modelo responsável de atuação contribuiu para que a Petrobras se mantivesse, em 2008, entre as empresas que compõem o Índice “Dow Jones” de Sustentabilidade, o mais importante do gênero. No Brasil, além da Petrobras, só mais sete empresas integram esse índice – e, no mundo, a Petrobras é a única do setor de petróleo e gás dos países em desenvolvimento.

Os gastos totais da companhia em segurança, meio ambiente e saúde (SMS), considerando investimentos e operações, atingiram no acumulado de janeiro a dezembro de 2008 o montante de R\$ 4.482.000, sendo R\$ 2.401.000 em segurança, R\$ 1.715.000 em meio ambiente e R\$ 365.000 em saúde, não estando aí computados os gastos com Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS) e apoio a programas e/ou projetos ambientais externos.

Nesse total estão incluídos os gastos realizados através do Pegaso (Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional), que somaram no período, entre investimentos e operações, R\$ 652.000.

32 EVENTOS SUBSEQUENTES

32.1 CRIAÇÃO DE EMPRESAS DO COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO - COMPERJ

A Petrobras, em prosseguimento à implementação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - Comperj, constituiu em 5 de fevereiro de 2009 seis (6) sociedades anônimas no Rio de Janeiro, subsidiárias integrais, a saber:

- › Comperj Participações S.A.: sociedade de propósito específico, que deterá as participações da Petrobras nas sociedades produtoras do Comperj;
- › Comperj Petroquímicos Básicos S.A.: sociedade produtora de petroquímicos básicos;
- › Comperj PET S.A.: sociedade produtora de PTA/PET;
- › Comperj Estirênicos S.A.: sociedade produtora de estireno;
- › Comperj MEG S.A.: sociedade produtora de etileno glicol e óxido de eteno; e
- › Comperj Poliolefinas S.A.: sociedade produtora de poliolefinas (PP/PE).

Em um primeiro momento, a Petrobras deterá 100% (cem por cento) do capital total e votante dessas companhias, quando será feita a implantação do modelo de integração e relacionamento das empresas do Comperj. Esse modelo busca capturar as sinergias decorrentes da localização de várias companhias em um mesmo site de produção. Os bens, obrigações e direitos relativos ao Comperj serão oportunamente transferidos pela Petrobras para essas sociedades.

Com a constituição dessas empresas, a Petrobras inicia a fase de preparação do Projeto para a entrada de potenciais sócios.

32.2 PIFCO

Em 11 de fevereiro de 2009, a Petrobras International Finance Company – PifCo, uma subsidiária integral da Petrobras, concluiu a emissão de US\$ 1,5 bilhões em títulos do tipo *Global Notes* no mercado internacional de capitais, com vencimento em 15 de março de 2019, taxa de juros de 7,875% a.a. e pagamento semestral de juros, a partir de 1º de setembro de 2009. Os recursos captados serão destinados a propósitos corporativos gerais, inclusive para o financiamento do Plano de Negócios da Petrobras 2009-2013.

Este financiamento teve custos de emissão estimados em US\$ 6 milhões, prêmio de US\$ 26 milhões e taxa de juros efetiva de 8,187% a.a.. Os *Global Notes* constituem-se em obrigações não garantidas (*unsecured*) e não subordinadas da PifCo e contam com a garantia completa e incondicional da Petrobras.

I. INFORMAÇÕES SOBRE RESERVAS

As reservas de petróleo e gás provadas líquidas foram estimadas pela companhia, em conformidade com os conceitos de reservas definidos pela Securities and Exchange Commission, de acordo com o SFAS Nº 69 - Divulgações Sobre Atividades Relativas à Produção de Petróleo e Gás (SFAS 69).

As reservas de petróleo e gás provadas correspondem às quantidades estimadas de petróleo bruto, gás natural e condensado que pela análise dos dados de geo-engenharia, podem ser estimados com razoável certeza, considerados comerciais, de um reservatório conhecido, sob condições econômicas definidas, métodos de operação conhecidos e sob as condições regulatórias vigentes, numa determinada data.

As reservas provadas e desenvolvidas correspondem às quantidades de hidrocarbonetos que se espera recuperar de poços existentes com os equipamentos e métodos operacionais existentes. As reservas provadas não desenvolvidas correspondem aos volumes de hidrocarbonetos que se esperam recuperar em função de investimentos futuros em perfuração de poços, em equipamentos adicionais.

	ÓLEO/LGN (BILHÕES DE BBL)			
	BRASIL	INTERNACIONAL	TOTAL	
Saldo em 31/12/2007	9,139	0,414	9,553	
Varição das reservas	0,223	0,015	0,238	
Produção	(0,646)	(0,039)	(0,685)	
Saldo em 31/12/2008	8,716	0,390	9,106	
Reserva de empresas não consolidadas				
Saldo em 31/12/2007		0,060	0,060	
Saldo em 31/12/2008		0,048	0,048	
Reservas provadas e desenvolvidas				
Em 31/12/2007	5,249	0,210	5,459	
Em 31/12/2008	5,346	0,211	5,557	

(1) Inclui reservas de 110 milhões de boe em 2008 (199 milhões de boe em 2007) correspondentes a uma participação de não controladores de 41,38% na Pepsa.

A estimativa de reservas possui incertezas inerentes ao negócio, e assim sendo alterações podem ocorrer à medida que se amplia o conhecimento, a partir da aquisição de novas informações.

Em 2008, embora os volumes de reservas tenham sido impactados pela redução do preço internacional do petróleo, a companhia, apresentou uma significativa apropriação de reservas provadas em função dos excelentes resultados obtidos em campos já existentes, através de projetos que visavam aumento da recuperação dos mesmos. É importante ressaltar que, nas estimativas de reservas de 2008, não foram considerados os volumes do Pré-Sal da Bacia de Santos. Porém, o Pré-Sal do Espírito Santo está contribuindo para as reservas provadas de 2008.

As reservas de petróleo e gás provadas líquidas estimadas pela companhia estão apresentados na tabela a seguir:

	GÁS (BILHÕES DE M³)			ÓLEO/LGN + GÁS (BILHÕES DE BOE)		
	BRASIL	INTERNACIONAL	TOTAL	BRASIL	INTERNACIONAL ⁽¹⁾	TOTAL
	267,050	68,002	335,052	10,818	0,815	11,633
	(3,377)	17,155	13,778	0,203	0,116	0,319
	(16,030)	(6,057)	(22,087)	(0,747)	0,075	(0,672)
	247,643	79,100	326,743	10,274	1,006	11,280
		1,894	1,894		0,071	0,071
		2,142	2,142		0,061	0,061
	122,814	46,143	168,957	6,022	0,482	6,504
	134,340	49,694	184,034	6,191	0,504	6,695

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Dilma Vana Rousseff

Conselheiros

Silas Rondeau Cavalcante Silva

Guido Mantega

José Sergio Gabrielli de Azevedo

Francisco Roberto de Albuquerque

Fábio Colletti Barbosa

Jorge Gerdau Johannpeter

Luciano Galvão Coutinho

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

José Sergio Gabrielli de Azevedo

Diretor Financeiro e de Relações

com Investidores

Almir Guilherme Barbassa

Diretor de Serviços

Renato de Souza Duque

Diretor de Exploração e Produção

Guilherme de Oliveira Estrella

Diretor de Abastecimento

Paulo Roberto Costa

Diretora de Gás e Energia

Maria das Graças Silva Foster

Diretor Internacional

Jorge Luiz Zelada

Contador - CRC-RJ 35.286/O-1

Marcos Menezes

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. O Conselho Fiscal da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2008.
2. Foram verificadas as seguintes propostas, que estão sendo encaminhadas pela Administração da Petrobras à deliberação de Assembléia Geral Ordinária - AGO: 1ª) Aprovar a parcela que cabe aos administradores da companhia relativamente à participação nos lucros ou resultados (PLR) do exercício de 2008; 2ª) Aprovar as Demonstrações Contábeis da Petrobras (Controladora e Consolidadas) do exercício social de 2008; 3ª) Aprovar a proposta de retenção de lucros no Patrimônio Líquido, em reserva de Retenção de Lucros, no montante de R\$ 25.217 milhões, sendo a parcela de R\$ 23.779 milhões do saldo do lucro líquido do exercício e R\$ 1.438 milhões do saldo remanescente de lucros acumulados, que se destina a atender parcialmente o programa anual de investimentos, estabelecido no orçamento de capital de 2009, no montante de R\$ 42.538 milhões (Recursos Próprios: R\$ 25.824 milhões; e Recursos de Terceiros: R\$ 16.714 milhões); e 4ª) Aprovar as propostas de destinação do resultado que considera a distribuição do dividendo do exercício de 2008 no montante de R\$ 9.915 milhões (equivalente a 29,04% do lucro básico - R\$ 1,13 por ação ordinária e preferencial), que inclui a parcela de R\$ 7.019 milhões de juros sobre o capital próprio (equivalente a R\$ 0,80 por ação).
3. Com base nos exames efetuados e à vista do parecer da KPMG Auditores Independentes, de 6 de março de 2009, apresentado sem ressalva, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas propostas a serem submetidas à discussão e votação na Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas da Petrobras, a ser realizada em 8 de abril de 2009.

Rio de Janeiro, 6 de março de 2009

Marcus Pereira Aucélio

Presidente

Nelson Rocha

Conselheiro

César Acosta Rech

Conselheiro

Augusto Túlio Luiz Zamin

Conselheiro

Maria Lúcia de Oliveira Falcón

Conselheira

DIVIDENDOS BALANÇO
CIRCULANTE RESULTADO FINANCEIRO
INVESTIMENTOS \$ ATIVOS
RETORNO LUCRATIVIDADE
VALOR ADICIONADO CÂMBIO INDICADORES
ACIONISTAS DESEMPENHO
DISPONIBILIDADE RENTABILIDADE



Relatório impresso em papel Reciclato, da Suzano (100% de papel reciclado de aparas, sendo 35% pós-consumo e 65% pré-consumo), com tintas feitas com matérias-primas renováveis, à base de óleos vegetais e pigmentos isentos de metais pesados, sob a norma ISO 18.000.

EXPEDIENTE

Contabilidade e Comunicação Institucional

Coordenação Geral, Produção, Redação e Edição

Cuca Design

Projeto Gráfico e Diagramação

Tapioca Comunicação

Produção Editorial

Murilo Souza de Sá

Revisão

Pancrom

Impressão



CAPITAL RECEITA DESEMPENHO
VALOR DE MERCADO RECEITA DESEMPENHO
VALOR PATRIMONIAL BALANÇO DEBÊNTURES NEGÓCIO CIRCULANTE
DIVIDENDOS RESULTADO FINANCEIRO
LUCRO LUCRATIVIDADE RESULTADO
PREÇO \$ ATIVOS FLUXO DE CAIXA
ESTOQUES EBITDA % VALOR ADICIONADO
PATRIMÔNIO LÍQUIDO RETORNO
ACIONISTAS DEBÊNTURES PREÇO INVESTIMENTOS